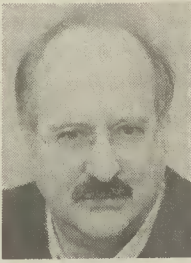


Segurança Social

A necessidade de ajustamentos políticos de natureza estrutural deve levar ao aperfeiçoamento e à melhoria do sistema público de segurança social e não à redução



(por privatização) desse importantíssimo património social e à perda ou limitação dos direitos que ele consagra.

■ **Edgar Correia** Pág. 19

O boicote do PS

A atitude do Partido Socialista de boicotar o Inquérito Parlamentar aos Serviços de Informações põe em causa os poderes de fiscalização da Assembleia da República, protegendo o Governo de averiguações que se mostravam particularmente incómodas para a sua imagem.

■ **João Amaral** Pág. 21

Direito de optar

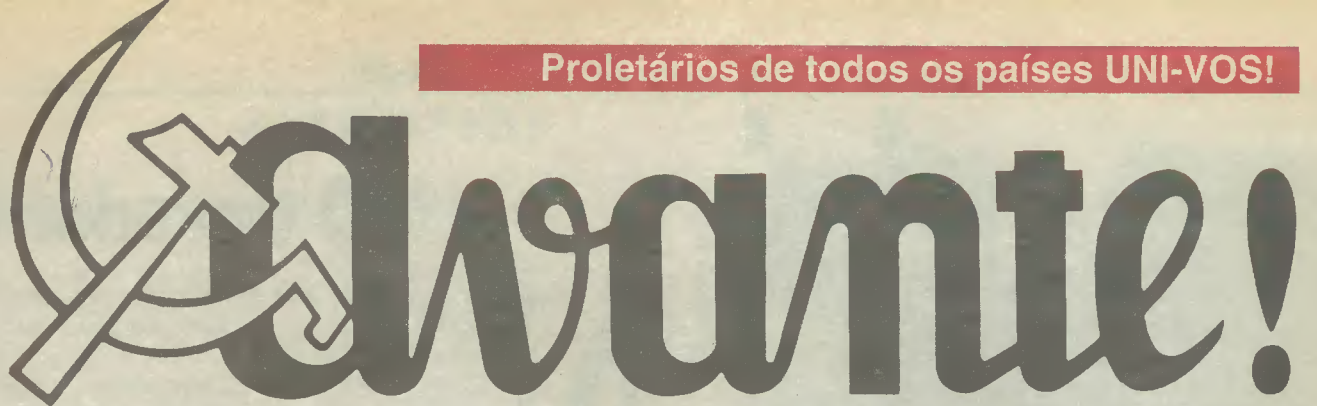
Um ano depois do referendo sobre o aborto, das múltiplas promessas feitas está quase tudo por cumprir. O balanço traduz a pobreza do que entretanto se foi concretizando.

■ **Lígia Calapez** Págs. 22 e 23

Guerra nos Balcãs Crime, diz a NATO

O resultado da guerra contra a Jugoslávia – em rigor deverá falar-se de massacre, já que o atacante nunca esteve ao alcance das armas da parte atacada – começa a vir à tona no Kosovo. O UCK, que entrou no território nos calcanhares da NATO, assume o poder e dita a sua lei.

■ **Anabela Fino** Págs. 24 e 25



Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 1 de Julho de 1999 • Preço: 180\$00 (IVA Incluído) • N.º 1335 • Director: José Casanova

O estado da Nação

Mais e melhor só com o PCP



Os comunistas não têm uma visão catastrofista do estado da Nação. Mas estão convictos de que se poderia e deveria ter feito muito mais e muito melhor, e que não é com promessas futuras que se esconde o que se deixou de fazer por inoperância ou por falta de vontade política. Como afirmou o secretário-geral do PCP no debate da Nação, quatro anos de governo PS demonstram que a política de esquerda que o País necessita só será possível com o PCP e com o seu reforço na Assembleia da República.

Págs. 5 e 6

3ª festa!

Levar a arte a um público vasto

Neste número

Págs. 16 a 19

O encontro da obra com o público

Entrada permanente

Mais que um bilhete é um título de solidariedade

«A EP vai de férias?»

«Jornadas de trabalho já começaram»

SÁBADO 3 JULHO 17HORAS

PRAÇA PAIVA COUCEIRO

(ao cima da Rua Morais Soares)

comício festa

PCP

Com a intervenção de Carlos Carvalhas

Música popular portuguesa com o grupo 'Ódagaita'



JCP propõe no espaço Ágora uma sociedade sem droga

RESUMO

23
Quarta-feira

A Assembleia da República debate o estado da Nação ■ António Vitorino encontra-se com Romano Prodi para acertar pormenores sobre a entrada em funções na futura comissão europeia ■ Chefes da diplomacia alemã, britânica, francesa e italiana defendem a criação prioritária de uma administração civil transitória para o Kosovo ■ O líder curdo Abdullah Ocalan renova o seu apelo a uma solução pacífica do conflito curdo ■ As forças indianas retomam os ataques aos guerrilheiros islamitas pró-paquistaneses entricheirados nas montanhas de Caxemira.

24
Quinta-feira

O porta-voz da Missão de Assistência da ONU em Timor, David Wilmhurst, afirma ter recebido ameaças de morte ■ O governo indonésio apresenta um protesto formal junto da Unamet relativamente a uma busca irregular numa residência em Maubara ■ O Departamento de Estado dos EUA oferece cinco milhões de dólares por qualquer informação capaz de levar à prisão ou a condenação de criminosos de guerra, incluindo o Presidente Milosevic ■ O primeiro-ministro paquistanês manifesta o seu desejo de reconciliação com a Índia.

25
Sexta-feira

A JCP apresenta propostas para o combate à toxic dependência e ao narcotráfico, numa iniciativa com a presença de Carlos Carvalhas ■ O representante pessoal do secretário-geral das Nações Unidas para Timor-Leste elogia o trabalho da Unamet na preparação da consulta de Agosto, mas admite a persistência de problemas de segurança ■ Israel ataca a capital libanesa, provocando oito mortos e 62 feridos ■ O novo presidente sul-africano expõe no Parlamento o seu objectivo de tornar a África do Sul um país mais humano e menos marcado pelo crime, a pobreza e as desigualdades sociais ■ Uma dezena de albaneses apoderaram-se das instalações do Partido Socialista Sérvio em Pristina.

26
Sábado

Jorge Sampaio visita a Beira Interior ■ O governo expande a campanha "Segurança máxima - tolerância zero" ao troço da Estrada Nacional 10 entre Setúbal e Almada ■ Xanana Gusmão e José Ramos Horta reencontram-

-se, 24 anos depois da partida para o exílio do Prémio Nobel da Paz ■ Cerca de 160 sérvios, entre os quais professores e empregados da Universidade de Pristina, abandonam o Kosovo em direcção à Sérvia.

27
Domingo

Jorge Coelho garante, no Congresso das Mulheres Socialistas, que os socialistas vão cumprir a quota dos 25 por cento nas legislativas ■ Albaneses incendiam 14 casas sérvias no Kosovo ■ O líder do Partido dos Unionistas do Ulster exige para o acordo de paz o desarmamento total do IRA até Maio de 2000 ■ A Turquia recusa a entrada no seu território de dois advogados italianos do líder curdo Abdullah Ocalan ■ Os confrontos em Caxemira prosseguem apesar dos esforços diplomáticos dos EUA para pôr fim ao conflito.

28
Segunda-feira

O Tribunal de Contas responsabiliza a JAE pelos atrasos na concretização do Plano Rodoviário Nacional e pelos desvios financeiros verificados entre 1986 e 1997 ■ O Provedor de Justiça, Menéres Pimentel, manifesta a sua estranheza por o Ministério Público não ter aberto um inquérito à alegada venda de crianças da Ilha Terceira a cidadãos estrangeiros ■ Xanana Gusmão defende, na abertura do encontro Dare 2, que os líderes timorenses ouçam os apelos do povo de Timor-Leste ■ A Turquia reforça as medidas de segurança em embaixadas, aeroportos e áreas turísticas para evitar conflitos após a leitura da sentença de Abdullah Ocalan, prevista para amanhã.

29
Terça-feira

O PCP compromete-se a reapresentar na próxima legislatura o seu projecto de revisão do artigo 31 da Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas que limita os direitos dos militares ■ Por todo o país, oficiais, sargentos e praças manifestam-se para reivindicar melhores salários e o direito ao diálogo através de associações socioprofissionais ■ Uma centena de pessoas pertencentes a uma milícia pró-integracionista ataca um posto das Nações Unidas no Oeste de Timor-Leste, provocando uma dúzia de feridos ■ O líder curdo Abdullah Ocalan é condenado à morte mas a União Europeia apela à Turquia que renuncie à aplicação da pena ■ Mais de dez mil opositores do Presidente jugoslavo Slobodan Milosevic manifestam-se em Cacak na Sérvia.

Não surpreende mas preocupa a obsessão com que António Guterres e os seus ecos clamam pela maioria absoluta. Trata-se de uma fixação doentia, de um desejo transformado em objectivo prioritário e essencial, da exibição incontida do sonho de suportar a acção governativa num perverso e perigoso poder absoluto. Quem tenha observado os dirigentes do PS na noite das eleições europeias, há-de ter notado os seus rostos sombrios, a ausência de alegria, o mal disfarçado desencanto face aos resultados obtidos. Não que os resultados, vistos na exclusiva perspectiva das eleições para o Parlamento Europeu, não tenham sido bons para o PS - de facto, e por efeito da presença de Mário Soares na lista, o PS obteve um resultado superior ao que conseguira em 1994 - mas porque Guterres queria e esperava mais: o objectivo de alcançar a maioria absoluta nas legislativas exigia a rampa de lançamento de uma maioria absoluta nas europeias, exigia a eleição de 13 deputados para o PE e uma percentagem na casa dos 50%. Falhado esse objectivo, faltou a razão para cantar vitória.

É óbvio que o Primeiro-Ministro tem a noção de que exigir a maioria absoluta é coisa vista com grandes reservas e desconfianças pela generalidade dos portugueses. Daí o seu esforço em, durante tanto tempo, ter fugido à utilização da expressão «proibida», procurando disfarçar a sua ambição com o mau recurso à formulação «maioria inequívoca» ou, pior ainda, «absolutamente inequívoca». Entretanto, talvez porque alguém lhe segredou que tal fórmula era uma espécie de gato escondido com o rabo de fora e evidenciava uma clamorosa subestimação da inteligência dos destinatários da sua mensagem, Guterres aproveitou o debate sobre o estado da Nação e desnudou a sua ambição de candidato à prática do «quero, posso e mando».

O debate sobre o Estado da Nação constituiu, quer para o PSD quer para o PS, o primeiro comício mediático de caça ao voto para as legislativas. Mais do que analisar os resultados e as consequências da acção do PS no Governo, Barroso e Guterres fizeram promessas eleitorais: o primeiro repetindo as que fez e não cumpriu nos dez anos em que o seu partido esteve no governo; o segundo, imitando-o em relação aos seus quase quatro anos de governação. Como acentuou o Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, em vez de «um debate assente na seriedade, na objectividade e no rigor quanto à acção governativa desenvolvida», o Primeiro-Ministro e o PS optaram por iniciar a pré-campanha eleitoral atribuindo-se «auto-elogios», desdobrando-se em «promessas do Governo» e exorbitando no «panegírico do próprio partido que o sustenta».

No seu estilo torrencial e demagógico, Guterres cometeu a notável façanha de, sem utilizar uma só vez a palavra «eleições», não ter falado de outra coisa. Sem corar - pior do que isso: exibindo-se como peixe na água - disse a dado momento: «Quero agradecer aos portugueses, a este povo admirável que cada vez mais desenvolve a sua auto-estima, o orgulho na sua pátria, a confiança nas suas possibilidades.» E confirmando que, no seu discurso, o desdum e o ridículo se situam à altura da sua desmedida ânsia de obter votos, viria ainda a chamar a si e à sua governância os êxitos devidos ao talento de algumas grandes figuras da cultura nacional. Após o que, «olhos nos olhos», apelou ao voto no PS, mais precisamente à maioria absoluta. E fez promessas.

Promete Guterres que, com a maioria absoluta, tudo será maior: «maior empenhamento nos combates aos abusos de poder, no respeito pelos direitos dos outros, no exercício da acção governativa de forma dialogante». Registamos o facto, eloquentíssimo,

de Primeiro-Ministro, enquanto tal, condicionar o seu «empenhamento» ao número de votos que obtiver... facto que, por si só, o deveria penalizar com a obtenção de um único voto: o seu. Registamos, igualmente, o reconhecimento de Guterres de que o seu «empenhamento» em matérias tão importantes como as que refere tem sido, no actual mandato, menos que medíocre. E coloquemos-lhe as perguntas que o seu discurso impõe: foi por não dispor de uma maioria absoluta que o seu governo praticou escandalosos e antidemocráticos «abusos de poder»?; que desrespeitou «os direitos dos outros» que, neste caso, são a maioria dos portugueses e portuguesas?; que transformou as promessas de diálogo numa mascarada e fechou as restantes na gaveta? Mais: foi por não dispor da maioria absoluta que manteve mais de um milhão de portugueses com pensões de tal forma miseráveis que constituem um cruel atentado aos direitos humanos?; que fez da sua política laboral uma permanente ofensiva contra os direitos dos trabalhadores?; que teve como preocupação prioritária e quase exclusiva a defesa dos interesses dos grandes grupos económicos e financeiros?; que arranjou mais de 11 mil «jobs» para outros tantos «boys» através de nomeações sem concurso?; que chega ao fim do mandato seguido por um rasto ininterrupto de escândalos, irregularidades e corrupções?; que manchou o nome de Portugal tornando-o co-responsável no brutal genocídio levado à prática pela Nato, às ordens dos EUA, na Jugoslávia?

As respostas para tais perguntas são óbvias: Guterres só não foi mais longe nos aspectos negativos da sua política porque não dispunha da maioria absoluta - e porque deparou sempre com a oposição determinada do PCP, única força que, de facto, é oposição à política de direita. E é para isso, para prosseguir e intensificar essa política, que quer a maioria absoluta, para a obtenção da qual não hesita em prometer, no mínimo, tudo o que já prometeu e não cumpriu.

Como a experiência tem demonstrado, a maioria absoluta contém, em si própria, perigosas perversidades, traz consigo e em si a tentação de abuso do poder e de autoritarismo. É sabido que a maioria absoluta está indissolúvelmente ligada à negação e à rejeição do debate das ideias como componente essencial da vida democrática, à substituição do «nós» pelo «eu», do plural pelo singular, do diálogo democrático pelo monólogo musculado, da tolerância humanista pela intolerância repressiva. O exemplo do consulado de Cavaco Silva está bem presente, ainda, nas nossas memórias: prepotência, repressão, nepotismo, clientelismo, corrupção, instrumentalização e partidarização do governo e do aparelho do Estado, enfim, todo um conjunto de práticas que decorrendo naturalmente da maioria absoluta encontram na política de direita o terreno fértil para se desenvolverem e estenderem os seus múltiplos tentáculos a todas as áreas da vida nacional.

E se o PS de Guterres, sem maioria absoluta, é o que temos visto, imagine-se o que seria se a obtivesse...

Do debate chamado sobre o estado da Nação emergiu, afinal, como dado marcante, a necessidade de pôr termo à política de direita e de a substituir por uma efectiva política de esquerda. E como sublinhou Carlos Carvalhas, colocando os pontos nos ii e separando o trigo do joio, «estes 4 anos de governação do PS são a prova cabal de que essa viragem só será possível com o PCP e com o reforço do seu peso nesta Assembleia. É nesse sentido e com esse objectivo que de novo nos apresentaremos aos eleitores. E, contrariamente ao PS e ao Governo, sem receio que nos acusem de termos faltado aos compromissos eleitorais. Sem necessidade de escondermos o que fizemos e nos refugiarmos nas promessas vãs do que vamos fazer».

Guterres só não foi mais longe nos aspectos negativos da sua política porque não dispunha da maioria absoluta - e porque deparou sempre com a oposição determinada do PCP, única força que, de facto, é oposição à política de direita

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socorro Pereira Gomes, 3
- 1600 - 196 Lisboa. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socorro Pereira Gomes, 3 - 1600 - 196 Lisboa
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA - Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A.
- 1169-161 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058.
NIF - 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!», SA - Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A.
- 1169-161 Lisboa
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota - Linho - 2710 Sintra
Telef. (01) 97 4 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B L. 227 - 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A 1169-161 Lisboa
- Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 - Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A 1169-161 Lisboa
- Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 - Fax: 815 34 95

Composição e Impressão
Heiska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 - 139 Sintra
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00	50 números: 30 600\$00
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 21 850\$00	50 números: 23 000\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____

Código Postal _____ Telef. _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

Citações ao acaso

«A famosa granada que explodiu no mercado de Sarajevo e que serviu de pretexto para a entrada da Nato na Bósnia, foi lançada por milícias iranianas integradas no exército bósnio; os serviços de informação dos EUA conheciam a verdade mas silenciaram-na.»

«A imagem dos campos de concentração sérvios que deu a volta ao mundo durante a guerra da Bósnia, foi uma montagem de vídeo da agência de notícias americana que difundiu a foto.»

«As imagens distribuídas pela Nato sobre as valas comuns eram uma montagem fotográfica.»

«No passado 28 de Abril, os diários 'El País' e 'El Mundo' publicaram duas fotos de um mesmo massacre e comparando-as verificou-se que foram manipuladas.»

«A Nato lançou sobre a Jugoslávia o equivalente a seis bombas atómicas, cinco vezes mais do que as bombas lançadas sobre a Alemanha em toda a Segunda Guerra Mundial.»

«As pilhagens e os actos de violência, cada vez mais claramente atribuídos a albaneses num misto de vingança e delinquência, continuam a marcar o quotidiano do Kosovo.»

«Pelo menos 14 casas foram pasto de chamas (...) no sector americano das Forças

da Paz (Kfor).» «O capitão Marshal Miles suspeita que 'os incêndios terão sido ateados por homens do UCK' detectados (e deixados à vontade) nos arredores.»

«Os marines mataram um sérvio (o segundo em três dias) no decorrer de confrontos violentos provocados por um grupo de albaneses que tentavam destruir uma estátua sérvia.»

«No sector italiano, uma aldeia sérvia foi completamente queimada depois de saqueada por albaneses. Os soldados italianos da Kfor não tentaram intervir, mantendo-se em 'vigilância', enquanto automóveis, camiões e tractores carregavam o produto do saque.»

«Curiosamente, e no momento em que se multiplicam assassínios e raptos de sérvios e pilhagens e incêndios de propriedades sérvias, o general Wesley Clark mostrou-se muito alarmado com a alegada presença de 'paramilitares sérvios' no Kosovo.»

«Solana mostrou-se particularmente preocupado com a situação dramática dos sérvios no Kosovo, dizendo, sem pestanejar, que 'a segurança e a protecção dos sérvios serão garantidas'. (...) Solana não explicou se esse esforço iria ser iniciado ainda na presença dos últimos sérvios no Kosovo ou só depois da sua morte ou expulsão.»

«O UCK é uma organização pouco recomendável, cujos dirigentes são capazes de uma 'aterradora falsidade' (...) Ora a sua eleição como interlocutores em Rambouillet, pela senhora Albright, deu-lhes respeitabilidade. O UCK é hoje o parceiro da Nato e espera ser amanhã o poder no Kosovo.»

«Em 13 de Abril a guarda fronteiriça italiana interceptou três camiões de 'ajuda humanitária' carregados de armamento sofisticado para o UCK.»

«A acção militar do UCK nos últimos anos consistiu em pôr bombas nos estabelecimentos comerciais da capital do Kosovo.»

«O UCK não é toda a sociedade kosovar, mas é quem tem as armas. O recente acordo de desarmamento foi eminentemente favorável ao UCK. Para lá da retórica diplomática de conveniência, a independência do Kosovo tornou-se um dado irreversível.»

«Novos focos de conflito ameaçam a Jugoslávia.» «Depois do Kosovo, três outras regiões da actual federação jugoslava permanecem como potenciais focos de conflito: Voivodina, Samaljac e Montenegro.»

«EUA dão 5 milhões de dólares 'pela cabeça' de Milosevic.»

■ José Casanova

Nas margens do pântano

"Jorge Coelho reconhece que há anos o seu Partido (PS) recebeu dinheiro de um banco de Champalimaud mas avisa que tal não se repetirá para evitar equívocos. Coelho não recusa apoios dos grupos económicos rivais desde que tudo se processe com transparência." (DN, 26/6/99)

Quem mais desprevidamente acompanhe o "caso Champalimaud", em cena sob o argumento de um governo indignado e um banqueiro arrogante, arrisca-se a concluir por razões de aparência. E passaria provavelmente ao lado do que mais significativo este caso na vida real representa: uma lamentável história de cumplicidades, compromissos e favores entre o poder político e o económico desenvolvida à conta do interesse público.

De confissão em confissão adensa-se a suspeita sobre a teia de interesses que estão associados ao caso.

Ainda todos quantos não se conformam com a promíscua relação que resulta da crescente fusão entre alguns partidos e o capital não se haviam refeito da surpreendente confissão de um secretário de Estado que veio confirmar que a operação de controlo do Totta & Açores havia beneficiado de um tratamento de favor realizado à custa dos recursos públicos e já uma outra proeminente figura do Governo e do PS produzia uma não menos significativa confissão.

De uma assentada, Jorge Coelho reconhece, preto no branco, que o PS tem sido financiado por bancos do Grupo Champalimaud, anunciando desde logo que por razão da zanga do momento o PS não vai aceitar deste novos e desinteressados donativos, pelo que também e desde já revela um PS disponível e de bolsos abertos para receber de outros grupos financeiros aqueles renovados e igualmente generosos e desinteressados donativos. Tudo, claro está, liberto de equívocos e na maior transparência como os elevados interesses nacionais reclamam e o desprendido dever de Estado do PS obriga.

Pelo que, somado o que foi confessado e deduzido do que foi declarado é legítimo exigir ver esclarecido se, para o assumido favorecimento a Champalimaud na operação de controlo do Totta, para a posição do Grupo Parlamentar do PS na comissão de inquérito parlamentar e para o acordo de cavalheiros na base do qual em ambiente de gente amiga se entregou a troca de empenho da palavra a parcela que faltava para o controlo do negócio, não terá concorrido o excesso de confiança resultante da generosidade de Champalimaud.

E já agora, para tranquilidade dos corpos e lavagem dos espíritos, para que a declarada intenção de troca das fontes de financiamento não fique associado às movimentações em curso que o caso Champalimaud despoletou da parte de grupos financeiros rivais.

Pouco importa se as declarações de Jorge Coelho revelam desapontamento com a manifesta ingratidão revelada por Champalimaud. O que mais importa é que a não ser esclarecido, este caso e o que o envolve transporta-nos perigosamente até à margem de um pântano de promiscuidade encoberto por histórias mal contadas.

Nada que naturalmente a voragem de tempo útil dos factos políticos, a distração pública e uma bem encenada Convenção Nacional não remedeie. Ao som de Vangelis, ou Elgar, e com honras de uma Orquestra Nacional.

Para que no meio de tanta pompa ninguém repare nas circunstâncias.

■ Jorge Cordeiro

G-7 em Colónia RICOS & POBRES

O selecto clube dos países capitalistas mais ricos, o G-7, reuniu uma vez mais, dias 18 a 20 de Junho, em Colónia. Os super-ricos andam a reunir amiúde. Primeiro, porque sendo informal e sem estatuto de direito internacional, o G-7 pretende cada vez mais ser ele a reger o mundo, secundarizando a ONU que, ela sim, reúne a comunidade internacional com âmbito praticamente universal e está sujeita ao direito internacional, decorrente da Carta das Nações Unidas. No recato do G-7, os "grandes" vêem-se livres de incómodas vozes e do escrutínio da grande maioria do mundo. E depois, porque os "grandes" sendo parceiros e cúmplices, são também entre si competidores e rivais na partilha do "bolo", inclusive das "fatias" de cada um deles. E aí a hegemonia total e incontestada (dos EUA) não se encontra de modo algum assegurada, é questão sempre em aberto. Os problemas do mundo são muitos, os de cada um (EUA incluídos) também. Por isso as reuniões se sucedem, os debates são acesos e as decisões, as mais das vezes, vagas ou mínimas. Em boa medida tudo fica no segredo dos deuses desse Olimpo e pouco transpira para o comum dos mortais - países e cidadãos. Esta última reunião não foge à regra.

Sabe-se por alto que na mesa da discussão estiveram desta vez, entre outras questões, a busca de consensos para medidas de prevenção da(s) crise(s) financeiras(s) que os vem ameaçando e contrapondo; a repartição dos encargos e negócios para a reconstrução do Kosovo, e arredores, por eles mesmos devastados; a "ajuda" económica à Rússia, melhor dizendo a preparação "financeira" para um melhor (para eles) resultado nas eleições legislativas e presidenciais que se aproximam; a saída para o impasse quanto à nomeação do novo director-geral da Organização Mundial do Comércio, pois o anterior esgotou o prazo já em Abril e o braço-de-ferro para a escolha do próximo prossegue; e ainda, o instante problema da dívida externa dos países mais pobres do planeta. Sabe-se lá mais o quê, à volta da mesa ou na sombra dos corredores.

Quanto à dívida externa dos países mais pobres do mundo, a negociação foi intensa e prolongada e os resultados bastante magros. Ele há tantas despesas a fazer na corrida aos armamentos! E a "teta" da dívida é tão lucrativa! Por isso, apenas se acordou, laboriosamente, numa redução a prazo de 70 mil milhões de dólares, devidamente acompanhada de todo um rol de condições - entre as quais o prosseguimento dos "programas de ajustamento estrutural" e a defesa de "melhores métodos de governo", uma vez mais do exterior impostos e pelo exterior comandados. São bem parcas as migalhas - porque a dívida externa global desses países mais pobres monta a 230 mil milhões de dólares e esses países, que representam apenas 3% do PIB de todos os países em desenvolvimento, suportam 10% do peso da dívida para com os países mais ricos. *Too little, too late* - demasiado pouco, demasiado tarde - dizem muitos com razão. E bem podem os "especialistas" do *Financial Times* e do *Economist* vir a correr justificar a "sensatez" dos "generosos" benfeitores. Assim, os países mais pobres vão continuar a ser os países mais pobres - e continuar a pagar algo que já está pago há muito e por de mais.

O último Relatório sobre o Desenvolvimento Humano, do PNUD, regista que os 225 bilionários mais ricos do mundo possuíam em 1997 uma fortuna global sensivelmente idêntica ao rendimento anual conjunto de 47% dos mais pobres do mundo. É de bradar aos céus! Esta brutal concentração de riqueza num punhado de supernababos está na razão directa da acumulação da miséria na enorme massa da Humanidade. Por isso há que prosseguir, cá na terra, pelas mais diversas formas e por toda a parte, a luta pela anulação total da dívida dos países mais pobres - como fizeram 20.000 manifestantes em Colónia e um movimento universal que aí fez entrega de uma petição com mais de 15 milhões de assinaturas.

■ Carlos Aboim Inglez



Foto: Jorge Caria

Crianças - O melhor do mundo... num mundo melhor

SEMANA

Militares manifestam-se por melhores salários

Segundo a Lusa, militares de todas as patentes – soldados, sargentos e oficiais – têm organizadas iniciativas para esta semana expressando a sua reivindicação da revisão salarial nos diversos escalões das Forças Armadas

portuguesas. As manifestações assumirão o carácter de «levantamento de rancho», com os soldados a recusarem a comida nos quartéis e os sargentos e oficiais a tomarem as refeições fora, ao mesmo tempo que os

sargentos irão «passar» em oito cidades do país, de forma ordeira mas deixando clara a sua presença e, através dela, as suas reivindicações. A revisão salarial nas carreiras militares é um problema que se arrasta há vários

anos, com negociações conduzidas pelas chefias hierárquicas militares mas que, segundo estas, têm sido inconclusivas, como o assinou a semana passada em entrevista a um jornal o Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas, general Espírito Santo. Nessa altura, e confrontado pelos jornalistas com essa entrevista do mais alto responsável militar das Forças Armadas portuguesas, o ministro da Defesa, Jaime Gama, afirmou não ter qualquer comentário a fazer às declarações de um seu «subordinado hierárquico».



Agricultura portuguesa em queda acelerada

No seu relatório sobre «As Contas da Agricultura Portuguesa», agora tornado público, o Instituto Nacional de Estatística (INE) conclui, irrevogavelmente, que a produção agrícola portuguesa entrou em queda acentuada e, com ela, outros sectores de actividade como o rendimento disponível dos agricultores e o valor acrescentado bruto gerado no sector. No ano passado, a produção final total da agricultura portuguesa atingiu os 786 milhões de contos, a preços correntes, o que representa uma quebra de cerca de 9% face aos valores de 1997, ano em que, por sua vez, se tinha registado uma acentuada queda face à melhor campanha da década, registada em 1996. Entretanto, numa análise comparativa mais alargada, o desempenho do sector agrícola do ano passado é o terceiro pior dos últimos 10 anos e, se a comparação dos números for feita a preços constantes de 1986, a situação é ainda mais catastrófica, colocando a pro-

dução agrícola do ano passado como a pior da última década. Ouvido pelo Público, o assessor da direcção da CNA, João Dinis, afirmou que a quebra de produção em 1998 tem razões objectivas que se podem encontrar «nas difíceis condições climáticas observadas durante a campanha agrícola», que afectaram de forma muito significativa a produção vegetal e não foram «minimamente compensadas pelas medidas de apoio anunciadas pelo Governo», situação agravada por se terem registado «sucessivas quebras nos preços à produção, de que é exemplo o que está a acontecer, actualmente, com a batata primor». Um outro indicador que merece destaque nas contas do INE para o sector agrícola em Portugal diz respeito à evolução do rendimento líquido da actividade, que no ano passado conheceu uma quebra da ordem dos 20%, passando, a preços correntes, de cerca de 300 milhões de contos para 246 milhões de contos.

Opel moderniza-se na Azambuja, mas (também) quer dinheiro português...

A Opel Portugal, instalada na Azambuja desde 1963 e que actualmente emprega 1100 trabalhadores, decidiu alargar os seus investimentos no nosso país, nomeadamente com a construção de uma nova nave de pintura com mais de 16 mil metros quadrados e orçada em oito milhões de contos, o que lhe permitirá não apenas ter a melhor linha de pintura da General Motors na Europa, como aumentar o seu ritmo de produção em mais de 25%. Nos planos da empresa, e segundo o Público, estão ainda investimentos que têm por finalidade produzir o novo Corsa em Portugal. Todavia, segundo o responsável alemão da empresa, Martin Apfel, os apoios do Estado português e da Comunidade Europeia (leia-se fundos portugueses e comunitários) são

«determinantes» para este alargamento da actividade e da produção da Opel Portugal, decorrendo presentemente negociações entre o Governo português e esta multinacional da produção automóvel dominada pela norte-americana General Motors. Espera-se que, desta vez, não se desembocque num descalabro semelhante ao da Renault, a quem o Estado português concedeu fundos gigantescos e facilidades ultragenerosas para uma nova fábrica de produção do modelo Clio sob o compromisso da criação e manutenção de centenas de postos de trabalho, resultando num insultuoso e impune incumprimento da multinacional francesa em relação aos compromissos assumidos com o Governo português e num pesado prejuízo para o nosso país.

O escândalo da vacina ineficaz para a papeira

Segundo A Capital, pelo menos entre 1995 e 1997 centenas de milhares de crianças portuguesas foram inocula-

das com uma vacina ineficaz contra a papeira, apesar de a Sociedade de Pediatria e numerosos médicos terem aler-

tado as autoridades sanitárias, pelo menos desde 1995, que a vacina tripla usada até essa altura (VASPR – Vacina

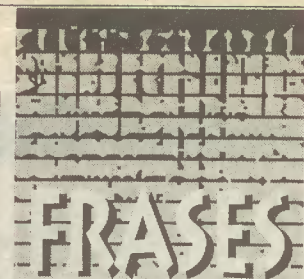
Anti-Sarampo, Papeira e Rubéola) era ineficaz em relação à estirpe de vírus da papeira que existia em Portugal. Apesar de todos estes alertas dos profissionais lançados ainda em 1995, a Direcção-Geral de Saúde manteve até Outubro de 1997 a aplicação desta vacina. Resultado: centenas de milhares de crianças vacinadas nesses anos não ficaram imunizadas contra a papeira, como o confirmam os crescentes casos de manifestação desta doença considerada erradicada em qualquer país civilizado e afectando, precisamente, as crianças que foram inoculadas nesse período de utilização de uma vacina ineficaz.



Fascista Papadopoulos morre de cancro na prisão

O antigo ditador grego, Georges Papadopoulos, morreu esta semana com 80 anos, vítima de uma doença muscular degenerativa, um cancro que forçou o seu internamento há três anos, onde continuou a cumprir a prisão perpétua a que fora condenado. Papadopoulos foi o cabecilha do sinistro «golpe dos coronéis» que, entre Abril de 1967 e Julho de 1974, mergulhou a Grécia numa das mais brutais e sanguinárias ditaduras fascistas deste século. Anticomunista paranóico, Papadopoulos chegou a afirmar que a admi-

nistração norte-americana de Richard Nixon e o próprio Nixon eram um «bando de comunistas». Enquanto dominou a Grécia, este psicopata bestial e ignorante assassinou um número incalculável de cidadãos gregos e instalou um regime de terror e de tortura ao nível dos métodos nazis. Derrubado em 1974, foi condenado à morte por traição, mas a pena foi-lhe comutada para prisão perpétua em 1975, tendo ficado detido numa prisão perto de Atenas até ser internado no hospital, há três anos.



“Em contacto hoje realizado entre o primeiro-ministro, eng.º António Guterres, e o presidente da Comissão Europeia, prof. Romano Prodi, ficou definido por consenso que o próximo membro português na Comissão será o dr. António Vitorino.”

(do comunicado emanado do gabinete do primeiro-ministro, 24.06.99)

“É evidente que as regras do mundo global e de um espaço de integração como a União Europeia não podem estar vulnerabilizadas por arbítrios governamentais.”

(António Vitorino, à Rádio Renascença, citado em «Público», 25.06.99)

“Sobre o que possa ter dito o Dr. António Vitorino ou qualquer outra pessoa são opiniões pessoais que todos têm o direito de emitir e que em nada comprometem nem o Governo ou o partido a que pertencem.”

(António Guterres, citado em «Público», 25.06.99)

“No Governo não há posições divergentes sobre essa matéria.”

(Jorge Coelho, citado em «Público», 25.06.99)

“António Guterres é cada vez mais o líder indiscutível da nova sociedade consumista. É o ídolo das famílias felizes e endividadas.”

(Horácio Piriquito - «Semanário Económico», 25.06.99)

““Europarvo” é apenas um euroneologismo indispensável para caracterizar a nossa atitude em relação à União Europeia.”

(Luís Salgado Matos - «Público», 28.06.99)

“Não há uma ideia verdadeiramente mobilizadora no discurso “rosa” para o século que entra. Nesse aspecto, “guterrismo” e “cavaquismo” equivalem-se, até na ridícula competição acerca dos quilómetros de estradas construídas. Daí que a dúvida permaneça: uma maioria absoluta para quê?”

(Ricardo Leito Pinto - «Diário de Notícias», 26.06.99)

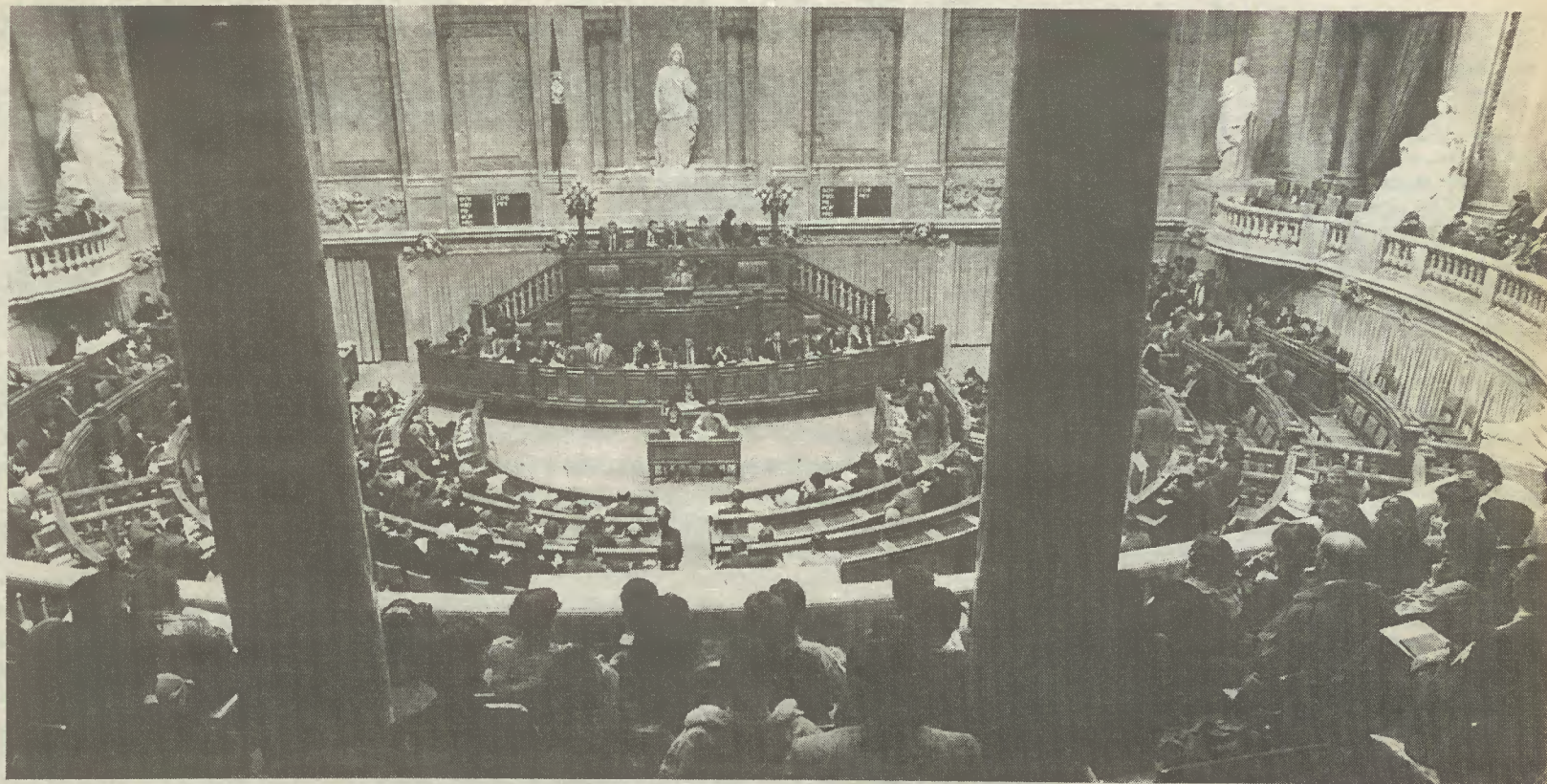
“Os Estados Unidos detêm hoje um verdadeiro “absolutismo mundial”. Os reis diziam: o Estado sou eu; o Presidente americano pensa: o planeta somos nós.”

(Jean Daniel - «Visão», 24.06.99)

“São quase 23 horas quando chego a casa para jantar. Mas quem é que consegue jantar a esta hora? Não há melhor dieta do que a Direcção de Programas!”

(Maria Elisa, «O Meu Diário» - «Diário de Notícias», 27.06.99)

Debate sobre o estado da Nação



Uma viragem à esquerda só é possível com o PCP

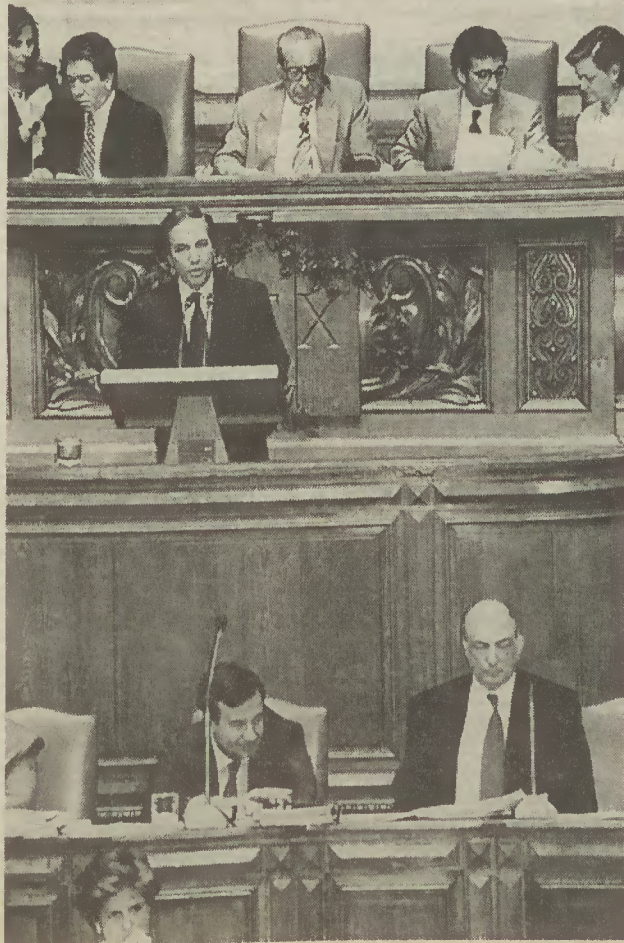
«O país precisa mais do que nunca, não da continuação do essencial da política cavaquista de má memória mesmo que disfarçada de sorrisos ou de retórica social, não de uma política assente nos dogmas neoliberais, mas sim de uma efectiva política de esquerda, de uma viragem à esquerda. E estes quatro anos de governação do PS são a prova cabal de que essa viragem só será possível com o PCP e com o reforço do seu peso nesta Assembleia.» As palavras são do Secretário-Geral do PCP e foram proferidas no debate sobre o estado da Nação.

No Parlamento, fez ontem oito dias, foi este o tema a concitar a atenção dos deputados. Independentemente das diferentes expectativas com que o debate era aguardado, esperava-se, legitimamente, que este fosse um momento ímpar para proceder a um balanço da própria Legislatura, agora que os trabalhos parlamentares entraram na sua recta final. Tão importante como esse exame e ponderação à acção governativa nestes últimos quatro anos, desejável, a todos os títulos, era igualmente que o debate se constituísse numa oportunidade única para uma reflexão serena e aprofundada sobre os reais problemas com que o País se confronta.

Partindo deste entendimento, adoptando uma atitude conforme com a sua leitura do debate, assim se posicionou o Grupo Parlamentar do PCP, com isso se diferenciando claramente não apenas das restantes bancadas parlamentares como do próprio Governo.

Partiu da bancada comunista, pela voz do Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, com efeito, o discurso que verdadeiramente passou

em revista o essencial das grandes questões nacionais que vêm marcando o nosso presente e futuro. Foi uma intervenção séria sobre os problemas, em moldes deta-



lhados e rigorosos, que se opôs de forma nítida aos discursos de registo pré-eleitoral, quer de António Guterres quer de Durão Barroso.

Servindo-se da Assembleia da República como trampolim para este fim, numa grosseira subversão ao verdadeiro sentido deste tipo de debate, os dirigentes do PS e do PSD,

na verdade, para além da retórica, limitaram-se a preencher quase ao despique os seus discursos com promessas.

Não deixa de ser curioso, aliás, que tenha sido o discurso de Carlos Carvalhas, pela objectividade dos factos e pela seriedade da argumentação, que acabou por em alguns aspectos embaraçar o

próprio Primeiro-Ministro, que se viu obrigado a dar a mão à palmatória e a reconhecer razão ao PCP, como foi o caso, por exemplo, da questão dos acessos ao Algarve.

Uma outra nota a reter deste debate tem a ver com a forma como, no geral, ele foi tratado por alguns órgãos de comunicação social. Assis-

tiu-se, mais uma vez, erradamente, a um tratamento dos conteúdos do debate e dos que o protagonizaram em que se privilegiou a política-espectáculo, em detrimento das questões de fundo e dos problemas concretos com que se debatem os portugueses e o País. Absolutamente lamentável.

Intervenção de Carlos Carvalhas

Promover o desenvolvimento com justiça social e defesa do interesse nacional

Este debate sobre o estado da Nação é na prática um debate sobre a legislatura do governo PS. E nesse sentido deveria ser um debate assente na seriedade, na objectividade e no rigor quanto à acção governativa desenvolvida.

Infelizmente, não foi esse o caminho escolhido pelo sr. Primeiro-Ministro e pelo PS.

Apresentaram-se neste debate já com um forte pendor pré-eleitoral como se pôde verificar pelos auto-elogios e as promessas do governo e os panegíricos do próprio partido que o sustenta.

Pela parte do PCP, não temos uma visão catastrofista do estado da Nação. Mas estamos convictos de que se poderia e deveria ter feito muito mais e muito melhor e que não chega o enfeite de algumas penas de pavão, como sejam o rendimento mínimo, algumas obras públicas e o pré-escolar, este aprovado contra o conteúdo desejado pelo governo.

E não temos dúvidas de que não é com auto-elogios nem com a ampliação da obra feita, nem com promessas futuras que se esconde a realidade do foi mal feito e daquilo que se deixou de fazer por inoperância ou por falta de vontade política.

O governo pode continuar a vender a tese do oásis, pode beneficiar até de um julgamento ainda benévolo por parte de alguns sectores

que são levados a confundir prosperidade com endividamento, mas não altera a realidade e o mal-estar que se verifica em muitos sectores da sociedade.

A verdade é que não se podem esquecer omissões flagrantes do Governo em matérias estruturantes, de que é exemplo o facto de durante estes anos não se ter avançado com uma reforma fiscal, fundamental para a concretização de outras reformas no sentido do progresso e da justiça social.

Tal como não pode ser omitido que o crescimento económico e o consumo estão em desaceleração, e que as taxas de crescimento do investimento e das exportações caíram para metade. E muito menos se pode escamotear o facto de nesta legislatura o crescimento económico ter tido uma repartição que levou à concentração da riqueza, como o comprova a distribuição do Rendimento Nacional; o de mais de 1 milhão de reformados continuarem com pensões de miséria apesar dos volumosos saldos do Orçamento da Segurança Social; o de ao contrário do que se prometeu, se ter usado e abusado dos *jobs for the boys*, ou ainda o facto do aparelho produtivo nacional se ter continuado a fragilizar como o provam a grave crise da agricultura e das pescas e o défice assustador da nossa Balança Comercial.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Intervenção de Carlos Carvalhas

As razões do descontentamento

De facto, o estado da Nação é inseparável da análise da realidade e do pulsar da vida social.

E pensamos que o governo não se pode alhear das razões de fundo de tanto descontentamento e desencanto que atravessa vários sectores da sociedade portuguesa e em particular do mundo do trabalho.

Quais as razões que levam hoje, em tantas áreas da Administração Central e Local a manifestações inequívocas de descontentamento e luta quando no princípio desta legislatura o governo se gabou tanto do célebre acordo estabelecido com todas as organizações sindicais.

Que razões tinham e têm os pescadores do arrasto para levar a cabo a maior e mais prolongada greve da história deste sector tal como os motoristas do transporte de combustíveis.

Que razões levam, passados quase 3 anos da entrada em vigor da lei das 40 horas a que ainda hoje em muitas empresas têxteis e do vestuário e junto do Ministério do Trabalho se lute pelo direito às pequenas pausas.

Que razões levaram os trabalhadores e o movimento sindical a participarem numa das maiores consultas públicas promovidas por esta Assembleia, como forma de denúncia e de recusa do pacote laboral; a promoverem entre outras acções, a maior manifestação e concentração dos últimos 12 anos, como pôde ser testemunhado pelos senhores deputados.

Foram e são razões de fundo que levaram a tantos protestos e tantas lutas.

Primeiro, porque o governo onde pôde decidir sobre os direitos e os salários assumiu opções e políticas quase sempre contrárias aos interesses e aspirações dos trabalhadores.

Fê-lo quando tentou concretizar o núcleo duro das propostas de legislação laboral visando desregular e abalar importantes pilares do direito do trabalho.

Fê-lo quando impôs a contenção salarial através da "força do exemplo" dos aumentos da Função Pública, defraudando expectativas quanto à evolução de carreiras.

Fê-lo quando a Assembleia da República clarificou o direito dos trabalhadores às pausas e o ministro da Solidariedade despachou a dar razão à CIP.

E quando, nos conflitos, os trabalhadores esperavam uma contribuição efectiva e positiva por parte do governo, este colocou-se geralmente numa postura de Pilatos, quando não do lado do mais forte.

Fê-lo porque no plano do emprego se preocupou mais com as engenharias estatísticas do que com a sua qualidade e com a sua efectividade, isto é, com a criação de empregos com direitos e justamente remunerados.

Não diabolizamos toda a política social do governo. Mas em relação às grandes causas sociais este governo escolheu conscientemente e normalmente o caminho errado.

Não a respeitou na prática quem trabalha e desvalorizou o trabalho com direitos.

E o mesmo poderíamos dizer em relação às promessas feitas à juventude, à paixão bolorenta sobre a educação e à realidade da falta de saídas profissionais.

Também antes das eleições, o Sr. Primeiro-Ministro não se cansou de afirmar que a droga seria o inimigo número um do seu Governo. Seria pois legítimo esperar que nestes quatro anos tivéssemos assistido a grandes mudanças na política de combate à droga que fossem

para além dos discursos e que conseguissem travar o avanço deste grande flagelo social. Mas não foi isso o que aconteceu.

O PCP nunca instrumentalizou o problema da droga como arma de arremesso político e nunca procurou retirar dividendos partidários da desgraça que afecta milhares de jovens e as suas famílias. E por isso apoiámos e impulsionámos medidas que nestes últimos anos se traduziram em avanços nos programas de redução de riscos e no aumento do número de centros de atendimento de toxicodependentes. E é uma realidade que várias medidas foram tomadas na sequência da aprovação por esta Assembleia de projectos de lei do PCP sobre esta matéria.

Mas mais do que por uma política decidida de combate à droga, estes quatro anos ficam marcados pela dança de estruturas e de cadeiras, pelas hesitações, pela indefinição estratégica e pela ausência de medidas capazes de combater com eficácia os grandes traficantes.

Se o PS, logo em 1996, em vez de alinhar na demagogia dos aumentos das penas, tivesse apoiado o projecto de lei do PCP que acabava com a aplicação de penas de prisão por simples consumo de droga, tratando os toxicodependentes como doentes e não como meros criminosos, teríamos hoje em aplicação uma lei da droga mais justa, mais humana, e que teria permitido recuperar muitos toxicodependentes longe do ambiente das prisões.

O mesmo podemos dizer em relação ao combate ao branqueamento de capitais e por isso aqui fica o desafio ao Partido Socialista e a todos os demais partidos, para que na próxima legislatura dêem o seu apoio aos projectos de lei que o PCP apresentou recentemente, para aperfeiçoar os mecanismos legais de combate a estas actividades criminosas.



Mais promessas do que realizações

Falando da área institucional, onde se incluem os sectores da Justiça, Segurança Interna e Defesa Nacional, melhor do que tudo o que se possa dizer acerca da política do Governo temos os factos que falam por si, como alguns que têm sido noticiados recentemente. A realidade é que ao fim dos quatro anos de muitas promessas, é a Polícia Judiciária que vem a público denunciar a falta de meios operacionais; são os militares das Forças Armadas que denunciam abertamente a degradação de uma situação estatutária e do sistema remuneratório e social e de um alheamento e desinteresse constante revelado pelo governo; é a justiça que confirma com a mesma imagem na opinião pública, de lentidão e de conflitos de interesses de grupo; é a GNR ainda militar, e uma PSP que continua sem sindicato porque o Governo demorou quatro anos a apresentar uma proposta e só o fez em condições que tornaram inultrapassável o bloqueio do PSD: é a situação dos serviços de informações levados a extremos inegáveis de degradação.

O Governo afirma-se um permanente defensor dos direitos, liberdades e garantias. Se há avanços legislativos nesta matéria o governo não negará que é por sua responsabilidade e por responsabilidade do PS que se mantém o inadmissível escândalo da inexistência do Conselho de Fiscalização dos Serviços de Informações, escândalo que se prolongou por todos este mandato, com o PS a bloquear as sucessivas soluções legislativas apresentadas pelo PCP para desbloquear uma situação que – o Governo não pode meter a cabeça na areia – deixa os cidadãos indefesos perante a ameaça dos seus direitos fundamentais.

O Governo fala de justiça como se esta fosse uma soma de sucessos. Mas se há significativas alterações legislativas e alguns avanços quanto a meios, o Governo não pode negar que ao fim destes quatro anos a justiça continua na mesma, lenta e cara, aparecendo aos olhos dos cidadãos como privilegiando as camadas sociais com mais poder em prejuízo dos mais desprotegidos; o governo não pode negar os conflitos abertos que ele próprio alimentou, como no processo de exoneração e substituição do Director da Polícia Judiciária.

O Sr. Primeiro-Ministro garante a pés juntos que Portugal não é uma república das bananas. Mas concordará que há comportamentos do Governo e políticas que, ao fim de uma legislatura, o fazem crer... Portugal não é uma república das bananas, mas com o processo irresponsável das privatizações de empresas básicas e estratégicas, de "mão baixa" a importantes alavancas da economia nacional, o caso Champalimaud, não será o último em que os centros de decisão económicos ficarão nas mãos do estrangeiro pois só o domínio público o poderá impedir de garantir o interesse nacional.

Portugal não será de facto uma república das bananas mas é no nosso país que, apesar de todas as promessas em contrário, continua a haver *numerus clausus* no acesso ao ensino superior. E que continuam a ser necessárias médias superiores a 18 valores para entrar numa faculdade de medicina, apesar da carência dramática da formação de novos médicos, e do recurso à importação de profissionais estrangeiros...

Portugal é uma república da União Europeia, mas é um facto que tendo a Inspecção Geral do Ensino detectado, por exemplo, em 34 universidades e escolas privadas – cerca de um terço do total – incumprimentos legais "considerados graves", de índole diversa, o Governo nada fez em relação a esta grave situação.

Portugal é uma república da União Europeia, mas a verdade é que foi precisa quase uma legislatura para que o Governo descobrisse que havia quase cem mil portugueses em listas de espera nos hospitais. E foi também preciso que a Assembleia da República aprovasse o projecto de lei aqui apresentado pelo PCP para resolver o assunto, para que finalmente começasse a ser resolvida – ainda que de forma tímida e tardia – essa situação grave e escandalosa.

Mas que quer o governo que se diga quando se viu a nomeação dos *boys* do PS para os corpos do Estado, nomeações que são hoje de muitos e muitos milhares com a família PS instalada no aparelho de Estado?

Desde que tomou posse até meados deste mês, o Governo PS fez ao todo, como o informa o Diário da República, mais de 11 mil nomeações sem concurso, das quais cerca de 7 mil de pessoal de gabinetes, direcção e assessoria e 4 mil em comissões e grupos de trabalho.

Só desde que em Março de 97, quando face à denúncia pública do "regabofe nomeador", o Governo PS viu-se obrigado a rever a Lei do Estatuto do Pessoal dirigente da Função Pública, foram nomeados sem concurso e com recurso ao regime de substituição, à alteração da nomenclatura dos cargos ou do nome das instituições, mais de 4 mil funcionários para funções de direcção, gabinetes e assessorias.

A isto não se chama nepotismo e clientelismo? "As duas principais razões que levaram à derrota do PSD foram a arrogância e o clientelismo. Dois pecados

que o PS não pode repetir. No *job for the boys*", assim dizia o Primeiro-Ministro, eng. António Guterres, em 15.10.95.

Passados quase quatro anos já é claro quanto valem estas promessas do PS.

O governo fala da sua política de Segurança Interna, do abandono das superesquadradas, das novas esquadradas de bairro e das medidas no sentido da afirmação do carácter civilista da PSP. Mas esquece o governo que mantém a GNR como corpo militar, com um estatuto de 2.ª, que atinge quem aí presta serviço? Esquece o governo as hesitações em que andou em relação à PSP e que atrasaram o processo, permitindo o bloqueio por parte do PSD? A realidade é que, passados quatro anos, a promessa como mostra o último Relatório de Segurança Interna e apesar das manipulações, os índices de criminalidade aumentaram, particularmente os que mais afectam o quotidiano dos cidadãos, como a delinquência juvenil nos meios urbanos, os crimes com armas de fogo, o furto de viaturas e em viaturas, o furto por carteiristas, etc., etc.

Quanto às Forças Armadas aí a realidade é que o governo não tem mesmo nada para se gabar. Nem três ministros chegaram para melhorar a situação. É a situação dos militares em constante degradação estatutária e remuneratória; é o famigerado artigo 31.º a permanecer na mesma, com as mesmas retrógradas proibições. São, em resumo, umas Forças Armadas a perderem como missão principal a missão da defesa da República para serem chamadas cada vez mais às operações externas, integradas na NATO e sob comando desta organização.

O estado a que chegou o sector só pode significar que ele não é prioridade do governo, é desprezado, é minorizado e colocado no âmbito das questões que não dão votos, quando muito algumas abs-tenções expressas...

Fazendo uma avaliação global, aqui como noutras áreas, foram mais as vozes do que as nozes; foi mais a propaganda do que a acção; foram mais as promessas do que as realizações.

Não ao falso diálogo

Portugal não é uma república das bananas, mas a verdade é que o Governo não quis tomar medidas na área dos medicamentos que teriam permitido reduzir significativamente as despesas pagas directamente do bolso dos portugueses e, ao mesmo tempo, economizar muitos milhões de contos ao Orçamento do Estado. E renovo aqui o desafio o Senhor Primeiro-Ministro, mesmo em fim da legislatura, para que, por exemplo, apoie a proposta que o PCP aqui trouxe, e passe a fornecer gratuitamente os medicamentos prescritos nos hospitais e centros de saúde cujo custo é inferior ao que o Estado paga por eles através do sistema de participações. Ganhariam os utentes, ganharia o Estado; por que espera, Sr. Primeiro Ministro?

O país não precisa de arrogância, de imposições ou de falsos diálogos. O país não precisa do poder absoluto do Partido Socialista. Precisa sim de promover o desenvolvimento em bases sólidas, com justiça social e defesa do interesse nacional.

O país precisa, mais do que nunca, não da continuação do essencial da política cavaquista de má memória mesmo que disfarçada de sorrisos ou de retórica social, não de uma política assente nos dogmas neoliberais, mas sim de uma efectiva política de esquerda, de uma viragem à esquerda.

E estes 4 anos de governação do PS são a prova cabal de que essa viragem só será possível com o PCP e com o reforço do seu peso nesta Assembleia. É nesse sentido e com esse objectivo que de novo nos apresentaremos aos eleitores. E, contrariamente ao PS e ao Governo, sem receio que nos acusem de termos faltado aos compromissos eleitorais. Sem necessidade de escondermos o que fizemos e nos refugiarmos nas promessas vãs do que vamos fazer.



VII Legislatura

Deputados comunistas prestam contas

Leis da República com origem em projectos de lei

Lei nº 11/96

Dignidade das freguesias: regime de permanência dos eleitos das freguesias

Com a Lei n.º 11/96, foi finalmente reconhecido pela Assembleia da República que também eleitos das freguesias, tendo em vista a necessidade de uma resposta mais qualificada às necessidades das populações, podem exercer o seu mandato em regime de permanência. A luta pelo reconhecimento deste direito foi iniciada na Assembleia da República pelo PCP, que em Abril de 1986 apresentou um projecto de lei sobre a matéria. A iniciativa do PCP colheu um grande apoio junto dos eleitos das freguesias, que por essa época iniciavam o movimento que levou à constituição da ANAFRE. Ao longo das sucessivas legislaturas, o PCP continuou sempre a colocar esta questão como uma das suas iniciativas prioritárias. Mas, a existência de uma maioria absoluta governamentalizada entre 1987 e 1995 impediu sempre a aprovação desta lei. Ela só foi possível nesta Legislatura, onde, não existindo uma maioria absoluta, o controlo da Assembleia não é possível nos termos drásticos em que ele foi realizado durante os governos de maioria absoluta.

A lei aprovada representa um marco histórico, de que, como é natural, o PCP se orgulha pela contribuição determinante que deu para a sua aprovação. É certo que, pela obstrução do PS e do PSD, o mandato em regime de permanência foi reconhecido muito limitadamente, excluindo-se milhares de freguesias. Mas, o princípio está adquirido. O seu exercício mostrará a sua justeza. E, da nossa parte, continuaremos a luta, agora pelo alargamento deste direito, que fortalece a freguesia e contribui para a sua eficiência e dignidade.

Lei nº 23/97

Dignificação das freguesias: definição de competências e finanças

A aprovação da Lei n.º 23/97, de 2 de Julho, sobre atribuições e competências das freguesias resulta das iniciativas do PCP para dignificação da autarquia local freguesia. Foi sempre posição do PCP que a freguesia, pela sua proximidade das populações e conhecimento dos problemas, tem as melhores condições para dar a resposta a muitas solicitações concretas. Por isso, já há dez anos o PCP apresentou na Assembleia da República um projecto definindo um campo de atribuições e competências próprias das freguesias, bem como um adequado regime financeiro, por forma a terminar o vazio legal existente nesta matéria e a dar um impulso decisivo à afirmação de um espaço próprio de intervenção das freguesias. Na elaboração dos projectos que foi apresentando, o PCP teve em conta as posições assumidas pela ANAFRE, como legítima representante das freguesias. Logo no início da presente Legislatura, apresentámos o Projecto de Lei n.º 28/VII, dando assim início ao processo legislativo que culminou com a aprovação da lei das atribuições e competências das freguesias. Com o reforço das freguesias assim conseguido, é todo o edifício do Poder Local que sai reforçado na sua capacidade de intervenção. A lei que foi aprovada em 1997 foi um passo importante. Naturalmente precisará de aperfeiçoamentos, que a experiência impõe. O caminho da dignificação das freguesias passa também pelo regime de permanência dos eleitos e pelo adequado estatuto legal das uniões de freguesias, matérias sobre os quais o PCP também apresentou iniciativas. Como ponto fundamental, está também o reforço da capacidade financeira desta autarquia local. Em balanço, a freguesia está de parabéns. Valeu a pena a iniciativa do PCP: ela deu um novo impulso à construção do Estado democrático, ao serviço das populações.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

PCP apresenta projectos de lei sobre financiamento e acção social escolar

Por um ensino superior de qualidade

Duras críticas à política educativa do Governo marcaram o debate realizado em torno de dois projectos de lei do PCP relativos à acção social escolar e ao financiamento do ensino superior. Apreciados faz hoje oito dias, os diplomas visam, num caso, o reforço das medidas de apoio aos estudantes, noutra, dotar os estabelecimentos de ensino superior público de orçamentos suficientes e estáveis.

Trata-se, por outras palavras, de garantir que o Estado assumia plenamente as suas responsabilidades em ordem, como sublinhou a deputada comunista Luísa Mesquita, à defesa de um «ensino superior de qualidade», à defesa da «democratização da sua frequência» e à defesa das «necessidades e do desenvolvimento do País».

Na base da reapresentação destes projectos de lei do Grupo Comunista está a constatação de que a lei vigente, viabilizada em 1997 com os votos do PS e do PSD, não serve. São as instituições universitárias e politécnicas que o afirmam, bem como os estudantes, lembrou Luísa Mesquita, para quem a actual lei das propinas da autoria do Governo PS tinha um só objectivo: «obrigar os estudantes e as suas famílias a financiar o ensino superior».

Como demonstrou, este objectivo «retirou ao Estado a

responsabilidade de alguns milhões de contos» no financiamento do ensino superior, «indispensáveis ao funcionamento das instituições». «No Orçamento de Estado para 1999 – exemplificou –, o Governo estimou em nove milhões de contos o montante das propinas, e reduziu esta verba na transferência a efectuar para as universidades». Mais. Segundo a parlamentar do PCP, o Governo «conseguiu assim, e, simultaneamente, diminuir também as participações, as ajudas económicas aos estudantes e às famílias que dela estavam carenciadas», isto num quadro em que a Acção Social Escolar do Ensino Superior «já vive à míngua».

Luísa Mesquita deixou igualmente claro que os estudantes e as suas famílias são os «novos financiadores do sistema» e que todas as promessas que o Executivo PS

fez na Educação estão por cumprir.

«Prometia o PS a expansão do ensino superior. Onde está? A liberdade de escolha na procura dos cursos. Onde está? O reforço da acção social escolar e dos apoios educativos do ensino superior público, privado e cooperativo. Onde está? A criação de uma rede de residências para estudantes carenciados. Onde está?», questionou.

A deputada comunista apresentou ainda um estudo que revela que «as famílias dispendem o triplo do que o Estado investe por aluno que frequenta o ensino superior», para, mais uma vez questionar: «Onde está o Estado?»

É, pois, neste contexto que ganham pelo sentido as medidas preconizadas nos projectos de lei do PCP, orientadas, no caso do financiamento, no sentido de garantir que o Estado assumia as suas responsabilidades neste capítulo, e, no caso da acção social escolar, em apoios gerais aos estudantes nos domínios da alimentação, da assistência médica e medicamentosa, dos transportes e do material escolar e, bem assim, através da atribuição de bolsas de estudo e concessão de alojamento.

Convenção sobre recursos hídricos

A Assembleia da República aprovou a Convenção luso-espanhola sobre os recursos hídricos. O texto, votado faz amanhã oito dias, acolheu apenas os votos favoráveis do PS, optando todas as restantes bancadas pela abstenção. A Convenção sobre Cooperação para a Protecção e Aproveitamento Sustentável das Águas das Bacias Hidrográficas Luso-Espanhola, recorde-se, foi rubricada pelos dois países a 31 de Novembro do ano passado, no âmbito de uma cimeira bilateral.

O regime de caudais mínimos, as situações de excepção e o estabelecimento de uma rede de estações de medição de caudais e monitorização da qualidade ambiental foram algumas das questões que estiveram no centro do debate. Constituem, de resto, motivo de preocupação em vários sectores da comunidade científica e são apontadas como exemplos que testemunham a «ausência de uma política nacional para os recursos hídricos».

Esta foi, aliás, uma das principais críticas dirigida ao Governo pelo deputado comunista Pimenta Dias, que, sem deixar de reconhecer que «alguma coisa foi feita», deixou claro que o Ministério do

Ambiente no que se refere à «resolução dos problemas fundamentais neste domínio continua apenas no plano das intenções», o que, concluiu, «é manifestamente pouco para quatro anos de mandato».

Dito de outro modo: se é certo que no período dos governos PSD os interesses nacionais nunca foram devidamente acautelados, não é menos verdade que no decorrer da gestão do PS pouca coisa se alterou. Demonstrou-o Pimenta Dias citando, por exemplo, o facto de continuarmos a desconhecer quais os impactos no nosso país dos empreendimentos hidráulicos executados pelos governos espanhóis ao longo da última década.

Numerosos outros casos certificam esta lamentável realidade.



Foi ainda Pimenta Dias a chamar a atenção para eles, questionando directamente o Governo: «Onde está o reforço do papel do Conselho Nacional da Água? Onde estão os estudos e instrumentos de gestão? Onde está o Plano Nacional da Água? Onde estão os planos para as nossas bacias hidrográficas? Onde está o Plano de Monitorização de Águas Subterrâneas? Onde está a prometida descentralização da gestão dos recursos hídricos?»

Não obstante as críticas, prevaleceu entre os partidos da oposição a ideia de que a rejeição da Convenção fragilizaria ainda mais a posição portuguesa relativamente a Espanha, o que justificou a sua viabilização.

Saúde reprodutiva



A Assembleia da República aprovou, na semana transacta, o texto final do projecto de lei do PCP que reforça

as garantias do direito à saúde reprodutiva. Para além do bancada comunista, o diploma recolheu os votos favoráveis do PS e do PEV, votando contra as formações do PSD e CDS/PP. Possibilitar aos estudantes jovens um maior esclarecimento sobre a sua própria sexualidade, numa óptica interdisciplinar, eis, em traços largos, um dos principais objectivos do diploma, que prevê simultaneamente o acesso a preservativos em todos os estabelecimentos de ensino superior, enquanto no caso do ensino secundário essa disponibilização deverá ser precedida de decisão dos órgãos directivos, ouvidos os restantes agentes educativos.

Aprovado faz hoje oito dias foi ainda um outro projecto de lei do PCP. Trata-se de uma iniciativa legislativa que garante o direito a licença especial nas situações de gravidez de risco. O diploma acolheu o voto unânime da Câmara. O regime jurídico das associações de municípios de direito público, definido em projecto de lei da autoria do Grupo Parlamentar do PCP, foi também aprovado na mesma sessão plenária. A favor votaram as bancadas do PCP, PS, PEV e PP, optando o PSD pela abstenção.

Loteamentos urbanos



O deputado comunista Joaquim Matias opôs-se à proposta de lei que concede autorização ao Governo

para legislar em matéria respeitante ao regime de licenciamento municipal de loteamentos urbanos e de obras particulares. Para o parlamentar do PCP o diploma desrespeita e subverte, desde logo, a Lei de Bases do Ordenamento do Território no que se refere ao direito da transformação do uso do solo, que, lembrou, «não é parte integrante do direito de propriedade, mas sim uma prerrogativa da administração pública». Sabendo-se que não são apenas os planos directores municipais (PDM's) a vincular directamente os particulares - há outras figuras de planeamento, igualmente da responsabilidade da administração pública, como os planos de urbanização e os de pormenor -, não é legítimo, pois, na perspectiva de Joaquim Matias, que se dispensem aqueles restantes instrumentos de planeamento, com o argumento de que a generalidade do território já está coberto pelos PDM's. «Não é igualmente aceitável que a necessidade de acelerar o processo administrativo das licenças possa com prazos incumpríveis induzir directamente um deferimento tácito que implique prejuízo para a administração pública, subvertendo o código de procedimento administrativo», considerou ainda Joaquim Matias.

TRABALHADORES

Júlio de Matos

A greve dos enfermeiros do Hospital Júlio de Matos, em Lisboa, teve anteontem uma adesão de cerca de 80 por cento, disse Rui Santos, do Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, à Lusa. Tal participação significa que, de manhã, apenas os serviços mínimos do hospital estavam a ser assegurados, encontrando-se fechado um serviço de consulta em Odivelas, onde trabalham normalmente quatro enfermeiros. No turno da tarde deveria registar-se nível semelhante de adesão à greve, convocada para protestar contra a redução do número de profissionais por turno, decidida pelo Conselho de Administração. Para o SEP, a consequência imediata desta medida é uma diminuição da qualidade dos cuidados prestados aos doentes.

IPSS

A convenção colectiva de trabalho para as instituições particulares de solidariedade social começou a ser discutida no dia 23 de Junho, no Porto, entre a comissão negociadora sindical e a União das IPSS, que se comprometeu a apresentar uma contraproposta até ao próximo dia 12, a qual deverá contemplar as cláusulas de expressão pecuniária e os horários de trabalho. A CNS, que integra estruturas sindicais da Função Pública, dos Professores, do Comércio, Escritórios e Serviços, da Hotelaria e outros, informou ainda que a proposta sindical, entregue em Novembro de 1998, foi na semana passada reformulada, sobretudo no que toca a questões remuneratórias, «tendo em conta a altura do ano em que nos encontramos e o facto de se pretender que os seus resultados tenham efeitos a Janeiro». Actualmente vigora no sector uma portaria que data de 1996 e se encontra «profundamente desactualizada».

CML

Os concursos de acesso e promoção na Câmara Municipal de Lisboa demoram a concluir-se e, depois de concluídos, tardam a ter efeitos. Esta «grave situação», que o Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa tem vindo a denunciar junto dos Recursos Humanos e da vereadora responsável, levou o STML a convocar a direcção e delegados sindicais para a reunião de anteontem da Assembleia Municipal. Na nota em que anuncia a decisão, o sindicato salienta que há trabalhadores que aguardam «há anos» pela conclusão dos concursos, enquanto outros esperam «meses» pela cabimentação orçamental. «Como esta situação não tem efeitos retroactivos, estes trabalhadores estão a ser lesados monetariamente, para além dos prejuízos causados moralmente pelo impedimento da sua legítima promoção», diz o sindicato.

CGTP denuncia «indecisões» e «inércia» do Governo Injustiça do sistema fiscal manteve-se nestes quatro anos

Durante a legislatura que está a chegar ao fim, o Governo, «no essencial, nada fez quanto a uma Reforma Fiscal que acabasse com o escândalo da evasão e da fraude fiscais e fizesse pagar mais impostos a quem mais tem ou recebe», acusa a CGTP-IN.

Sob o título «Descaramento e hipocrisia política sem limites», a central divulgou na semana passada uma nota em que reafirma a exigência de «um novo equilíbrio e justiça fiscal, minorando os efeitos do agravamento fiscal dos rendimentos do trabalho efectuados pelos Governos anteriores».

Contudo, apesar destes objectivos declarados no período eleitoral e ao longo do exercício governativo, a CGTP verifica que «as indecisões deste Governo e a sua inércia em afrontar os interesses do capital e da riqueza abriram espaço a forças políticas e figuras públicas da direita, incentivando todo um conjunto de pressões e posições sobre uma eventual Reforma Fiscal que iria no sentido de uma ainda maior injustiça fiscal».



Os trabalhadores são quem mais sofre as consequências de um injusto sistema fiscal que o Governo do PS não foi capaz de corrigir (foto de arquivo)

São apontadas, a propósito, afirmações pública defendendo uma nova redução do IRC,

da diminuição das contribuições patronais para a Segurança Social, da redução do IRS para os escalões de maiores rendimentos e do aumento da taxa do IVA, bem como «a

mo caso, as posições da CAP, da CCP e da CIP sobre a Lei Geral Tributária».

A CGTP recorda mais uma vez a «escandalosa» situação fiscal que se tem vivido em

nosso país é o mais elevado dos países da União Europeia e, «como é sabido, a tributação indirecta é cega aos rendimentos, pois tanto paga de imposto, sobre a despesa na compra de qualquer bem, um cidadão que aufera de rendimento cem contos como um outro que aufera mil ou 5 mil contos».

Recusando aceitar «este estado de coisas», a CGTP reclama desde já que, «na próxima legislatura a Reforma Fiscal deverá constituir a questão mais prioritária», com um governo que promova «o combate sério à evasão e fraude fiscais, a tributação mais adequada da riqueza, do património, dos rendimentos do capital, das empresas, dos empresários em nome individual e dos profissionais liberais, o desenvolvimento de novas bases de incidência (energia, ambiente), reavaliação e eliminação de benefícios fiscais económica e socialmente injustificados, o englobamento dos rendimentos, o desagravamento fiscal dos mais baixos rendimentos, mas também a estabilidade das receitas fiscais para financiamento das políticas sociais», apontadas como «questões a que uma Reforma Fiscal séria não pode deixar de atender».

A nota conclui, referindo que «esta posição de urgência de uma Reforma Fiscal não é apenas da CGTP-IN. Por mais de uma vez, o Conselho Económico e Social tem chamado a atenção do Governo para a gravidade da situação de injustiça fiscal e para a necessidade de lhe ser dada uma resposta adequada».

Segurança Social não pode ter Lei de Bases «à pressa»

A CGTP apelou sexta-feira à Assembleia da República para que «não se desacredite» ao aprovar «à pressa» a Lei de Bases da Segurança Social. Falando à Lusa no final de uma conferência de imprensa sobre a questão, Ulisses Garrido, da Comissão Executiva da central, classificou de «autêntico golpe» a divulgada intenção da Comissão Parlamentar de Trabalho de «aprovar em três dias cerca de 100 artigos da lei».

A proposta do Governo e os projectos do PSD, PCP e PP sobre a alteração da Lei de Bases da Segurança Social foram aprovados na generalidade pela Assembleia da República em Setembro de 1998. Em

Fevereiro deste ano, a Comissão de Trabalho deu início a um conjunto de audiências a várias personalidades ligadas à Segurança Social, fase que terminou em Março. No entanto, a discussão dos quatro diplomas só se iniciou no dia 21 de Junho e, em quatro reuniões, os deputados aprovaram apenas oito artigos de uma futura lei, restando mais de 90 para serem analisados. Artur Penedos, deputado do PS que preside à comissão, propôs na quinta-feira o funcionamento «em permanência» desta, visando aprovar a lei até amanhã, data do início de férias da AR.

Considerando que «uma lei tão importante devia ser tratada

com cuidado», Ulisses Garrido lembrou que «o primeiro-ministro sempre afirmou que esta era uma lei a trabalhar em termos de consenso nacional». A propósito, defendeu que a questão não devia ser alvo de «manobras eleitoristas», numa referência a notícias divulgadas pela comunicação social que referem um provável acordo entre o PS e o PP para aprovação da lei.

«O que já se avançou não deve ser desperdiçado e existem consensos significativos, mas o mais importante da reforma da Segurança Social é a questão do financiamento do sistema e essa ainda não foi suficientemente debatida», salientou o sindicalista.

Portugal, onde mais de dois terços das empresas não pagam, ano após ano, quaisquer impostos e onde o grosso da carga fiscal recai quase exclusivamente sobre os trabalhadores por conta de outrem. A CGTP protesta ainda contra o facto de os benefícios fiscais serem atribuídos «sem qualquer justificação económica e social», citando que, entre 1995 e 1997, os benefícios fiscais concedidos às zonas francas da Madeira e de Santa Maria passaram de 29 para 234 milhões de contos. Lembra ainda a Inter que o peso dos impostos indirectos no

Reuniões no arrasto costeiro

Em meados de Julho, os sindicatos irão discutir com os pescadores o ponto da situação e as medidas a tomar, face à manutenção do conflito na pesca do arrasto. Uma delegação da CGTP-IN prestou esta informação na semana passada ao secretário de Estado das Relações Laborais, a quem transmitiu as preocupações da central, criticando a passividade evidenciada pelo Governo em todo este processo, postura que «é incompreensível, dada a posição frontal de ruptura das negociações assumida desde a primeira hora e reafirmada com crescente veemência pelos armadores».

A delegação da CGTP-IN – refere uma nota de imprensa divulgada dia 24, após a reunião – recordou a Ribeiro Mendes «a ausência de resposta dos armadores às propostas sindicais, a atitude arrogante e intransigente manifestada pelos armadores em reuniões de conciliação efectua-

das, a recusa dos mesmos em encararem meios sérios de resolução do conflito e, por fim, a não comparência, pura e simples, nas três reuniões do grupo de trabalho, entretanto criado no âmbito do Ministério da Agricultura».

Para a Intersindical Nacional, «este comportamento inadmissível exigiria que o Governo actuasse com firmeza, dentro das responsabilidades que lhe estão atribuídas no âmbito da resolução dos conflitos colectivos de trabalho, já que dele derivaram e derivam ainda custos económicos e sociais muito elevados para o País e para os trabalhadores».

O secretário de Estado assumiu perante a delegação da CGTP-IN o compromisso de, até 16 de Julho, apresentar soluções que permitam pôr termo ao conflito na pesca do arrasto costeiro, que dura há quase três meses.



A pressa que os trabalhadores combatem (foto da acção da CGTP no dia 22 de Junho) é para introduzir alterações que os grupos financeiros agradecem

TRABALHADORES

Escolas, informática, impostos, creches Greves e protestos na Função Pública

Em vários sectores, os trabalhadores da Função Pública estão a dar mostras de descontentamento contra a falta de cumprimento dos compromissos assumidos pelo Governo com os sindicatos.

Nas escolas do ensino Básico e Secundário, os trabalhadores não docentes voltaram a convocar greve para ontem, acusando o Governo de não ter agido de boa-fé quando assinou a «acta de acordo» que levou à suspensão da paralisação marcada para 17 de Junho. O Ministério da Educação – refere a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública – deveria ter apresentado uma proposta que consagrasse a especificidade das carreiras não docentes, que garantisse a transição dos auxiliares para a nova carreira de assistente de acção educativa, que revalorizasse os índices salariais e que apontasse medi-

das para terminar com a estagnação em diversas carreiras. Mas, pelo contrário, chegou a recuar relativamente a pontos em que fora obtido consenso.

Os funcionários da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos paralisaram sexta-feira, dia 25, com um nível de adesão que não terá sido inferior a 80 por cento, segundo a FNSFP/CGTP, que esperava dos representantes do Governo na reunião marcada para ontem o reflexo da vontade expressa pelos trabalhadores. Também aqui o problema fundamental se prende com a reestruturação das carreiras, sobre a qual o Governo apresentou uma pro-

posta que representa «humilhação» para os trabalhadores dos impostos.

Teve uma forte adesão a greve dos trabalhadores da informática da Administração Pública, na segunda e terça-feiras. Neste dia, chegou a registar um nível superior aos 90 por cento, obrigando ao

encerramento de inúmeros serviços oficiais. A FNSFP reclama a reestruturação das carreiras e vencimentos compatíveis com o sector privado, considerando «uma provocação» a proposta do Governo, que mantém a estrutura de carreiras e prevê aumentos médios de cinco contos.

De domingo até amanhã, representantes das ajudantes de creche e de jardim de infância e outro pessoal dependente da Segurança Social permaneceram em vigília na Praça de Londres, para exigir a aprovação do diploma que revalorizará as suas carreiras profissionais, processo que se arrasta há 17 anos.

Administração local exige mudanças

Sob o lema «Fartos de promessas, exigimos mudanças», algumas centenas de dirigentes e delegados sindicais da administração local participaram sexta-feira, em Lisboa, na acção pública que encerrou a quinzena

de luta levada a cabo por iniciativa do STAL e do STML.

Os representantes dos trabalhadores das autarquias concentraram-se no Terreiro do Paço, onde foi aprovada uma resolução que, de seguida, foi entregue em mão no Ministério de João Cravinho, até onde desfilaram os participantes no plenário público. No documento, é exigida uma revisão salarial intercalar, alterações nas carreiras profissionais e aproximação do índice 100 da Função Pública ao salário mínimo nacional.

A resolução, citada pela Agência Lusa, reclama, também, a regulamentação do subsídio de risco, insalubridade e penosidade e a defesa do poder local como serviço público e critica o pacote laboral do governo, a semana de quatro dias com redução dos salários e as tentativas de limitação da actividade sindical. Os sindicatos exigem, ainda, a negociação das carreiras de informática, polícia municipal, bombeiros e protecção civil, a criação da carreira de operário altamente qualificado e o fim da actual discriminação entre carreiras verticais e horizontais.

A quinzena de luta incluiu uma série de iniciativas em várias localidades, com aprovação e entrega de resoluções e apresentação de abaixo-assinados de sectores profissionais na residência oficial do primeiro-ministro. Alguns abaixo-assinados sectoriais foram entregues a assessores do primeiro-ministro; sexta-feira foi entregue o abaixo-assinado dos quadros técnicos da administração local, que não tinha ficado em São Bento por ninguém ter recebido os representantes sindicais no dia 15, disse Francisco Pinheiro, da direcção nacional do STAL. Acrescentou que já foram recolhidos milhares de assinaturas num documento que reclama a revalorização urgente das carreiras mais degradadas e uma subida imediata de escalão para todos os trabalhadores da administração local.

Francisco Pinheiro adiantou que a administração local emprega cerca de 100 mil trabalhadores, contando os dois sindicatos com quase 57 mil associados, dos quais 52 mil no STAL.



No plenário público, no Terreiro do Paço, os representantes dos trabalhadores aprovaram uma resolução que depois foram entregar no Ministério do Equipamento, Planeamento e Administração do Território

Sindicatos questionam «notável» celeridade na JAE

«Procurar «apagar» administrativamente em dias toda a estrutura de décadas é um abuso e revela sentimentos de culpa que não podem deixar de ser questionados», alerta a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, comentando o facto de o Governo e os órgãos dirigentes revelarem «uma notável pressa em encerrar aquele que pretendem seja o último ciclo de vida deste organismo, mesmo sem estar publicado o diploma que o extingue.»

Numa nota que divulgou na semana passada, a FNSFP/CGTP coloca três questões acerca da actual fase deste processo:

- «como é possível que se assuma, em circular interna, que a JAE é extinta no dia 30 de Junho, quando o diploma legal que eventualmente traduz tal decisão ainda não foi publicado»;

- «por que razão se produzem ameaças aos responsáveis dos diversos serviços, se não cumprirem os prazos para encerramento das contas, quando se lhes dá, ao mesmo tempo, prazos extremamente curtos»;

- «por que razão não existe igual pressa quanto à divulgação dos resultados da auditoria à gestão de pessoal, requerida por esta federação e já concluída e que deveria ser do conhecimento dos trabalhadores».

A Federação levanta dúvidas quanto à reestruturação anunciada, interrogando-se sobre os motivos por que se extingue um organismo e se vão criar três. Reclama ainda o esclarecimento oficial sobre qual será o futuro dos trabalhadores.

Contas

Na segunda-feira, foi revelado que os custos de construção de Itinerários Principais (IP) e Itinerários Complementares (IC) entre 1986 e 1997 tiveram, em média, aumentos de 77 por cento, mas foram detectados muitos casos com desvios superiores que, segundo o Tribunal de Contas, chegaram a ultrapassar os 300 por cento. A revelação foi feita durante a apresentação das conclusões das auditorias de gestão feitas pelo TC aos sistemas de planeamento, execução e controlo no Plano de Investimentos e de Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC/97) dos IP e IC. As auditorias, iniciadas em Maio de 1998 e aprovadas no plenário do TC na passada quinta-feira, tratam dos concursos lançados muitas vezes sem projectos, sem expropriações efectuadas, dos trabalhos a mais resultantes, nomeadamente, de maus projectos, dos aumentos sistemáticos dos custos e dos atrasos dos empreendimentos.

Em 1997, foram gastos 102 milhões de contos na construção de IPs e ICs, mas, com as recomendações do TC em matéria de eficácia, a poupança poderia atingir 44,4 por cento. Das 124 obras analisadas, somente em três casos o custo final foi o mesmo que constava na adjudicação.

Madeira

No 6.º Congresso da União dos Sindicatos da Madeira foi criticada a aposta do Governo regional na zona franca, considerando que tal opção falhou e gerou situações de conflito laboral. A necessidade de maior empenho dos trabalhadores para fortalecer a organização sindical foi outra das conclusões do encontro, subordinado ao tema «trabalho com direitos para todos», durante o qual foi aprovado, por unanimidade, o programa de acção para os próximos quatro anos.

Os sindicalistas madeirenses reivindicaram melhores salários, afirmaram-se empenhados na luta contra a precariedade de emprego. Na reunião magna da estrutura regional da CGTP foram reclamadas melhores políticas de Segurança Social. Os governos, central e regional, mereceram fortes críticas, sobretudo pelas alterações às leis laborais.

No congresso, que saudou a adesão do Sitava à USAM, foi anunciada a construção da Casa dos Sindicatos da Madeira.

CES

O nono Congresso da Confederação Europeia de Sindicatos iniciou-se anteontem e decorre até amanhã em Helsínquia, apontando a luta contra o desemprego como tema central. Markku Jaaskelinen, secretário para os assuntos europeus de Central Sindical da Finlândia (SAK), disse à Lusa que o congresso adoptará um plano de luta contra o desemprego nos 15 estados-membros da União Europeia. O «Plano Europeu de Emprego» será entregue depois à Presidência finlandesa da UE, que hoje se inicia.

O secretário-geral da CES, Emilio Gabaglio, num documento a que a agência teve acesso, apela aos governos europeus para que dialoguem com os parceiros sociais no sentido de reforçar a estratégia de combate ao desemprego. Na véspera do início do congresso da CES, realizou-se, também em Helsínquia, uma conferência sobre a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres na UE.

Feira Nova

Instalar mais sanitários e reparar as canalizações das casas-de-banho masculinas é a obrigação da administração do hipermercado Feira Nova, no Lavradio, que nesse sentido foi notificada pela Inspeção do Trabalho do Barreiro, no início da semana passada, após a visita efectuada dia 15 de Junho. O Feira Nova tem dois meses para instalar mais sanitários (um por cada 15 trabalhadoras e um por cada 25 trabalhadores) e dez dias para reparar as canalizações das casas-de-banho masculinas, que provocam infiltrações no tecto do refeitório.

Na origem da intervenção da IT estão as denúncias do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal.

ASPP vence eleições na Polícia

A Associação Sócio-Profissional da Polícia (ASPP) venceu, com 66,3 por cento dos votos expressos, as eleições para o Conselho Superior de Polícia e Conselho Superior de Deontologia e Disciplina. A Associação dos Profissionais de Polícia (APP) arrecadou 18,5 por cento dos votos expressos e a Associação Nacional de Subchefes (ANS) 8,1 por cento.

Alberto Torres, que preside à ASPP, disse sábado à Lusa que, num universo de 20 247 polícias, votaram 9068, tendo a ASPP obtido 6010 votos contra 1684 da APP e 740 da ANS. Registaram-se ainda 441 votos brancos e 193 nulos.

Com esta votação, a ASPP elegeu três membros para o Conselho Superior de Polícia, que é composto por um total de 14, e outros três para o Conselho Superior de Deontologia e Disciplina, que integra sete pessoas e é presidido, por inerência, pelo comandante-geral da PSP. A ANS não elegeu qualquer membro e a APP elegeu um elemento para o Conselho Superior de Polícia, mas, como a lei vigente exige um mínimo de dez por cento dos votos dos profissionais do quadro permanente em serviço efectivo na PSP, caberá agora à Comissão de Eleições decidir se a APP confirma ou não esse membro.

Para Alberto Torres, os resultados alcançados pela ASPP demonstram que aquela associação é a única com representatividade no seio da PSP.

CAMPO MAIOR CM reinaugura Pavilhão

Depois da sua abertura oficial, em 24 de Maio, o Pavilhão Desportivo da Escola Secundária de Campo Maior voltou a ser inaugurado pelo Presidente da Câmara, no dia 21 de Junho, desta vez para os professores. Ou seja, duas inaugurações, no espaço de apenas um mês, que levam a Comissão Concelhia do PCP a perguntar ironicamente «para quando a terceira inauguração», tendo em conta que a mesma ainda não se verificou para os alunos, aqueles que vão utilizar o Pavilhão. «O Presidente da Câmara, o Governo Civil e o Partido Socialista estão, de forma abusiva, a fazer campanha eleitoral, utilizando dinheiros públicos», denuncia o PCP, considerando que esta actuação se deve ao poder que advém ao PS de ter ganho as eleições autárquicas, para a Assembleia da República e para o Parlamento Europeu.

ODIVELAS Saúde serve eleitoralismo do PS

A recente deslocação da ministra da Saúde ao concelho de Odivelas «insere-se claramente no calendário político do PS para as eleições legislativas», diz a Direcção Concelhia do PCP, tecendo a este propósito alguns esclarecimentos e reiterando reivindicações.

Assim, a extensão de saúde de Famões, agora inaugurada - resultado da pressão da CDU e da população - apesar de há largo tempo pronta, só há dois meses entrou em funcionamento. Quanto ao CATUS de Odivelas, mantém-se encerrado a partir das 24 horas, apesar do abaixo-assinado de protesto da população, que continua também sem um novo Centro de Saúde. Aliás, só por «razões político-partidárias» se pode entender o adiamento da autonomia orgânica do Centro de Saúde da Pontinha, da construção de raiz da nova Unidade de Saúde da Pontinha e que importantes freguesias do concelho, como Ramada e Olival Basto, ainda não possuem qualquer Unidade de Saúde.

Porém, para além de instalações e modificações orgânicas são necessários também meios humanos, diz o PCP, reafirmando a sua disposição de continuar a trabalhar por mais e melhor saúde para as populações do concelho de Odivelas.

PONTE DE LIMA Lacto-Ibérica ameaça despedir

Com o objectivo de reduzir custos e aumentar os lucros, a multinacional francesa Lacto-Ibérica, que em 1994 comprou a Lacto-Lima, quer transferir para Vale de Cambra toda a produção do «Queijo Limiano», ameaçando encerrar a fábrica e, desta forma, pôr em causa os postos de trabalho de 160 trabalhadores.

Entretanto, hipocritamente e numa tentativa de fugir às responsabilidades, propôs aos trabalhadores a sua deslocação para Vale de Cambra, sabendo que esta é uma proposta «moralmente desonesta» e «inaceitável» para os trabalhadores, que têm a sua vida organizada em Ponte de Lima, a centenas de quilómetros de distância.

A Comissão Concelhia de Ponte de Lima do PCP, denuncia assim o comportamento prepotente e desumano da Lacto-Ibérica - que comprou e beneficiou da imagem de marca do concelho que agora «de ânimo leve» pretende deixar - e solidariza-se com a luta dos trabalhadores contra o encerramento da fábrica, prometendo tudo fazer para o impedir, nomeadamente intervindo junto do Instituto do Consumidor.

CASCAIS «Convite» ao desemprego

A propósito de uma reestruturação/fusão, dez trabalhadores da Sanofi-Synthelabo foram «convidados a sair», no prazo de uma semana, pela administração da empresa que para esta actuação se serve da «flexibilização» das leis de trabalho do Governo socialista.

Ora, diz o Sector de Empresas de Cascais do PCP, a fusão de empresas - como é o caso da Sanofi com a Synthelabo -, não pode constituir razão para despedimento de trabalhadores que, em situações como esta, têm consignado na lei o direito de conservar os seus postos de trabalho.

Face a constantes práticas destas, o PCP - partido que mais se tem batido contra os projectos de lei que pretendem destruir os direitos dos trabalhadores -, pergunta como pode o Governo do PS afirmar diariamente que o desemprego está a baixar e põe em dúvida a forma como as estatísticas são feitas em Portugal. O direito ao emprego é uma das questões centrais dos portugueses, dizem, por fim, os comunistas, apelando aos trabalhadores da Sanofi-Synthelabo para que se unam em torno da sua estrutura sindical e defendam os seus postos de trabalho.

Deputado do Alentejo presta contas

Em conferência de imprensa realizada na sexta-feira passada, no Pavilhão do PCP na Feira de S. João, em Évora, Lino de Carvalho, deputado do PCP na Assembleia da República, fez o balanço da actividade dos deputados comunistas, referente ao distrito de Évora e ao Alentejo, na legislatura que amanhã termina.

Ao lado de Lino de Carvalho, e a acompanhar a apresentação do trabalho realizado, encontravam-se Raimundo Cabral e Diamantino Dias, dirigentes regionais do PCP, «a única força política que, com regularidade, presta contas do seu trabalho».

O deputado comunista começou, aliás, por referir este facto como uma das razões por que algumas críticas «mediaticamente fáceis» aos políticos - que «aleadamente protagonizam todos os pecados da espécie humana» - devem ir mais fundo e «separar o trigo do joio». O que, como Lino de Carvalho ironicamente admite, «nem sempre é fácil, sobretudo quando é o PCP que está do lado do trigo» e «os interesses e preconceitos largamente gene-

ralizados bloqueiam as regras da isenção».

Há, porém, que «fazer um esforço», particularmente quando a verdade «assenta em factos inquestionáveis». E a verdade é que, só no que directa ou indirectamente diz respeito ao Alentejo, o PCP teve cerca de 60 intervenções em plenário, mais de 250 requerimentos e interpeções, mais de uma dezena de propostas aprovadas.

Durante quatro anos, os deputados comunistas visitaram todos os concelhos e reuniram com as mais diversas estruturas representativas da via económica, social e cultural e do poder local da região, levando à Assembleia todos os seus problemas e apresentado soluções.

Muitas dessas propostas

foram aprovadas. É o caso da reorganização da cidade de Évora com a criação de cinco novas freguesias - Malagueira; Bacelo; Senhora da Saúde; Horta das Figueiras e Sé e S. Pedro; dos 50.000 contos para obras de recuperação de habitação no Centro Histórico de Évora; dos 180.000 contos para recuperação do troço da EN 254 entre Viana do Alentejo e Évora; da criação de um novo traçado para a IC 13 (Montijo-Portalegre), fazendo-a passar por Mora; ou da reposição do porte pago aos órgãos de comunicação social regional.

Entretanto, também a criação de medidas de emergência para apoio aos agricultores vítimas das intempéries e da seca; a criação do Observatório dos Mercados Agrícolas e das Importações Agro-Alimentares; a aprovação da Lei de Bases da Política Florestal; a integração de milhares de técnicos de contas na carreira de técnicos oficiais de contas e a alteração da regulamentação do seguro automóvel foram medi-

das com interesse directo para região que o deputado do PCP por Évora apresentou e viu aprovadas.

Não fica, porém, por aqui o balanço do trabalho realizado. Por iniciativa do PCP, o Governo teve ainda de tomar medidas, por exemplo, em relação à deslocalização da Siemens; ao atraso das obras do Alqueva; à Baragem dos Minutos; à questão da manutenção da fábrica da Portucel/Recicla em Mourão; à construção do novo Hospital Regional e de um novo Tribunal Judicial em Évora; à valorização da especificidade da Biblioteca Pública de Évora. Sem falar, naturalmente, dos inúmeros problemas que apresentou ligados à Política Agrícola Comum.

Face ao trabalho realizado, Lino de Carvalho deixou aos deputados dos outros partidos um desafio para que, «no respeito pelo eleitorado», façam o mesmo, chamando a atenção aos deputados do PS para que, nessa apresentação de contas, não confundissem a sua actividade com a do Governo.

Setúbal

Produtores de tomate à espera de medidas

A Direcção da Organização Regional de Setúbal do PCP está solidária com a luta de centenas de produtores de tomate da Península de Setúbal, neste momento a debater-se com o recrudescimento do vírus do bronzeamento do tomateiro. É que, apesar de suportarem os encargos inerentes à aplicação das orientações técnicas para o combate ao vírus e de funcionarem como um «tampão» ao seu alastramento no país, eles continuam a não merecer a atenção do Governo.

A «rotatividade das culturas» - que tudo indica seja a nova orientação do Ministério da Agricultura para combater o mal do tomateiro - também não é solução para quem dispõe de poucos hectares de terra, alerta o PCP, lembrando que está em causa uma vasta zona rural até agora assente na produção do tomate e já ameaçada pela directriz comunitária que impôs uma descida do preço do tomate à produção.

De facto, se, já nos anos 90, o preço do tomate era da ordem

dos 20\$00/kg, «como é possível que, depois dos aumentos entretanto verificados nos factores de produção, o preço do tomate ao produtor venha a baixar em mais de 2\$00/kg?», pergunta o PCP.

Por outro lado, e para além dos problemas que existem na produção animal, também «os produtores da batata, da cebola e de outros primores da região» se debatem com ruinosas descidas de preços à produção e dificuldades de escoamento, por efeito

das importações estrangeiras e das políticas perfilhadas tanto pelo PS como pelos partidos de direita.

O PCP tem, porém, um vasto conjunto de propostas e medidas para uma política de defesa dos interesses dos pequenos e médios agricultores e da agricultura portuguesa. Mas essa política só pode ser «considerada com um reforço substancial do PCP e da CDU nas próximas eleições para a Assembleia da República».

Aveiro

«Europeias» abrem perspectivas

No distrito de Aveiro, a CDU é, entre as grandes forças políticas, uma das duas que sobe, quer em votos (cerca de 2500) quer em percentagem (+0,5%), aumentando em 38 por cento a sua votação, comparativamente à eleição para o Parlamento Europeu de 1994.

Na opinião da Direcção da Organização Regional de Aveiro do PCP, os resultados eleitorais, assumiram no distrito «uma tendência de forte crescimento que abre as melhores perspectivas para as próximas eleições legislativas. E, ao contrário do que vinha a acontecer em eleições anteriores, à subida do resultado global distrital corresponde o aumento da votação em todos os 19 concelhos do distrito. Ao mesmo tempo, nas 208 freguesias de Aveiro, apenas se registam descidas ligeiras em 22, enquanto as fre-

guesias sem qualquer voto na CDU passaram de 17, em 1994, para duas.

Assim, apesar de a nível nacional a CDU ter perdido um deputado, no distrito «foram atingidos de forma clara e expressiva os objectivos traçados na 4.ª Assembleia da Organização Regional do Partido», o que se deve ao trabalho continuado e persistente de contacto com os trabalhadores e as populações e à intervenção na denúncia e resolução dos problemas, «muita vezes em condições adversas de falta de meios e de tratamento discriminatório».

Para a DORAV, o resultado obtido permite, pois, «encarar com realismo a possibilidade de voltar a colocar na Assembleia da República um deputado da CDU, agora à distância de menos de dois pontos percentuais. Tanto mais que deixa de

existir agora qualquer «operação Soares» e cresce a consciência dos perigos resultantes da eventual obtenção de uma maioria absoluta pelo PS.

Não basta, porém, «a verificação de condições favoráveis». É necessário que os militantes do PCP e os activistas da CDU se empenhem no trabalho eleitoral e esclareçam os eleitores que «a única alteração significativa» no distrito não está na eleição de mais ou menos um deputado, mas sim no «regresso» à Assembleia da República de um deputado da CDU «que seja a voz do trabalho e das populações do distrito».

Portalegre

A Direcção da Organização Regional de Portalegre do PCP, por sua vez, considera

que os resultados eleitorais neste distrito são «um prémio não merecido» aos principais responsáveis pela grave situação económica e social do Norte Alentejano e «penalizam» os que mais se bateram pelo desenvolvimento do distrito.

Entretanto, o PCP saúda as suas organizações e militantes, assim como os apoiantes e activistas da CDU, pelo seu empenho entusiástico na campanha eleitoral, exortando-os «a transformar o mau resultado atingido numa lição e num estímulo» para trabalhar mais e melhor, de forma a que, nas próximas eleições legislativas, a «CDU recupere e amplie a sua votação» e eleja um deputado pelo distrito de Portalegre que leve à Assembleia da República os problemas e aspirações do Norte Alentejano.

JCP apresenta propostas de combate à toxicodependência

Em conferência de imprensa, realizada na sexta-feira passada, no espaço Ágora, com a presença do secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, a JCP reafirmou a sua determinação em não aceitar «uma sociedade que apresenta como futuro a milhares de jovens a dependência das drogas».

A iniciativa, realizada no âmbito do Dia Internacional de Combate à Toxicodependência, que se assinalou no dia 26 de Junho, teve como objectivo a apresentação das propostas dos jovens comunistas nesta área e fazer o balanço à actuação do Governo socialista.

É que, apesar de a toxicodependência ter sido definida pelo Governo como «inimigo público n.º 1», a estratégia nacional de luta contra a droga só agora é apresentada, a escassos meses das eleições, como «um lote de promessas para o futuro» e com soluções que «privilegiam o negócio do tratamento à custa dos toxicodependentes em detrimento da expansão da rede pública - neste momento com pouco mais de 60 camas».

Para a JCP, este é, porém, um problema que deve ser assumido por todos e exige a implementação de «medidas sistemáticas e eficazes de prevenção primária, tratamento e reinserção social, aplicadas em todo o país e paralelamente a uma estratégia de redução de riscos», e aliadas «a um eficaz combate ao tráfico e ao branqueamento de capitais».

Assim, no campo da prevenção primária, a JCP defende a sua aplicação gradual em meios escolares e adequada a cada faixa etária, em conjunto com acções de formação e debate com os próprios estudantes e a criação de grupos de apoio em todos os locais de concentração juvenil e áreas de risco.

Para o tratamento e reinserção social, os jovens comunistas consideram fundamental que a todos os toxicodependentes que procurem ajuda seja assegurado um verdadeiro acompanhamento em estabelecimento público, antes que «a motivação para o tratamento se vá».

Por outro lado, «não é admissível» que alguém seja preso apenas por razões de consumo e que «em caso algum as penas de prisão de crimes associados à dependência sejam agravadas apenas por esse facto».

Aliás, para um melhor conhecimento da realidade deste fenómeno, que alastra cada vez mais na sociedade portuguesa - são já mais de 150 mil os jovens toxicodependentes -, a JCP programou precisamente uma série de contactos com estabelecimentos prisionais e institutos de reinserção social, designadamente à cadeia de Tires e ao Colégio da Infanta, pertencente ao Instituto de Reinserção Social e Lisboa.

Ao mesmo tempo, é necessário o prosseguimento do «estu-



A JCP defende o acompanhamento em estabelecimento público para todos os toxicodependentes que procurem ajuda

do sobre melhores formas de combate à toxicodependência, legais e científicas» e desmentir a ideia de que «é impossível combater a toxicodependência», com a qual apenas o narcotráfico beneficia.

Por fim, a JCP insiste em que a problemática da toxicodependência não deve ser encarada como um «problema isolado» mas sim «como um sintoma de uma sociedade capitalista direccionada unicamente para o

«consumo», onde o desemprego, o insucesso escolar, a pobreza, as desigualdades de oportunidades e o desmembramento das famílias» pautam o quotidiano dos jovens e «ensombram-lhes o futuro».

Instalação de novos municípios Lei subverte princípios democráticos

A lei que regula o regime de instalação dos novos municípios subverte claramente os princípios mais elementares do poder local democrático e justifica todas as reservas assinaladas por reconhecidos juristas sobre a sua constitucionalidade, denuncia, em nota à comunicação social, a CDU de Odivelas.

De facto a lei recentemente promulgada, somando as competências da Câmara às da Assembleia Municipal, dota a Comissão Instaladora de poderes excepcionais de governação municipal, sem qualquer órgão que controle ou fiscalize a sua actividade. Concretamente em relação ao novo município de Odivelas chega-se ao ponto «inimaginável» de impedir que o Presidente da Câmara de Loures - município de origem - use da palavra na tomada de posse da Comissão, subtrai a Loures mais de dois milhões de

contos, sem qualquer informação prévia e cassa o mandato na Assembleia Municipal a sete presidentes de Junta de Freguesia.

Ou seja, «incapaz de respeitar» a vontade das populações de Loures e Odivelas que fizeram da CDU a força mais votada para a Câmara Municipal, o PS pretende nestas sete freguesias «rever administrativamente os resultados eleitorais» e «alterar o quadro político legitimamente constituído».

Só assim se justifica que uma Comissão Instaladora «seja constituída com base nos resultados para as freguesias e não nos resultados para a Câmara Municipal, como seria lógico e de bom senso».

Entretanto, esta postura do PS - sempre apoiada pelo PSD - «de chamar a si todas as competências» contrasta, na opinião da CDU, «com uma quase ausência

reivindicativa junto da administração central» que ainda não contribuiu «com um tostão» para a instalação do Município de Odivelas.

A CDU discorda, aliás, que a Comissão Instaladora avance com planos ou estratégias de médio ou longo prazo que ultrapassem em muito o período do seu funcionamento, já que para isso não foi legitimada pelo voto.

Um outro reparo da CDU ao comportamento do PS e do PSD neste processo, diz respeito ao «desmerecimento» por estes

partidos do «reconhecido mérito da gestão CDU em Loures» e às «inverdades» e falta de esclarecimento sobre a «origem do importantíssimo legado em infra-estruturas, equipamentos e estruturas sociais existentes no território, que representam muitos milhões de contos de investimento».

Apesar das críticas que tece, a CDU de Odivelas está inteiramente disponível para trabalhar «em prol do bem-estar das populações e do desenvolvimento equilibrado do concelho de Odivelas».

Junta de Mariz CDU requer acção judicial

A Junta de Freguesia de Mariz e o seu Presidente desrespeitaram a lei eleitoral ao produzirem e divulgarem um «aviso» informando a população do dia, hora e local onde se realizaria o encerramento da campanha eleitoral do Partido Socialista em Lisboa, para o qual colocou autocarros gratuitos à disposição da população.

Assim, favorecendo indiscutivelmente o PS, a Junta de Mariz, violou a lei que obriga os órgãos autárquicos a «manter rigorosa neutralidade e imparcialidade perante as diversas candidaturas» e a não intervir «directa ou indirectamente na campanha eleitoral nem praticar actos que, de algum modo, favoreçam ou prejudiquem um concorrente às eleições em detrimento ou vantagem de outros».

Face ao sucedido, a CDU - Coligação Democrática Unitária, PCP-PEV requereu ao Procurador adjunto da República da comarca de Barcelos que seja instaurado procedimento criminal contra os infractores.

Região de Turismo do Algarve Comissão Executiva demite-se

A Comissão Executiva da Região de Turismo do Algarve apresentou a sua demissão, após ano e meio de conturbado funcionamento. Membros ou afectos ao PS, os actuais demissionários hoje «batem a porta» com acesas críticas ao Governo, «deixando no ar» graves insinuações acerca do comportamento do aparelho partidário que o suporta.

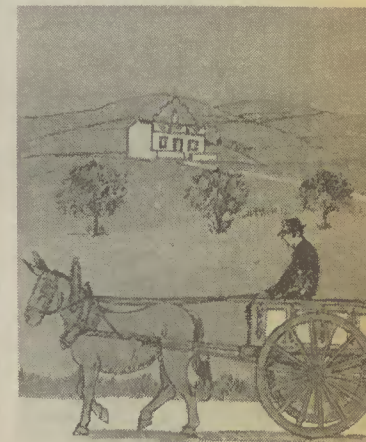
A Direcção da Organização Regional do Algarve do PCP considera que este «triste episódio» tem na sua génese os conflitos gerados por uma Lei-Quadro do PSD - que o Governo do PS manteve e para cuja alteração a equipa demissionária só agora «acordou» -, que coloca as Regiões de Turismo na estrita dependência da tutela.

Na altura própria, o PCP criticou algumas das iniciativas da Comissão agora demissionária, designadamente a tentativa de passar para uma associação exterior à RTA o fundamental

dos seus meios financeiros e competências em matéria da promoção do Algarve como destino turístico e o processo que conduziu à alteração da composição do Conselho Regional da RTA e que prefigurava uma manobra para garantir uma maioria qualificada do PS nesse órgão.

Entretanto, após o referendo que rejeitou a criação das Regiões Administrativas, o Governo, acentuando a vertente centralizadora, privilegiou o reforço de meios e competências dos órgãos desconcentrados do Estado a outras medidas descentralizadoras para as Regiões do Turismo, Associações de Municípios e autarquias.

Final, a completa hegemonização política feita pelo PS não assegurou uma maior eficácia de gestão e o Governo volta a «tratar mal» o Algarve e o Turismo, afirmam os comunistas, defendendo a rápida normalização no funcionamento da RTA, através de soluções que contemplem um leque alargado de pessoas com provas dadas e onde impere o bom senso.



região de turismo do algarve

CAMARADAS FALECIDOS

José Manuel Roque

Vítima de doença súbita, faleceu no passado dia 26, com 73 anos de idade, o camarada José Manuel Roque, natural de Montemor-o-Novo. Membro do PCP desde 1944, durante a luta clandestina fez parte de diversos organismos do Partido no seu concelho, tendo sido duas vezes preso pela Pide. Depois do 25 de Abril foi funcionário administrativo do PCP no distrito de Évora, sempre se revelando um militante de grande dedicação e espírito de Partido. Fazia parte do organismo da URAP em Montemor e, apesar da falta de saúde, continuava a ter tarefas partidárias.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Manuel Duarte Gomes

Faleceu no dia 25 de Junho, com 76 anos de idade, o camarada Manuel Duarte Gomes, natural de Palhais, Barreiro, e residente no Pinhal Novo. Destacado militante do Partido no Barreiro e Palmela, cujas Comissões Concelhias integrou, foi deputado à Assembleia da República na primeira legislatura e eleito em vários órgãos autárquicos (Presidência da Junta de Freguesia de Palhais e Assembleias Municipais do Barreiro e Palmela). Técnico ferroviário da CP, integrou várias estruturas nacionais, regionais e locais do MURPI. Por toda a parte grangeou estima entre população, trabalhadores e organizações do Partido.

Última hipótese para o Ulster

Os Unionistas do Ulster e o Sinn Fein tinham até ontem à noite para desbloquear as negociações de paz. O prazo foi dado pelos primeiros-ministros da Grã-Bretanha e da República da Irlanda na segunda-feira. Em causa está o diferendo sobre o desarmamento dos republicanos, questão que atrasa há meses a formação do Governo para a Irlanda do Norte. Os unionistas recusam a participação do Sinn Fein no executivo até que este deponha as armas ou se comprometa a desarmar-se até Maio do próximo ano. Por seu lado, os republicanos afirmam que o Acordo de Sexta-Feira Santa não inclui como condição a deposição de armas. «A sugestão de uma deposição simbólica de armas é infantil, pois o Sinn Fein não possui uma única arma. Quem tem armas é o IRA e o Sinn Fein não tem poderes para o obrigar a desarmar-se», defende Martin McGuinness, dirigente do partido.

Julgamento de El Dourado de Carajá

Dia 18 de Agosto inicia-se o julgamento do massacre de El Dourado de Carajá, perpetrado em Abril de 1996. No banco dos réus sentam-se 150 polícias militares acusados de assassinar 19 camponeses do Movimento dos Sem Terra (MST), processados em 27 casos separados. Hoje os acusados continuam nos seus postos, apesar dos numerosos protestos de organizações e de populares. Segundo Alcení Monteiro, um dos dirigentes do MST, o movimento está a preparar a maior mobilização da sua história, no sentido de pressionar as autoridades brasileiras a fazer justiça.

Argélia amnistia mil islamitas

O Governo argelino anunciou que vai amnistiar milhares de islamitas presos por ocasião das comemorações da independência do país. Esta iniciativa faz parte de um conjunto de medidas de reconciliação anunciadas pelo presidente Abdelaziz Buteflika, que explicou que o perdão recai sobre pessoas que serviram de «apoio ao terrorismo», albergando ou financiando islamitas armados. «Há criminosos culpados de delitos de sangue ou de violência e com esses não tenho nada a ver. Há alguns condenados à morte ou a prisão

Novo primeiro-ministro contra Israel volta a atacar o Líbano

Oito civis foram mortos e 64 ficaram feridos durante os ataques israelitas de quinta e sexta-feira contra o Líbano, os mais violentos desde 1996. Duas centrais eléctricas, um transformador de alta tensão, cinco pontes e uma importante central telefónica foram destruídos. O primeiro-ministro israelita eleito, Ehud Barak, só foi informado da ofensiva depois do seu início, tendo já manifestado a sua oposição.

Numa violenta reacção aos ataques da milícia integrista do Hezbollah, Israel desencadeou uma ofensiva militar contra o sul do Líbano, na quinta e na sexta-feira.

«Este bombardeamento é uma resposta ao ataque levado a cabo contra os nossos civis, que causou vários feridos. Até agora, Israel deu prova de contenção, mas as provocações constantes do Hezbollah não podem ficar sem resposta», afirmou um porta-voz militar israelita.

O Governo libanês considera que os ataques são uma «catástrofe» e representam «uma nova prova dos métodos bárbaros, ilimitados, de Israel». «Apelamos à comunidade internacional para assumir as suas responsabilidades e para acabarem com esta injusta agressão», declarou o primeiro-ministro Salim Hoss.

Na perspectiva das autoridades libanesas, os ataques constituem uma «flagrante violação» dos acordos de Abril de 1996, em que Israel, o Líbano e o Hezbollah se comprometeram a poupar os civis dos dois lados da fronteira e a não lançar acções militares a partir de zonas habitadas.

O Líbano prepara-se para pedir reparações a Israel no Tribunal Internacional de Haia, depois de ter formado uma comissão ministerial para avaliar a extensão dos danos e afixar o montante das reparações a reclamar.

Reacções

Por seu lado, o Hezbollah prometeu que «esta agressão não ficará sem castigo». O líder da guerrilha, Hasan Nasralá, afirmou que os «sionistas têm de compreender que, se querem pôr o norte da Palestina (norte de Israel) ao abrigo dos golpes da resistência, devem renunciar a atacar civis e instalações civis e respeitar os compromissos de 1996».

«Se assim não for, recorreremos aos foguetes *katyuska* sempre que considerarmos necessário», ameaçou. «O recurso a ataques aéreos para atingir infra-estruturas civis e espalhar o terror não servirá para proteger os colonatos do norte de Israel», acrescentou Hasan Nasralá.

As reacções internacionais não se fizeram esperar. A Liga



O Governo libanês vai exigir a Israel o pagamento dos estragos (foto de 1996)

Árabe exigiu o «termo imediata da atroz agressão» e apelou ao Conselho de Segurança da ONU para que «assuma as suas responsabilidades e ponha fim às agressões israelitas, que ameaçam a estabilidade e a segurança no Médio Oriente e impedem o reatamento do processo de paz».

O Governo francês considerou as acções como «muito preocupantes». Encarando-as como uma «escalada perigosa», o Ministério dos Negócios Estrangeiros apela «vigorosamente às duas partes a respeitarem os acordos de 1996».

Os Estados Unidos também pediram o máximo de contenção. «Todas as partes deverão empenhar-se em fazer avançar o processo de paz, usando todos os meios ao seu dispor», defendeu em conferência de imprensa um porta-voz da Casa Branca, Joe Lockhart.

Barak protesta

Os ataques são da total responsabilidade do Governo demissionário de Benjamin Netanyahu. O primeiro-ministro eleito, Ehud Barak, não foi con-

sultado e já se afirmou contra a ofensiva.

Barak vê assim obstruídos os seus esforços em favor da paz, culminados com o compromisso acordado com o presidente sírio Hafez el Asad para reatar as negociações com Damasco, interrompidas em 1996, onde se estabelecerá um acordo para a retirada de Israel do sul do Líbano e dos Montes Golã.

«Tomámos esta decisão não para pôr o futuro Governo perante um compromisso, mas porque a situação da fronteira norte se tinha tornado intolerável para a nossa população civil», defendeu o ministro da Segurança Interna, Avigdor Kahalani, líder do partido Terceira Via, que tem como principal objectivo defender os colonos israelitas dos Golãs.

Ehud Barak procura formar o seu Governo o mais depressa possível. «Barak acelerou as negociações, especialmente devido aos acontecimentos no Líbano, já que ele mesmo quer tomar o controlo desta questão o mais depressa possível», explicou o porta-voz do primeiro-ministro eleito. David Zisso acrescentou que o Partido Trabalhista já chegou a acordo com o partido Be Aliya (dos emigrantes russos) e o Partido Nacional Religioso (ultra-ortodoxos judeus).

Colômbia

Milhares de pessoas manifestam-se contra violência

As ruas de Bogotá foram percorridas por milhares de manifestantes, no domingo, num grito pelo fim da violência na Colômbia. Procurando acabar com anos de temor e indiferença face às agressões dos grupos paramilitares e às acções dos guerrilheiros, os colombianos manifestaram-se contra os sequestros, os deslocamentos forçados e os desaparecimentos.

No peito dos manifestantes destacava-se a fotografia de alguém convertido em «morto em vida» pelo sequestro. «Queremos-los vivos, livres e em paz», gritavam.

«A Colômbia já está cansada da guerra em todas as suas manifestações, não só o sequestro. Todos temos alguma culpa. O nosso silêncio, a nossa omissão, a nossa passividade, a nossa insensibilidade foram alimentando o monstro da guerra», afirmou Bernardo Hoyos, presidente da Câmara Municipal da cidade de Barranquilla.

«Quero protestar contra o sequestro, sobretudo o do meu irmão, um oficial de polícia desaparecido há dois anos. O veículo em que viajava com dois

companheiros foi assaltado em zona guerrilheira», contou José ao jornal *El País*. «Oxalá consigamos chegar ao coração dos que nos estão a fazer tanto mal», acrescentou Silvina, mãe de um desaparecido.

De acordo com alguns dados, diariamente uma média de seis colombianos são sequestrados e mil pessoas são obrigadas a abandonar as suas casas. Mais de duas mil pessoas desapareceram nos últimos 10 anos devido a acções de agentes ligados ao Estado.

Jornalistas ameaçados de morte

Sob o olhar impassível de quatro polícias, um sapateiro foi espancado e esfaqueado até à morte por populares quando tentava impedir a destruição de lojas e o assalto à Câmara Municipal de Chinchiná, cidade a 170 quilómetros de Bogotá, no passado dia 8 de Junho.

Se este incidente é por si só suficientemente chocante para provocar uma reacção de repulsa por parte dos colombianos, estes

ainda se sentem mais escandalizados com os acontecimentos ocorridos na sua sequência.

Dois jornalistas da cadeia de televisão RCN filmaram a cena e emitiram uma reportagem com as imagens. Desde então, John Javier Jaramillo e Juan Carlos Aguilar, os autores do trabalho, não mais tiveram paz. As ameaças de morte multiplicaram-se rapidamente, ao ponto de se verem obrigados a aban-

donar o país com as suas famílias.

«Chegaram várias ameaças e posteriormente houve uma ameaça de morte concreta contra o cameraman Jaramillo. Ao repórter Aguilar tiraram-lhe os seus papéis na rua e disseram-lhe: "Assim como é fácil fazer desaparecer uns papéis, é fácil desaparecer uma pessoa."», contou Daniel Coronell, director do departamento de informação do RCN.

100 mil presos amnistiados na Rússia

A Duma (câmara baixa do Parlamento russo) aprovou por unanimidade uma amnistia que prevê a libertação de cerca de 100 mil presos. A medida, adoptada na semana passada, é encarada pelos deputados como uma forma de deter os grandes delinquentes económicos.

Contudo, os analistas consideram essa esperança totalmente vã, visto ser muito pouco provável que os crimes de «colarinho branco» sejam condenados pelas autoridades judiciais. Por outro lado, apesar do número de presos diminuir, as celas continuam lotadas.

A Alta Comissária para os Direitos Humanos da ONU, Mary Robinson, visitou na semana pas-

sada a penitenciária de Butirka, em Moscovo, onde a capacidade é de 3500 presos mas que acolhe quase 6 mil. Na lista de males que afectam as prisões russas, destacam-se os maus tratos, má alimentação e alastramento de doenças. A tuberculose, por exemplo, atinge 10 por cento dos reclusos.

Apresentada pelo anterior primeiro-ministro, Yevgueni Primakov, a medida afecta principalmente réus que cumprem a sua primeira condenação (cerca de 13 500), mulheres (11 mil), presos preventivos veteranos de guerra (3500) e adolescentes (2 mil).

Kosovo

Situação explosiva

«É difícil compreender como é que, apesar da presença de pelo menos 200.000 membros da KFOR, os piores crimes continuam a ser cometidos no Kosovo.» A não serem tomadas medidas urgentes, o Kosovo pode tornar-se «rapidamente num território albanês etnicamente puro».

O alerta é dos dirigentes da Igreja Ortodoxa sérvia e consta de uma carta enviada a Bill Clinton, Kofi Annan, ao secretário-geral da NATO, Javier Solana, aos ministros dos Negócios Estrangeiros de França, Alemanha, Itália e Grã-Bretanha, e ao comandante da KFOR, general Michael Jackson.

«Se a KFOR não intervier, vai encorajar grupos de assassinos e saqueadores, especialmente na parte ocidental da província», refere a carta assinada pelo Patriarca Pavle, pelo arcebispo Artemije e pelo líder religioso sérvio-kosovar Momcilo Trajkovic.

«É preciso que os líderes albanos-kosovares compreendam que os responsáveis por crimes contra os sérvios serão tratados da mesma forma que os responsáveis por crimes no período anterior», sublinham.

A persistirem os crimes que estão a ser cometidos no Kosovo contra todos os suspeitos de não partilharem as ideias dos independentistas corre-se o perigo, alertam os signatários da missiva, de os sérvios perderem a confiança nas forças internacionais, deixarem de colaborar com a KFOR e organizarem-se em grupos de autodefesa.

«A comunidade sérvia está preparada para cooperar na reconstrução da democracia no Kosovo, mas apenas se a segurança básica estiver garantida. Um futuro multiétnico e demo-

crático para o Kosovo está inteiramente nas mãos da KFOR e dos albaneses do Kosovo», afirmam os dirigentes religiosos.

UCK assume comando

O alerta da Igreja Ortodoxa é tanto mais pertinente quanto se verifica numa altura em que os homens do UCK se assumem, com a complacência das forças internacionais, como os únicos



Os dirigentes do UCK tomam conta do poder no Kosovo

detentores do poder no Kosovo. É significativo que o UCK tenha proibido a actividade dos partidos políticos nas zonas que controla, e que entenda o exercício do poder civil como uma mero apêndice do poder militar. Em Mitrovica, por exemplo, o «comandante» Sadik Hajlitija

não hesita em afirmar que é aos seus homens que cabem «as funções policiais», enquanto vai garantindo que «as relações com a KFOR são excelentes», mas é o movimento que garante o poder civil local «sob a autoridade do governo provisório do Kosovo dirigido por Ashim Thaçi». Nestas condições, cabe perguntar quais as garantias de que as eleições gerais previstas pelos acordos internacionais, em data a determinar, serão efectivamente livres e democráticas. Os mesmos acordos, recorda-se, estabelecem que a administração civil do Kosovo deverá ser assegurada pela ONU.

A desmilitarização do UCK é outro dos pontos cruciais deste processo. Na prática, o que se verifica é que cada um

chave. Tudo foi feito sob o controlo da KFOR, mas esta não pode ter acesso às nossas armas sem a minha autorização», afirmou há dias Hajlitija a um jornalista de *L'Humanité*.

Belgrado pede medidas

Convicto de ter ganho a guerra do Kosovo, enquanto aliado da NATO, o UCK já se comporta como se a província não tivesse qualquer ligação à Sérvia, e não admite que o seu poder possa ser posto em causa.

A explosiva situação que se vive na região já obrigou de resto as forças norte-americanas e alemãs a imporem o recolher obrigatório nas zonas que controlam, para vigorar até estar assegurado «um clima estável e seguro».

Por seu lado, o governo jugoslavo pediu uma reunião do conselho de Segurança para que a ONU «examine a aplicação, até agora, da sua resolução [sobre o Kosovo] e tome as medidas necessárias para garantir uma vida normal aos cidadãos» da província. Numa carta dirigida ao Conselho de Segurança, o ministro dos Negócios Estrangeiros jugoslavo, Zivadin Jovanovic, recorda que a Jugoslávia «cumpriu as obrigações previstas pela Resolução 1244», esperando agora que a missão da ONU no Kosovo aplique o mandato que lhe foi confiado e que garanta nomeadamente a plena segurança dos cidadãos e impeça energicamente qualquer forma de violência, de terrorismo e de atentado contra a ordem pública.

A ofensa

O presidente norte-americano Bill Clinton decidiu pôr a prémio a cabeça de Milosevic: cinco milhões de dólares é o valor oferecido a quem entregar o presidente jugoslavo. A oferta não especifica se morto ou vivo.

Este acto, à boa maneira dos filmes de «cowboys», não é apenas um gesto gratuito, é sobretudo uma ofensa aos jugoslavos e a toda a Europa. Uma ofensa agravada pela falta de reacção dos dirigentes europeus, que não foram capazes ou não quiseram manifestar energicamente a sua indignação com tal desaforo.

Ao ridicularizar de forma tão arrogante e grosseira as próprias instituições a que diz dar crédito, como o Tribunal Penal Internacional, e as alegadas «investigações rigorosas» sobre os acontecimentos do Kosovo que deveriam ser levadas a cabo, Clinton deixa cair a máscara de humanista que gosta de ostentar para se revelar como efectivamente é: um pistoleiro sem escrúpulos e sem moral que não olha a meios para atingir os seus fins.

Os caçadores de prémios e os julgamentos sumários do «Farwest», caso Clinton não saiba, não constam do conceito de justiça de nenhuma nação civilizada.

perpétua para quem ainda não chegou o momento de examinar os seus casos», afirmou, no sábado. Na segunda-feira, a rádio oficial argelina reconheceu pela primeira vez que cerca de 100 mil pessoas morreram na sequência da guerra entre o exército e as guerrilhas, que se prolonga desde 1992. A estes números junta-se um milhão de pessoas que ficaram feridas ou perderam as suas casas.

África do Sul contra violência

O recentemente eleito Presidente da África do Sul, Thabo Mbeki, apontou como prioridade nacional a questão da violência, no seu discurso sobre o Estado da Nação, realizado na sexta-feira. Para isso, serão recrutados mais polícias, será levada a cabo a optimização do seu treino e será fundada uma unidade especial de investigação. Mbeki defendeu que a melhoria da qualidade de vida dos sul-africanos e das infra-estruturas do país é fundamental, porque, «se o país sangrou de milhares de feridas durante séculos, agora está na via da cura». A liberalização da economia foi outro tema focado, com a privatização da empresa de telecomunicações, dos caminhos-de-ferro e de 20 por cento da companhia aérea nacional. O Presidente defendeu que o país «deve garantir a cada cidadão a dignidade de uma qualidade de vida respeitável».

Turquia

Oçalan condenado à morte

Abdullah Oçalan, o líder do Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK), foi condenado à morte na terça-feira pelo Tribunal de Segurança do Estado de Ancara, acusado de traição e separatismo. A sentença, a confirmar-se, representa mais um rude golpe contra a luta do povo curdo pela autonomia.

Antes da leitura do veredicto, o líder curdo voltou a pedir que a sua vida fosse poupada para poder mediar a solução para o conflito que opõe os curdos e o Estado turco há 15 anos.

Ignorando este volte face, o tribunal considerou que Oçalan «criou, organizou e é responsável por ataques perpetrados pelo PKK para dividir o Estado turco» e recusou a pena de prisão requerida pela defesa por direcção de organização criminosa.

Os advogados de Oçalan já anunciaram que vão apelar ao tribunal de recurso. Se a decisão for confirmada, a sentença seguirá para

o Parlamento e depois para o Presidente turco para a sua rectificação, o que poderá levar meses.

Na sequência do veredicto, a polícia turca reforçou a segurança nas ruas, embaixadas, aeroportos e estâncias turísticas, receando represálias das organizações curdas. O mesmo aconteceu em algumas capitais europeias.

Segundo vários analistas, o PKK não deverá levar a cabo quaisquer acções violentas antes da sentença chegar ao Parlamento.

A decisão do tribunal, a ser rectificada pelas instituições políticas, provocará novas tensões entre a Turquia e a União Europeia. A abolição da pena de morte é um requisito imprescindível para a integração europeia. Com a execução de Oçalan, as autoridades turcas vêem a concretização das suas ambições à entrada na UE cada vez mais longínqua.

PCP condena

A condenação de Abdullah Oçalan à pena de morte pelos tribunais especiais do regime turco merece a mais firme condenação e protesto dos comunistas portugueses. Na sequência do acto de terrorismo de Estado que significou o sequestro e prisão de Oçalan na cadeia de Imrali, a condenação à morte deste destacado dirigente curdo, constitui uma indistigável vingança política visando sufocar a luta libertadora de um povo e justificar a criminosa política de repressão e genocídio conduzida pelo Estado turco contra o povo curdo de Turquia.

O PCP, solidário com a luta do povo curdo pelo reconhecimento da sua identidade e direitos nacionais legítimos, apela à luta para salvar a vida de Oçalan e libertá-lo, assim como todos os outros patriotas curdos e turcos, das cadeias da Turquia.

O PCP reclama do governo português uma inequívoca condenação pela aplicação da pena de morte a Oçalan exigindo do governo turco o respeito pelos direitos humanos mais elementares.

30/6/99

O Secretariado do C.C. do Partido Comunista Português

Iraque

Bagdad rejeita projecto britânico de desarmamento

O Iraque «rejeita em bloco» o projecto de resolução britânico para o controlo do arsenal militar iraquiano, informou segunda-feira o vice-primeiro-ministro Tarek Aziz.

«Rejeitamos em bloco o projecto britânico, porque é tendencioso e muito mau e visa sobretudo introduzir novas condições que não figuram na Resolução 687» do Conselho de Segurança, declarou Aziz.

Entrevistado pela cadeia de televisão por satélite do Qatar al-Jazira, o responsável iraquiano sublinhou que o referido projecto «não tem qualquer objectivo humanitário e não visa aliviar os sofrimentos dos iraquianos, mas a pôr o Iraque sob o jugo dos norte-americanos e britânicos».

Segundo Aziz, os Estados Unidos e a Grã-Bretanha desejavam impor através desta resolução «condições suplementares sabendo muito bem que o Iraque não as pode aceitar», de forma a poderem justificar novos ataques contra o país.

O projecto de resolução britânico, apoiado pelos EUA e copatrocinado pela Holanda, Eslovénia, Argentina e Brasil, propõe a suspensão, por períodos de 120 dias renováveis, o embargo às exportações iraquianas, na condição de Bagdad satisfazer as exigências ocidentais respeitantes ao seu desarmamento. O Iraque considera tais exigências um atentado à sua independência e afirma-se disposto a «resistir aos norte-americanos custe o que custar». «O Iraque não vai vergar-se ou capitular perante a chantagem dos Estados Unidos, porque Bagdad não está isolada e beneficia de apoios no seio do Conselho de Segurança e no mundo árabe», disse Aziz.

Para além do projecto britânico, o Conselho de Segurança está a discutir outros dois projectos de resolução, francês e russo, sobre as condições de levantamento do embargo imposto ao Iraque desde a guerra do Golfo.

JCP toma posição

Em período de exames e início de férias, os jovens comunistas mantêm-se activos - da solidariedade ao movimento contra a guerra, passando por tomadas de posição em relação à toxicodependência.



Os jovens comunistas mantêm uma activa participação na vida política

Terminou dia 25 deste mês a campanha da JCP-Algarve *O Mundo em perigo*, dedicada à paz na Jugoslávia, Angola e Chiapas, e à autodeterminação dos povos

maubere, curdo e sarahui. Um mês depois, e apesar das dificuldades criadas pelo intenso período de avaliação escolar, a JCP-Algarve avançou com diversas iniciativas.

Dinamizou bancas de informação na Universidade do Algarve e nas Escolas Secundárias de Lagos, Portimão (Teixeira Gomes e António Aleixo), Silves, Albufeira, Faro (Tomás Cabreira e João de Deus), Olhão e Tavira.

Realizou um colóquio, na Escola Secundária de Olhão, sobre *A guerra contra a Jugoslávia e o futuro da Europa*.

Contactou e sensibilizou milhares de jovens, distribuindo mais de 5000 boletins de informação.

Recolheu cerca de 1600 assinaturas, em abaixo-assinados de apoio à Paz para a Jugoslávia e à autodeterminação dos timorenses. Abaixo-assinados que serão entregues ao Secretário-Geral das

Nações Unidas e ao Presidente da República. Com o fim da guerra na Jugoslávia e o anunciado referendo de Timor, a JCP-Algarve considera que «estas acções de solidariedade ganham novos contornos».

Face à situação que actualmente se vive na Jugoslávia, a JCP-Algarve defende o apoio à reconstrução do país, «independentemente de quem os jugoslavos escolherem democraticamente para a sua presidência» e apela a «um profundo debate sobre o futuro da humanidade sob a ameaça da nova postura agressora da NATO».

No que respeita a Timor-Leste, os jovens comunistas defendem o adiamento do referendo «até que acabe toda a pressão intimidatória sobre os timorenses, levando consequentemente a uma retirada das forças militares da Indonésia e à sua substituição por uma Força de Paz da ONU».

Tratamento da toxicodependência

A Juventude Comunista Portuguesa reivindica a criação de uma rede pública de tratamento da toxicodependência com «a porta aberta para uma consulta e uma cama».

Além da criação desta rede pública e de considerar inadmissível que alguém seja preso apenas por consumir droga, a JCP defende uma actuação de prevenção primária em relação à toxicodependência nos meios escolares, nomeadamente através de esclarecimento e debates com os estudantes.

No quadro de um conjunto de propostas apresentado para assinalar o Dia Internacional das Nações Unidas contra o tráfico ilícito e o abuso de drogas, a JCP reafirma a necessidade de se garantir «um verdadeiro acompanhamento em estabelecimento público para cada toxicodependente que procura ajuda» no campo do tratamento e da reinserção social.

Para enfrentar a toxicodependência e fazer recuar o número de pessoas afectadas, os jovens comunistas defendem a continuação do estudo sobre as melhores formas de combate, legais e científicas.

A JCP sublinha ainda que «é fundamental que se encare a problemática da toxicodependência, não como um problema isolado, mas como um sintoma de uma sociedade capitalista direccionada unicamente para o consumo».

Fenprof debate Ensino Superior

Ensino Superior: responsabilidade social ou lógica de mercado? é o sugestivo tema da Conferência do Ensino Superior que decorreu segunda e terça-feira no Auditório da Reitoria da Universidade de Coimbra.

Promovida pela Federação Nacional dos Professores - Fenprof, federações académicas e associações de estudantes e Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública - FNSFP, a iniciativa desdobrou-se em várias sessões temáticas e uma mesa-redonda com representantes dos grupos parlamentares.

Com esta Conferência, as organizações promotoras pretendiam que fosse feito um diagnóstico da situação do ensino superior no nosso país, um balanço da política do governo para o sector na actual legislatura e um debate sobre as perspectivas de evolução do ensino superior e sobre as propostas de solução para os problemas que o afectam.

O objectivo era, assim, criar um espaço de debate e afirmar a relevância do Ensino Superior e a necessidade de responsabilização do Estado pela qualidade de todo o sistema.

O insucesso escolar, que se reflecte em taxas médias de seis a sete anos para conclusão de cursos de cinco anos (no caso do Instituto Superior Técnico, há cadeiras com taxas de reprovação superiores a 90%), o financiamento do Ensino Superior, a acção social escolar e a gestão universitária, foram alguns dos temas abordados no encontro.

Articulação, acreditação, internacionalização e empregabilidade, foram os primeiros temas a ser abordados.

Autonomia, gestão, participação e responsabilidades estiveram em debate na tarde de segunda-feira. Terça-feira, as questões ligadas à qualidade, democratização e avaliação foram amplamente discutidas.

A conferência encerrou com a intervenção do coordenador da Fenprof para o Ensino Superior, em representação da organização.

ME põe em causa novo modelo de gestão

A Fenprof acusa o Ministério da Educação de ter emanado um despacho que está em total contradição com o novo modelo de gestão para as escolas secundárias, agravando consideravelmente as condições do seu funcionamento.

A revogação deste despacho é uma exigência da Fenprof que, com esse objectivo, realizou uma reunião de emergência terça-feira passada.

Em causa está uma fórmula para cálculo do número de horas semanais que cada professor dispõe para actividades não lectivas, que con-

templa uma única variável - o número de alunos por escola - sem atender às características específicas de cada escola.

O horário normal do professor é de 22 horas semanais, sendo que 18 se destinam à componente lectiva e quatro à não lectiva. Destas, o professor tinha que calendarizar duas, enquanto as outras duas poderiam não ser agendadas e eram, habitualmente, utilizadas para reuniões de conselho pedagógico ou para coordenação de grupo.

O novo despacho vai agravar, designadamente, a situação em escolas que leccionam os segundo e terceiro ciclo do ensino secundário pois, embora possibilitando que as escolas proponham às respectivas direcções regionais de Educação maior carga horária para aquelas actividades, caso o façam receberão menos verbas.

«Nómadas e sedentários» um novo livro de Miguel Urbano Rodrigues

«Nómadas e sedentários na Ásia Central - continuidade e descontinuidade no processo civilizatório» é um novo livro de Miguel Urbano Rodrigues, a ser lançado neste mês de Julho pela editora «Campo das Letras».

A primeira sessão de lançamento será dia 5, no Porto, na Cooperativa Árvore, pelas 21.30, com apresentação de José Morgado. Segue-se a sessão, em Évora, dia 7, no edifício Espírito Santo da Universidade, às 19 horas, com apresentação de Santiago Macias. Em Lisboa, o lançamento irá decorrer, dia 8, na Biblioteca Municipal (Palácio das Galveias), às 19.30, cabendo a apresentação a Cláudio Torres.

«Nómadas e sedentários na Ásia Central - continuidade e descontinuidade no processo civilizatório» é um ensaio que, não sendo académico, não é também uma obra com propósitos de divulgação histórica.

Pela sua temática, estamos perante um livro inédito em Portugal. O autor, que dedicou três anos a este trabalho, desenvolve uma reflexão original sobre aspectos pouco conhecidos de civilizações que, desde os Aqueménidas e Alexandre, se implantaram na Ásia Central, no contexto do confronto quase permanente que ao longo de vinte e cinco séculos ali ocorreu entre os povos nómadas das estepes e as civilizações que a Oriente, a chinesa, e a Ocidente, a iraniana, lhes fechavam o caminho.

Em vinte capítulos, Miguel Urbano Rodrigues coloca, numa perspectiva inovadora, questões cujo interesse no campo da História e da Sociologia é acrescido pela reflexão sobre a continuidade das culturas e as bruscas rupturas que na Ásia Central marcaram decisivamente o rumo da humanidade. É o caso dos comentários sobre a

grande viagem de descobrimento científico que coincidiu com as campanhas de Alexandre na Sogdiana e, na Índia, na perseguição do mito do estado universal; e também a análise da contribuição para a integração da humanidade da Pax Mongolorum, tornada possível pela cavalgada mongol entre o Pacífico e o Adriático.

Em «Nómadas e sedentários», a reflexão abrange assuntos tão diferenciados como as consequências da presença grega na Bactriana até ao início da Nossa Era; a ascensão e queda de Gahzni, o sultanato turco que se islamizou no Norte da Índia e cuja capital foi, com Bagdad, o principal centro de irradiação da cultura muçulmana na Ásia; uma tentativa de avaliação do significado da civilização Kuchana, erguida por um povo desaparecido que, na época dos Antoninos, funcionou como o intermediário entre Roma e a China; a análise da escaza presença de povos indo-europeus no Sinkiang-Uigur (China) até à conquista turca, no século IX; e os efeitos da reforma agrária revolucionária empreendida na Pérsia Sassanida no século IV.

Miguel Urbano Rodrigues dedica atenção especial a acontecimentos ocorridos desde a primeira entrada dos povos arianos no Afeganistão, país cujo território é hoje, no seu entender, um gigantesco museu arqueológico da humanidade, tamanha é ali a acumulação de ruínas de antigas civilizações.

O livro começa e finda com uma reflexão que estabelece a ponte entre os homens que criaram e destruíram culturas e civilizações na Ásia Central e a globalização neoliberal, cuja irracionalidade empurra a humanidade para a sua maior crise desde a desagregação do Império Romano do Ocidente.

Campanha de solidariedade com as crianças de Angola

«Vamos abrir um sorriso de uma criança em Angola» é o lema de uma campanha de solidariedade promovida pelo Movimento Democrático de Mulheres - MDM, e cujo lançamento ocorreu, terça-feira passada, com a presença da embaixatriz de Angola no nosso país, um membro do Comité Nacional da Organização de Mulheres Angolanas - OMA e dirigentes do MDM.

Esta campanha de solidariedade, que visa minorar as situações de extrema carência que se vivem naquele país, irá decorrer até ao final deste ano e destina-se a recolher os seguintes materiais: materiais escolares, livros escolares (para todos os níveis de ensino), livros infantis, roupas (sobretudo de inverno), medicamentos, material e equipamento hospitalar.

As entregas de donativos podem ser efectuadas na sede do MDM, Av. Duque de Loulé, n.º 111, 4.º - 1050 Lisboa, durante os dias úteis entre as 9.30 e as 17 horas (entregas fora deste horário deverão ser precedidas de contacto telefónico).

O escoamento de materiais para Angola será efectuado com o apoio da embaixada de Angola em Portugal.

O MDM compromete-se a divulgar, junto da embaixada de Angola e dos destinatários, a origem dos donativos e, no final da

campanha, publicará na imprensa a lista de todas as entidades que contribuíram.

Esta campanha já recebeu o apoio de vários órgãos de comunicação social, que vão inserir anúncios gratuitos e spots publicitários e tem o apoio público de associações, sindicatos, organizações sociais, autarquias, empresas e personalidades.



MOVIMENTO DEMOCRÁTICO DE MULHERES

Com o apoio da OMA e de S. Exa. a Embaixatriz da R. de Angola em Lisboa

VAMOS ABRIR UM SORRISO DE UMA CRIANÇA EM ANGOLA

Donativos

Conta MDM Solidariedade com Angola
BPI 4804422.000/002

Medicamentos, Material e Livros Escolares,
Livros Infantis, Roupas.

Av. Duque de Loulé, 111, 4.º - 1050 LISBOA
Fax (01) 352 56 57 - Telefone 352 78 53



Avante! a festa!

AMORA-SEIXAL 3, 4 e 5 SETEMBRO

A 11.ª edição da Bienal de Artes Plásticas volta a abrir as suas portas nos dias 3, 4 e 5 de Setembro, para dar a conhecer ao público da festa o melhor que se tem produzido em Portugal nos últimos anos nos diversos campos das artes plásticas, incluindo desta vez as áreas da arquitectura e do *design*. Na Bienal, para além de um grande lote de artistas convidados, a Bienal é aberta a todos os que queiram concorrer e apresentar trabalhos nas modalidades de pintura, escultura, medalhística, desenho, ilustração, banda desenhada, gravura, cerâmica, fotografia, tapeçaria, vídeo e instalação. Na arquitectura, a participação está limitada a arquitectos que projectaram a sua primeira obra na década de 90 e, no *design*, a obras de *design* gráfico.

Cada artista pode concorrer com um máximo de duas obras recentes, devidamente identificadas, sendo aceites trabalhos de grupo. Por forma a garantir a unidade e facilidade de montagem o espaço ocupado por cada obra não poderá ultrapassar os 2,30 por 1,10 metros de largo. As obras tridimensionais não devem ultrapassar as medidas que caberiam num cubo de 1,50 metros de lado. Contudo, os trabalhos tridimensionais que ultrapassem estas medidas poderão ser expostos, devendo o autor enviar ao júri de selecção imagens em diapositivo ou vídeo.

As obras e a ficha de inscrição devem ser entregues até ao próximo dia 19 de Julho nas sedes do PCP de Coimbra (Rua da Sofia, 73 - 1.º - tel. 039/26186 - fax 039/29852); Évora (Rua de Aviz, 97 - tel. 066/706502 - fax 066/28014); Lisboa (Av. António Serpa, 265 - 3.º dt.º - tel. 01/7969141 - fax 01/7969139); Porto (Av. da Boavista, 931 a 937 - tel. 02/6095651 fax - 02/6097948); Setúbal (Av. 5 de Outubro, edifício Arrábida tel. 065/526123- fax 065/34305); Faro (Rua de Portugal, 40 a 45 tef. 089/805734 - fax. 089/805735).

Jorge Vieira

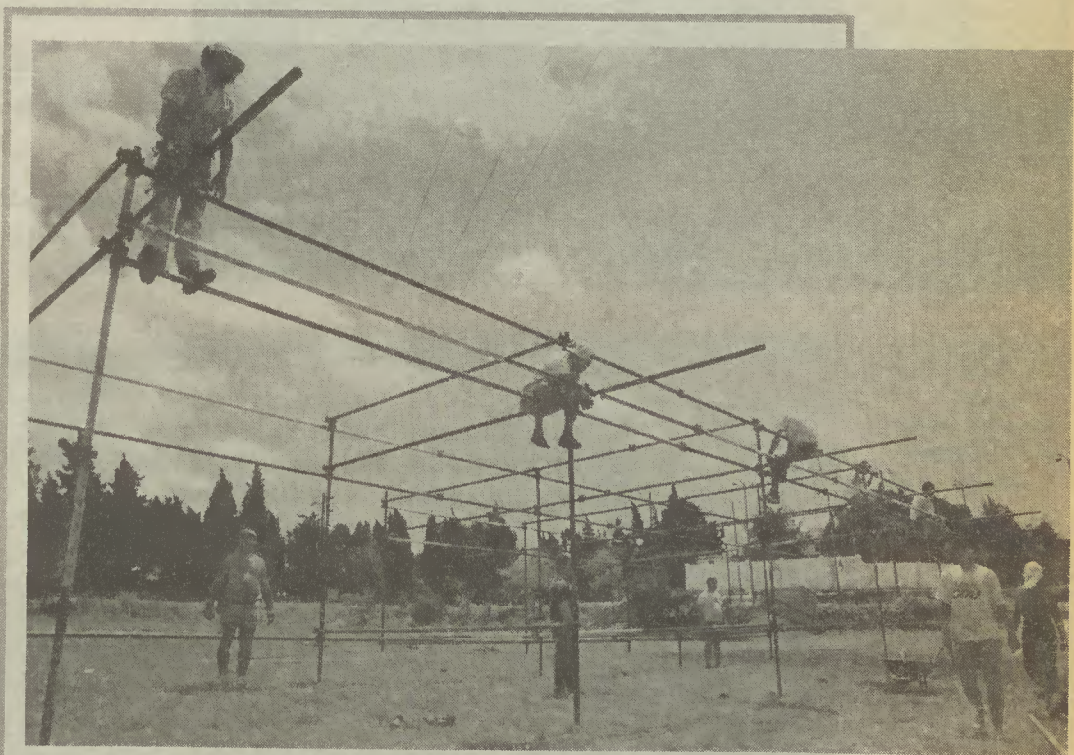
A homenagem ao escultor

A 11.ª Bienal promove uma exposição de homenagem ao escultor Jorge Vieira, falecido em 23 de Dezembro de 1998, com 76 anos de idade. Foi um dos grandes nomes da sua geração com forte presença e influência na escultura portuguesa dos últimos 50 anos. Considerado o precursor da

moderna escultura portuguesa, trabalhou até ao fim da sua vida, tendo criado recentemente a grande obra em ferro denominada «Homem Sol», implantada no recinto da Expo'98, assim como a escultura que embeleza a praça da portagem da Ponte Vasco da Gama.



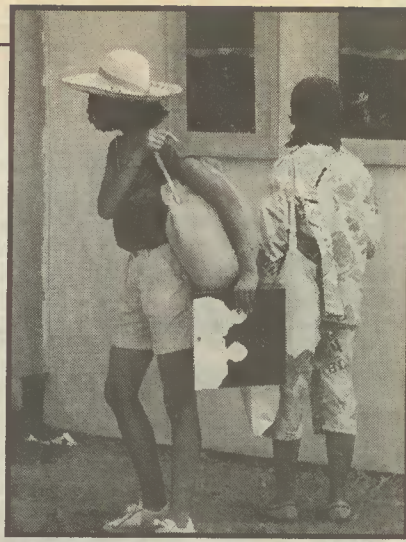
O encontro da obra com o público



Jornadas de trabalho já começaram

O início da construção da Festa do «Avante!» foi assinalado no passado fim-de-semana com o arranque das jornadas de trabalho voluntário. Pintura, limpezas e trabalho de montagem de tubo foram as principais tarefas realizadas, por vários camaradas e amigos da festa que não faltaram à chamada. No próximo fim-de-semana, as jornadas prosseguem. Não faltes!

11.ª Bienal de Artes Plásticas Levar a arte a um público vasto



A Bienal da festa do «Avante!» é um caso único no panorama português. Uma grande mostra de artes de diferentes modalidades, técnicas e expressões estéticas que procura ser um local de encontro entre a obra de artistas plásticos e um público muito vasto. O pintor Luís Ralha, membro da comissão organizativa da 11.ª edição da Bienal falou ao «Avante!» sobre o acontecimento.

Que bienal vamos ter este ano na Festa?

Luís Ralha – Primeiro quero dizer que tem havido uma grande discussão sobre o modelo da Bienal da Festa do Avante!. Para uns trata-se de reproduzir uma galeria de arte, para outros devia ser uma festa das artes, com produção de arte ao vivo, em vez de se exporem produtos acabados. Esta discussão não está acabada, muito antes pelo contrário, até porque existe grande contestação do modelo actual, e irá prosseguir durante a própria bienal onde vamos instalar um pequeno fórum para debater estes problemas.

Isso quer dizer que para já não haverá grandes alterações no modelo da bienal?

Sim. Qualquer alteração profunda terá resultar de um amplo debate e este ano isso já não é possível fazer. Por isso, de certo modo, vamos repetir o modelo, com abertura de um espaço às novas tecnologias e aos artistas novos que utilizam estas formas recentes, vanguardistas, de apresentar a arte.

A contestação do modelo «galeria» vem de longe ou tem-se acentuado nos últimos tempos?

Tem-se acentuado.

E que tipo de argumentos têm surgido?

Por exemplo, segundo alguns artistas sobretudo jovens, a pintura de cavelete, que é uma maneira de fazer renascentista, é uma forma datada e sem grande interesse nos nossos dias. Esta é uma posição um bocado radical, mas corresponde a uma procura de propostas novas.

Um modelo tem de substituir o outro, ou admite-se a coexistência?

Há várias sensibilidades. Alguns artistas propõem intervenções antes do acontecimento, outros pretendem aproveitar os dias da Festa para terminar obras iniciadas anteriormente. Penso que não podemos ir atrás das modas do efémero, designadamente anglo-americana, que valoriza apenas o que é diferente, em prejuízo do saber-fazer, do *métier*, que se calhar são já obsoletos. O problema de encontrar a expressão contemporânea sem aceitar o facilitarismo das modas, é sempre complicado. Entre ser conservador e radical da *décalage* há um mundo de coisas. O actual modelo da bienal também tem as suas vantagens, nomeadamente porque permite mostrar, de dois em dois anos, o trabalho dos artistas mas, na minha opinião, devia-se reforçar a componente de festa, onde fosse possível esquecer o mercado.

Um dos objectivos da Bienal tem sido a divulgação do trabalho dos artistas e das

diferentes tendências nas várias disciplinas junto de um público que, na sua grande maioria, não convive com as artes plásticas. Se a Bienal passar a ter outro formato, certamente com interesse, não há o risco de se perder esta função de divulgação?

Claro que sim. O problema é que na discussão entre os especialistas falta sempre a opinião dos «consumidores», aqueles para quem estas realizações são feitas.

A bienal é um caso único no panorama português. Mesmo as grandes exposições de arte que se realizam no nosso país têm geralmente um público definido. São sempre as mesmas caras, é sempre a mesma classe profissional, o mesmo extracto social.

É importante para um artista expor as suas obras para um público «não especialista», como acontece na Festa do «Avante!»?

É fundamental, e pessoalmente dá-me muito prazer. Até porque, geralmente o objecto de arte é vendido a um mecenas que o leva para casa e mais ninguém vê. Mas é importante também que as pessoas aprendam a ver e não podemos esquecer que existem tecnologias novas, que as maneiras de ver o mundo também se vão alterando e temos de estar disponíveis a isto. No entanto, muitas das tendências da actualidade vão em sentido contrário daquilo que eu penso que seria a democratização. Criam-se grandes infra-estruturas, grandes museus e deixam-se os museus pequenos, elitiza-se o ensino e afastam-se as pessoas... De resto, quem conhece as galerias municipais percebe que há cada vez menos gente a frequentá-las.

Encontras alguma razão para essa falta de público?

As galerias municipais não comerciais e traduzem apenas uma militância cultural. Ora como as pessoas têm cada vez menos tempo, futebol e as culturas dominantes produzem os seus efeitos...

Isso não tem a ver também com a qualidade das obras expostas?

«A Bienal da Festa do «Avante!» é um caso único no panorama português. Mesmo as grandes exposições de arte que se realizam no nosso país têm geralmente um público definido. São sempre as mesmas caras, é sempre a mesma classe profissional, o mesmo extracto social»

Também. E volto ao que disse no início, ou seja aos efeitos negativos da cultura anglo-americana do efémero em que já não é preciso desenhar, nem pintar, mas basta pegar em produtos feitos e dispô-los de outra maneira. Pegamos numa cadeira, colocamo-la ao contrário e dizemos que já não é uma cadeira, mas um objecto escultórico. Muitas vezes os artistas até já não se fazem as coisas que apresentam como suas. Pegam em coisas já feitas, escolhem-nas e reordenam-nas. E só na escolha, no seu reordenamento, ou na alteração das funções é que estaria a arte. Em última análise a arte é apenas o pretexto para o crítico desenvolver um conceito. É evidente que isto vai afastando as pessoas.

Quer isso dizer que o público tem dificuldade em reconhecer um objecto de arte?

A esse propósito lembro-me de um episódio curioso: há pouco tempo, num certo programa de televisão, um telespectador telefonou para perguntar se o cinzeiro em plasticina que tinha acabado de fazer podia ser considerado arte. Do estúdio alguém lhe respondeu que sim, que podia ser arte se o autor estivesse legitimado para o fazer e que para isso teria de fazer exposições, ter uns artigos no jornal, etc.

Fazer uma selecção de trabalhos para a Bienal, que não é uma exposição qualquer, até porque se realiza no âmbito de uma festa do PCP, não deve ser tarefa fácil.



Que critérios são seguidos na selecção dos trabalhos?

Antes de mais, o PCP nunca tomou qualquer posição sobre o que é bom e o que não é em matéria de arte. Nas várias disciplinas, pintura, escultura, instalações cerâmica, tapeçaria, tecnologias, etc., fazemos uma listagem das pessoas que expressem qualidade. Estes são os artistas convidados.

Depois todos os que estejam interessados em participar podem enviar obras que, estas sim, serão submetidas a um júri, constituído por pessoas com um currículo de trabalho reconhecido. Admito que este processo é sempre subjectivo, mas não há outra maneira de fazer.

Essa forma acaba por separar os consagrados dos outros...

Pois é... Por isso é que eu defendo uma bienal como festa das artes, exactamente para obviar a essas preocupações um bocado individualistas, até porque trabalhamos sozinhos e temos a tendência de ver o mundo de uma forma muito pessoal. Eu gostaria que prevalecesse esta vertente da festa, da participação, permitindo que uns «muito bons» estivessem ao lado de outros «menos bons», sem preocupações com o comércio, com as valorizações e as cotações.

Achas que a bienal já foi mais democrática do que é hoje, nesse sentido de ser uma festa das artes?

Acho que sim. E isso deve-se em grande parte ao mercado que não está interessado na democratização da cultura mas sim em boas vendas. (Lembro-me do tempo em que havia duas galerias em Lisboa. Hoje há 92!) Ora, nesta lógica, muitas pessoas com nome não estão interessadas em expor ao lado de outros menos qualificados.

O bom é o que vende?

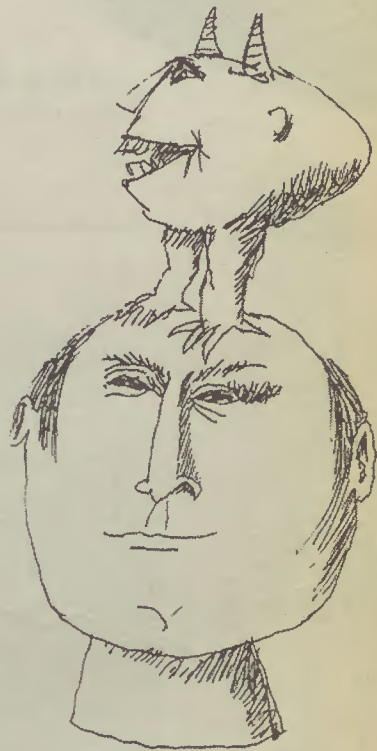
E quem tem nome normalmente vende.

Há novidades na bienal deste ano?

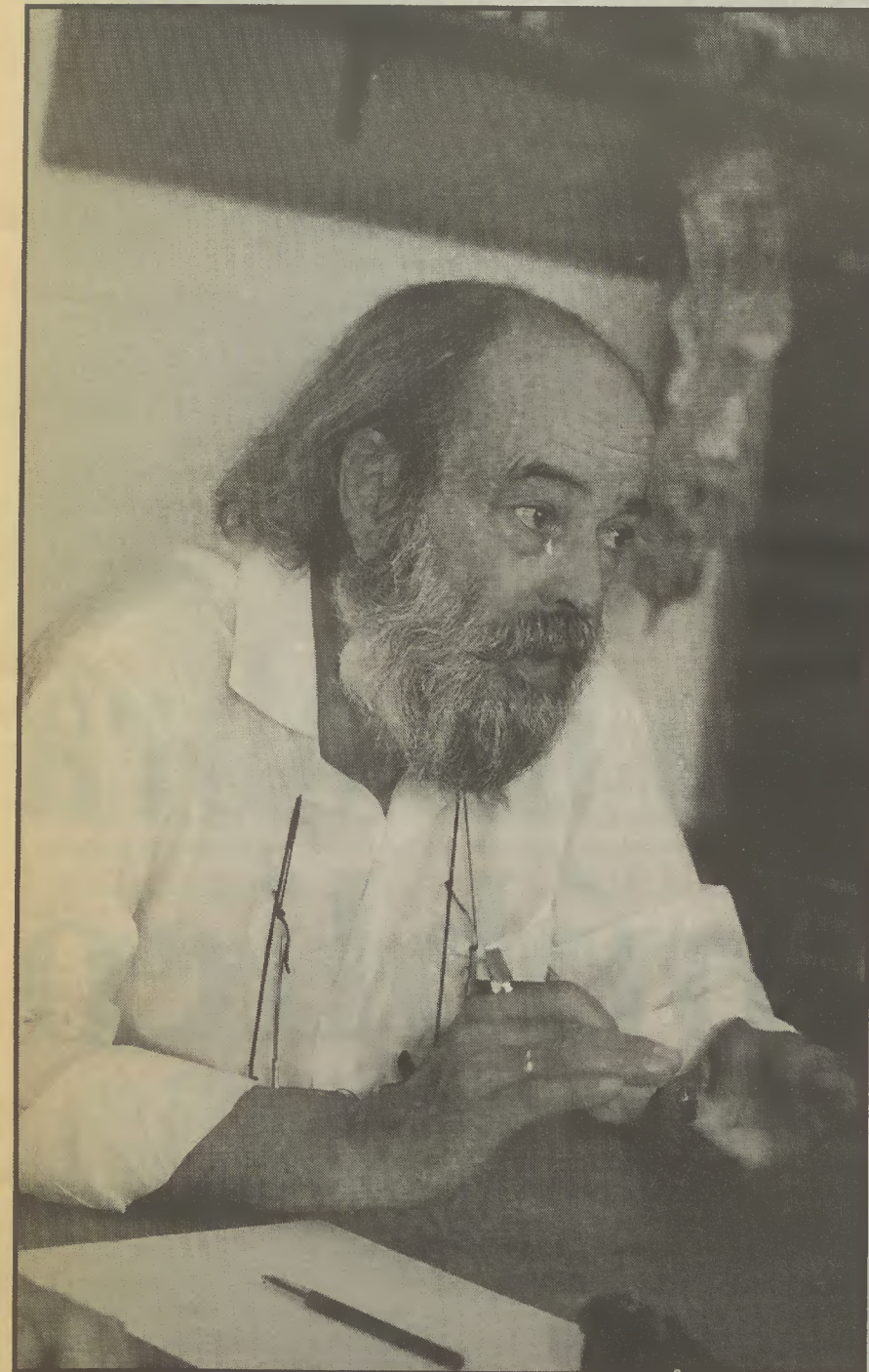
A principal novidade é que procurámos integrar a arquitectura e o *design* no conjunto de áreas de participação, com o objectivo de provocar o encontro dos arquitectos dos pintores e escultores. Este encontro existiu há 20 ou 30 anos e foi extremamente útil. Hoje, estamos a assistir de novo ao surgimento da arte pública em que as artes plásticas aparecem ligadas à arquitectura, designadamente nas novas estações de metro e de caminhos-de-ferro. Na bienal vamos ter uma área importante para jovens arquitectos que convidámos a apresentarem uma obra dos últimos dez anos.

Para além disso, vão decorrer duas exposições paralelas, uma dedicada à obra do escultor Jorge Vieira, e uma outra sobre os monumentos escultóricos ao 25 de Abril.

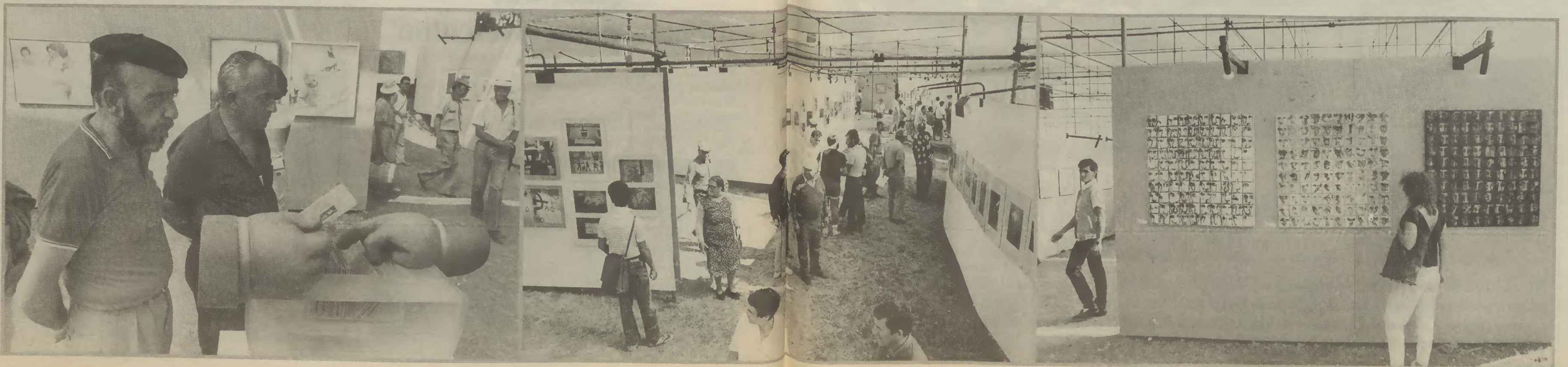
Pelo espaço da Bienal passaram ao longo dos anos personalidades conhecidas da cultura portuguesa. Na foto, Azeredo Perdigão e Madalena Perdigão visitam a exposição de 1985, acompanhados de Carlos Aboim Inglês e do pintor Rogério Ribeiro



Um desenho de Jorge Vieira, o artista homenageado na presente edição da Bienal



O pintor Luís Ralha é um dos organizadores da 11.ª Bienal



A FESTA

Entrada Permanente Mais que um bilhete é um título de solidariedade

Desde a primeira Festa que a venda antecipada da EP – Entrada Permanente é encarada como uma importante tarefa dos militantes e amigos do Partido que não só ajuda a divulgar a maior festa popular do País

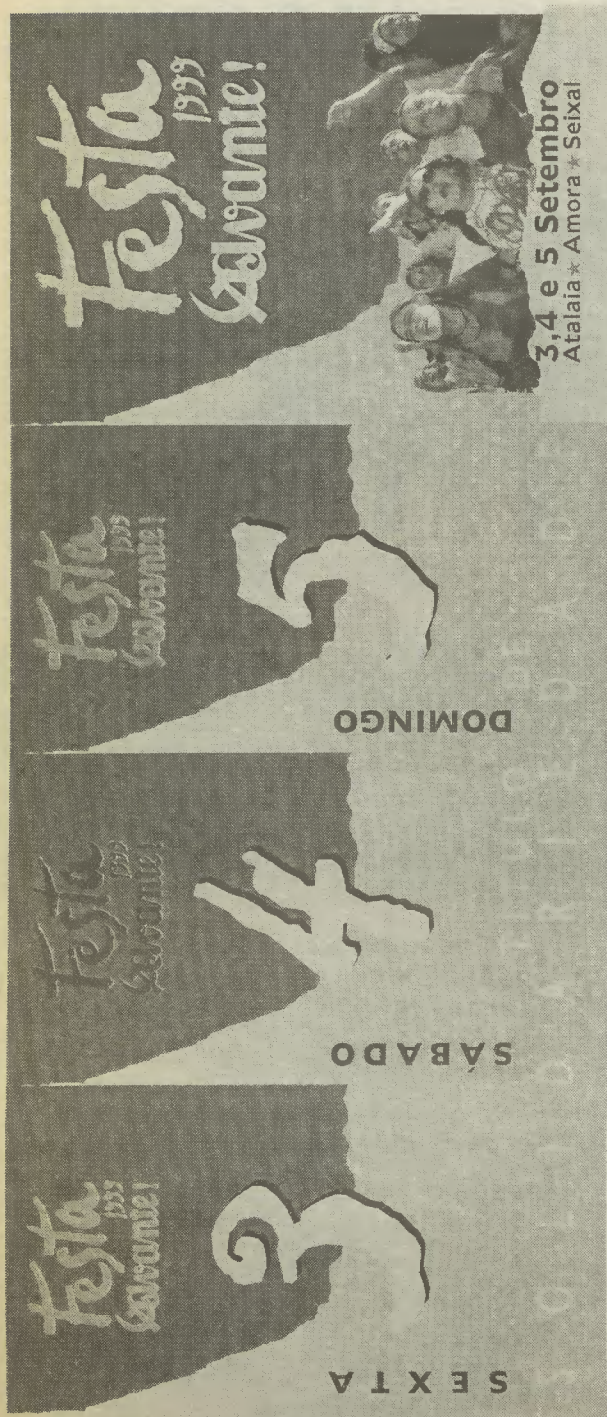
como assegura os recursos financeiros necessários à sua construção. Esta era a ideia de uma peça publicada no «Avante!», de 8 de Julho de 1976, de cujo conteúdo, perfeitamente actual, extraímos a seguinte passagem:

«A EP vai de férias?»

«A EP vai partir para férias. Queremos dizer: muitos camaradas vêm chegar o tempo merecido de férias. Muitos comunistas vão temporariamente deixar os seus locais de trabalho onde não só produzem como desenvolvem o seu esforço de militantes. Ora, a militância de um comunista não pára. E a venda da EP também não (...) Vendendo a EP nas terras para onde se desloca nas férias, o militante leva ainda mais longe o seu esforço de tornar a Festa num grande acontecimento nacional.»



Também hoje, a venda maciça da EP não pode parar no período de férias. Disponível em todos os centros de trabalho do PCP ou na mão de muitos camaradas, a EP custa agora 2100 escudos. Nos dias da Festa, o preço sobe para 2800 escudos. A compra antecipada representa assim uma poupança de 700 escudos. Vale a pena!



No Jamor era assim em 1978. Só o trabalho voluntário de muitos milhares de camaradas permitia erguer uma cidade imensa a partir do nada. Hoje, desde a aquisição da Quinta da Atalaia, a tarefa está mais facilitada, sobretudo ao nível das infra-estruturas no terreno. Contudo, a construção continua a depender do esforço e suor de muitas centenas de camaradas e amigos que todos os fins-de-semana vão ajudar à Festa.

Algumas notas a propósito da

Reforma da Segurança Social⁽¹⁾

■ EDGAR CORREIA
Membro da Comissão Política

O TRABALHO e os descontos que sobre ele são realizados constituíram no passado – e constituem no presente – a base fundamental do financiamento do sistema da segurança social.

As alterações que se verificam entretanto no plano demográfico, apesar da lenta variação dos principais parâmetros e, sobretudo, as profundas mudanças que estão a ter lugar ao nível do trabalho humano e da produção da riqueza, impõem a atempada adaptação do sistema de segurança social e o aperfeiçoamento das eventualidades que ele deve ser chamado a cobrir.

Seria particularmente grave que a necessidade de realização de ajustamentos políticos de natureza estrutural, largamente consensual, em vez de conduzir ao aperfeiçoamento e à melhoria do sistema público de segurança social, levasse por caminhos opostos à redução (por privatização) desse importantíssimo património social e à perda ou limitação dos direitos que ele consagra.

É isto que está em jogo na reforma da Segurança Social que tem vindo a ser debatida na Assembleia da República.

As alterações demográficas que têm vindo a registar-se na sociedade portuguesa transformaram-se num tema recorrente das mais diversas análises sociais e proposições políticas.

É verdade que os portugueses vivem cada vez mais tempo – no curto prazo de uma geração, entre 1960 e 1995, a esperança de vida cresceu de 61.2 para 71.6 anos nos homens e de 66.8 para 78.6 anos nas mulheres. Além disso, face à evolução das condições de vida e aos espantosos progressos que continuam a verificar-se no domínio das ciências da saúde, é legítimo admitir-se que a esperança de vida – de modo análogo ao que ocorre nos países mais desenvolvidos – continuará a crescer no futuro.

A principal consequência desta evolução é o crescimento da fracção dos idosos e dos muito idosos no conjunto da população, que surge acompanhada pelo aumento das despesas no domínio da saúde e pelo pagamento de pensões por mais tempo a um maior número de beneficiários e por toda uma problemática complexa que tem a ver com as condições de vida, numa acepção ampla, e de inserção social, dos indivíduos que integram estes grupos etários.

Em sentido oposto observa-se porém o facto da parte da população jovem ter decrescido entre nós nas últimas décadas, e desse decréscimo ser particularmente acelerado devido à forte diminuição da fecundidade registada no nosso país. O que tem tido por consequência, raramente referida, das necessidades sociais, por exemplo ao nível da educação, da saúde materno-infantil ou das prestações familiares, terem registado uma real descompressão quantitativa.

Novas tecnologias, trabalho, emprego

Um outro aspecto particularmente sensível das alterações que se verificam na nossa sociedade tem a ver com toda a problemática das novas tecnologias, do trabalho e do emprego, e com as modificações muito rápidas e profundas que estão a ocorrer nesses domínios.

É conhecido como a história das técnicas e das tecnologias é ainda a história do trabalho humano que elas concentram, e do formidável percurso que marca a evolução da humanidade, apesar de todas as irregularidades e contradições verificadas.

Quem não tem presente, por exemplo, o advento da revolução industrial no século passado e as alterações que ela provocou no domínio do trabalho e do emprego, e que chegaram a reflectir-se em movimentações defensivas dos trabalhadores contra a introdução de máquinas e lutando mesmo pela sua destruição?

Não sendo, pois, um problema absolutamente novo, importa reconhecer que ele se apresenta hoje com um carácter e uma natureza qualitativamente diferentes. Pois se a mecanização significou a realização, por uma máquina, do trabalho físico do homem, com a automação, actualmente, as máquinas realizam o trabalho do homem, controlam as suas próprias operações, corrigem os seus próprios erros. e até já podem assumir a sua

própria programação. Ou seja, e de forma abreviada, como já tem sido sublinhado por diversos autores, com a automação, são os próprios órgãos humanos de esforço, de memória e de decisão que tendem a ser substituídos por «órgãos tecnológicos» diversos.

Sem dúvida que é ainda muito cedo para avaliar os principais impactos que a presente revolução científica e tecnológica e em particular a revolução digital e a comunicação mediada por computador estão a ter e vão ter no futuro na evolução das sociedades humanas, no domínio crucial do conhecimento científico e do desenvolvimento tecnológico, e do próprio trabalho e do

emprego tais como hoje os conhecemos. Mas ainda assim continuará a ser o trabalho (incluindo o trabalho “concentrado” nas próprias tecnologias) o valor e a medida da riqueza.

Novas tecnologias e capitalismo

É conhecido como as políticas neoliberais procuram

Com a automação, são os próprios órgãos humanos de esforço, de memória e de decisão que tendem a ser substituídos por «órgãos tecnológicos» diversos.

ção em que um número cada vez maior de trabalhadores é alvo da precariedade, em todas as suas modalidades e se encontra permanentemente sujeito ao espectro do desemprego.

Na esfera ideológica, que adianta e sustenta este caminho das coisas, são conhecidas as «teorizações» que pretendem apresentar a precariedade do emprego como uma consequência «natural» e «inelutável» das novas tecnologias e que chegam ao ponto de prognosticarem o próprio «fim do trabalho assalariado».

Ora importa reconhecer que toda a mutação tecnológica significou no passado não somente a destruição, mas também a criação de postos de trabalho, pois a emergência de novas tecnologias foi sempre acompanhada por uma acentuação da divisão do trabalho, pelo aparecimento de novas actividades e de novos empregos. Por que é que há-de acontecer de modo diverso na actualidade?

É certo que algumas ideologias circulantes falam em perda da «centralidade» do trabalho, mas a evolução real não é claramente essa: quer em Portugal quer nos países capitalistas mais desenvolvidos, o trabalho e em primeiro lugar o trabalho assalariado continua a ocupar o lugar central nas sociedades.



ligar a utilização de novas tecnologias às necessidades da actual fase de desenvolvimento do capitalismo, impondo a lógica de um «capitalismo global» que, fiel ao seu código genético lucrativista, procura comandar os vários processos de globalização e reconfigurar o mundo a partir do estabelecimento de múltiplas ligações e interconexões entre os Estados e empresas multinacionais, e de alianças estratégicas interempresas.

Essa não é, claramente, a única «lógica». E a todos os que, portadores de análises e de perspectivas diferenciadas, vêm convergindo na crítica das orientações e práticas neoliberais, está colocado o desafio de abrirem um caminho global alternativo.

É um facto que a utilização das novas tecnologias pelo «capitalismo global» emergente está a conduzir a uma situa-

Sem dúvida que entre nós muitos empregos novos correspondem a ocupações frágeis, a tempo parcial, enquanto muitos empregos a tempo completo e estáveis são destruídos. Mas é igualmente verdade que se multiplicam situações de duplo e até de triplo emprego e que o crescimento do desemprego não tem sido acompanhado pela redução ou supressão das horas extraordinárias.

Por outro lado, as formas “novas” de emprego estão a exigir mais dos trabalhadores que a relação salarial de tipo taylorista, que se limitava em geral ao tempo no local de trabalho. A empresa “moderna” quer muito mais do trabalhador, quer uma disponibilidade constante, quer que este “vista a camisola” e seja “criativo”, de acordo com os “valores” ou a “cultura” estabelecidos.

■ Zillah
Branco

Imperialismo ontem globalização hoje

Ao longo da vida fui conhecendo termos que caem em desuso como se o antigo representasse conceitos ignorantes para quem acompanha os tempos modernos. Simplistamente vejo tais exclusões linguísticas como o desaparecimento de certos medicamentos práticos e baratos que «são retirados do mercado» não pela sua falta de qualidade mas sim porque os grandes laboratórios preferem vender outro produto equivalente, com nova embalagem e muito mais caro.

O vocábulo «imperialismo» foi retirado do mercado não para dar espaço para outro termo mais adequado, mas sim porque os que comandam a globalização não querem que exista uma ideia negativa do seu próprio papel nesta aparente *unidade fraterna* da humanidade sob um governo único. Bem vistas as coisas, as acções desenvolvidas ontem pelo imperialismo são hoje desenvolvidas pelos comandantes da globalização através dos seus braços transnacionais.

Reverendo a história brasileira neste último século, esbarramos numa questão que se tornou símbolo da dominação imperialista no início de 1900 - a produção e distribuição da energia eléctrica - e que, depois de intensas lutas nacionais que venceram o monopólio estrangeiro com a formação da Eletrobrás (empresa do Estado), volta à primeira condição de propriedade privada com capital estrangeiro. Dito assim fica a amarga sensação de que foi um *século perdido* do ponto de vista da independência nacional. Creio, no entanto, que se conseguirmos preservar a memória das lutas e das conquistas populares nada estará perdido e os jovens de hoje saberão retomá-las quando descobrirem que com chicletes, telefone celular e internet estarão mais dependentes do que estiveram quando começaram a dar os primeiros passos. Se não for do imperialismo, será da globalização.

A inesquecível história

Em 1901, a empresa norte-americana «Light and Power» (que tivera a precaução de erguer a sua sede do lado canadiano e não estadounidense do lago Ontário, para um disfarce tipo *gato escondido com o rabo de fora*) inaugurava no Brasil a sua fábrica de Parnaíba com 2.000 kw. Em 1928, associada ao grupo «Bond & Share», assumidamente norte-americano mas que aparecia como «Empresas Eléctricas Brasileiras», já havia comprado todas as fábricas mais importantes de produção de energia do Estado de São Paulo formando a sua *holding* no Brasil. A compra das pequenas empresas caracterizou-se pela falcatura das escrituras passadas pelo dobro do valor realmente pago, a fim de valorizar as acções que foram vendidas nos Estados Unidos. Este passo de mágica foi descrito mais tarde pelo Presidente Roosevelt como «aguamento do capital» para a valorização da empresa no mercado, um tipo de fraude que ele próprio considerava nefasta para a sociedade norte-americana. Com o prestígio e o poder derivados do monopólio da produção e distribuição de energia eléctrica, a empresa estrangeira foi recebendo dos governos do Estado de São Paulo que se sucederam importantes concessões de exploração em prejuízo de projectos elaborados pelo próprio Estado.

Na segunda metade da década de 20, que abriu caminho para a Revolução de 1930 quando uma nova camada social voltada para a industrialização se sobrepôs à velha oligarquia rural, germinaram as ideias nacionalistas de defesa institucional do património e da independência do país. Foi um marco na formação daquela geração de técnicos a ampla discussão que se generalizou sobre a necessidade de **regulamentação dos serviços de utilidade pública** e de um **Código de Águas** que protegesse os mananciais brasileiros para o seu melhor aproveitamento no abastecimento de água nos centros urbanos, produção de energia, irrigação e navegação. A meta passava a ser o atendimento público e não o favorecimento à empresa.

Curiosamente, a fundamentação das teses nacionalistas apoiava-se numa vasta bibliografia norte-americana, tanto referente aos estudos jurídicos como aos de engenharia energética.

Os técnicos que, com tal formação e confiantes na construção de um país independente, foram trabalhar na função pública deram o melhor de si para o desenvolvimento de projectos tanto de empresas hidroeléctricas como de medidas administrativas para a protecção do património e para assegurar a independência do Estado na defesa dos

interesses do povo brasileiro. Encontraram pela frente os obstáculos mais variados criados por aquele poder imperialista que corrompia técnicos e políticos para impor os seus projectos e impedir os de interesse nacional. Durante trinta anos a batalha foi incessante e estimulou os combativos brasileiros que, apesar de sofrerem perseguições, conquistaram adeptos e encaminharam a nacionalização das empresas de serviços públicos que se concretizou em 1979. Protestaram ainda contra o elevado valor que o Governo Federal pagou pela Light que tinha uma dívida imensa com o Brasil pelo incumprimento das cláusulas contratuais, os prejuízos causados à nação com erros propositados e ainda a utilização de formas de ajuda governamental para aumento do seu capital. «Foi comprada», segundo um destacado técnico, «como um saco de batatas, sem o levantamento do activo e passivo da empresa, dos seus lucros durante todo o período em que funcionou no país, do seu acervo patrimonial, o número de empregados e os compromissos sociais, além de uma análise detalhada das suas obras.»

Muitos deles assistiram também ao retrocesso político do país que, a partir de 1994, abriu as portas às privatizações e entregou em leilão a empresa de energia eléctrica do Rio de Janeiro à mesma velha Light & Power. Agora não se tratava mais do dito imperialismo, o termo foi banido, era a globalização coroada com os cantados atributos da social-democracia.

Graves erros propositados

O conceito que os patriotas brasileiros tinham do imperialismo, naquela época de luta nacional, foi traduzido por alguém de maneira simples e clara: «O interesse do imperialismo pelo nosso País é igual ao que o carrapato tem pelo boi que suga: ambos só querem que a vítima não morra.» Hoje permanece a mesma ima-

Quando aos projectos desenvolvidos pela Light na sua primeira fase, vários erros propositados foram praticados com o objectivo de elevar o custo das tarifas ou de impedir um melhor aproveitamento dos recursos hídricos em projectos nacionais. Os técnicos brasileiros demonstraram que não seriam necessários os bombeamentos para estações elevatórias que conduzem a água para a Represa Billings, nem a interrupção do rio Tietê que foi causadora de frequentes cheias na cidade de São Paulo. As concessões à Light impediram a realização de projectos feitos por técnicos da administração pública que comprovadamente teriam beneficiado a população com tarifas mais reduzidas, evitado as catástrofes, favorecido a irrigação da agricultura e o transporte fluvial, e ainda levado a energia eléctrica a regiões que permaneceram sem este recurso.

Com a subserviência ao monopólio estrangeiro, o desenvolvimento nacional ficou prejudicado também com as crises de energia eléctrica e racionamentos que obrigaram indústria e hospitais a garantirem o seu funcionamento com geradores próprios. Coincidentemente, a *nova* Light já causou sérios problemas de fornecimento de energia ao Estado do Rio de Janeiro em 1998 quando *requentou* o seu poder.

Em 1952, o «Diário Oficial» apresentava um relatório depois de averiguadas várias denúncias, que em resumo concluía com a acusação: «A Light havia desrespeitado as leis do país; havia indevidamente se apossado de bens; havia impedido a construção da usina de Saltó lançando mão de processo ilícitos, como os do suborno, para atingir os seus objectivos.»

Muito se falou e escreveu sobre as remessas de lucros para fora do país. Os lucros da Light eram convertidos em dólares ao câmbio oficial que era duas ou três vezes menor que o seu valor real em operações financeiras realizadas dentro do próprio país. Em 1953, o Presidente brasileiro Getúlio Vargas declarava: «Estou sendo sabotado por interesses contrários de empresas privadas que já ganharam muito no Brasil; que têm em cruzeiros duzentas vezes o capital que empregaram em dólares, e continuam a transformar os nossos cruzeiros em dólares para emigrá-los para o estrangeiro a título de dividendos (...) Esta situação de atraso precisa ser resolvida dentro de um plano geral, de um programa federal que aproveite a todo o país (...) nós estamos elaborando, agora, uma companhia de electricidade que deverá ser denominada Eletrobrás.» Este discurso foi feito em Dezembro de 53 e em Agosto de 54 o Presidente matava-se com um tiro na

cabeça deixando uma carta que acusava a «campanha subterrânea dos grupos internacionais (...) Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida.»

Vinte anos depois, Allende entregava a sua vida pelo Chile. Hoje, com o julgamento de Pinochet, as denúncias contra o imperialismo norte-americano na criminosa parceria que vitimou aquele povo vieram de cidadãos corajosos dos Estados Unidos, assim como os grandes profissionais norte-americanos deram o exemplo aos técnicos nacionalistas brasileiros nos anos 30 e 40.

Porquê pensar que aquele poder expansionista, dissociado do próprio povo que construiu e segue construindo a nação norte-americana, que hoje bombardeia a Jugoslávia, ontem o Iraque, antes o Vietnam e a Coreia, será fatalmente o vencedor? A luta é longa, é preciso manter a sua memória e honrar os combatentes que não esmoreceram. Quem levanta a ponta da história brasileira onde, segundo a professora Paula Beiguelman, se conserva «a memória de um tempo de altivez nacional», encontra logo uma juventude interessada em descobrir os seus heróis e o caminho da dignificação do seu país que tem sido expoliado pela imperial-globalização dos

seus valores éticos e da sua riqueza patrimonial. A nova geração reivindica a herança a que tem direito e não a troca por produtos importados.



gem para a globalização quando se acompanha o sobe-e-desce dos valores cambiais que agitam as Bolsas.

Sabe-se que os Estados Unidos vão encontrar uma solução para a crise financeira que abala o Brasil porque precisam do seu mercado consumidor. O carrapato mudou de nome mas não de função nem de idioma.

O boicote do PS

A atitude do Partido Socialista de boicotar o Inquérito Parlamentar aos Serviços de Informações põe em causa os poderes de fiscalização da Assembleia da República, protegendo o Governo de averiguações que se mostravam particularmente incómodas para a sua imagem. Mas, ao mesmo tempo e por isso mesmo, tem o claro significado de uma confissão de culpas quanto às acusações formuladas. De facto, só foge à responsabilidade quem tem razões para ter receio em assumi-la.

O boicote é feito no momento mais oportuno para o Governo, como se caísse do céu para beneficiar os interesses partidários do PS.

Ele ocorre no momento em que o ministro Veiga Simão se demite, face à comprovação, com factos, do vezo antidemocrático, da irresponsabilidade e da ignorância com que exercia a tutela do Serviço de Informações Estratégicas de Defesa e Militares (SIEDM). Essa comprovação foi sendo feita não só no conturbado processo de demissão do Director-Geral do Serviço, embaixador Monteiro Portugal, como através dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito. Junto da chamada "comunidade de informações", como em relação a serviços congéneres estrangeiros, o SIEDM, com este tipo de tutela irresponsável, entrou em descrédito completo.

O maior escândalo é sem dúvida a acusação de que Veiga Simão teria mandado o SIEDM vigiar as "movimentações" de altas patentes das Forças Armadas, por ocasião do processo de demissão do Almirante Fuzeta da Ponte e das consequentes demissões na Força Aérea. Esta acusação

significa o uso do SIEDM contra a Constituição e a Lei, e em violação dos direitos e garantias dos cidadãos. Significa o uso de Serviços de Informações para fins político-partidários.

Mas, no plano operacional, há casos absolutamente inacreditáveis. O mais chocante foi a falta de pagamento do telefone que permitia o contacto com Xanana Gusmão, com a consequência do corte desse telefone. A falta de pagamento decorre directamente da guerra movida pelas chefias do sector administrativo contra o Director Geral. Com o apoio do Gabinete do Ministro, essas chefias apresentaram a demissão, mas mantiveram-se largos meses nos seus lugares, em clara obstrução ao financiamento do serviço. A irresponsabilidade foi total e os resultados catastróficos!

A gota de água ocorreu quando, sob a responsabilidade do ministro, foi enviado à Assembleia da República, com a simples classificação de confidencial, nada mais nada menos do que o quadro de pessoal da secreta! É óbvio que desse quadro não constam todos os nomes, mas somente os "legais". Mesmo assim, o escândalo na "comunidade de informações" deve ter sido enorme.

Com o copo transbordado, o ministro tinha os dias contados. Já havia os que no PS sempre criticaram António Guterres por ter nomeado para ministro da Defesa do Portugal democrático o mesmo Veiga Simão que foi ministro da Educação do governo fascista de Marcelo Caetano. Esses lembravam as cargas de pancada que sofreram dadas pelos gorilas de Veiga Simão; e achavam no mínimo de mau gosto que este fosse agora "comandar" as Forças Armadas que o demitiram em 1974.

A esses críticos juntavam-se agora os que passaram a achar que a vantagem de ter um ministro manipulável era largamente superada pelas desvantagens decorrentes da sua incompetência e descarada falta de

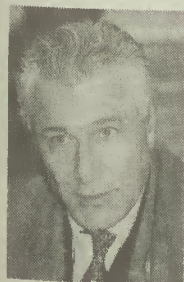
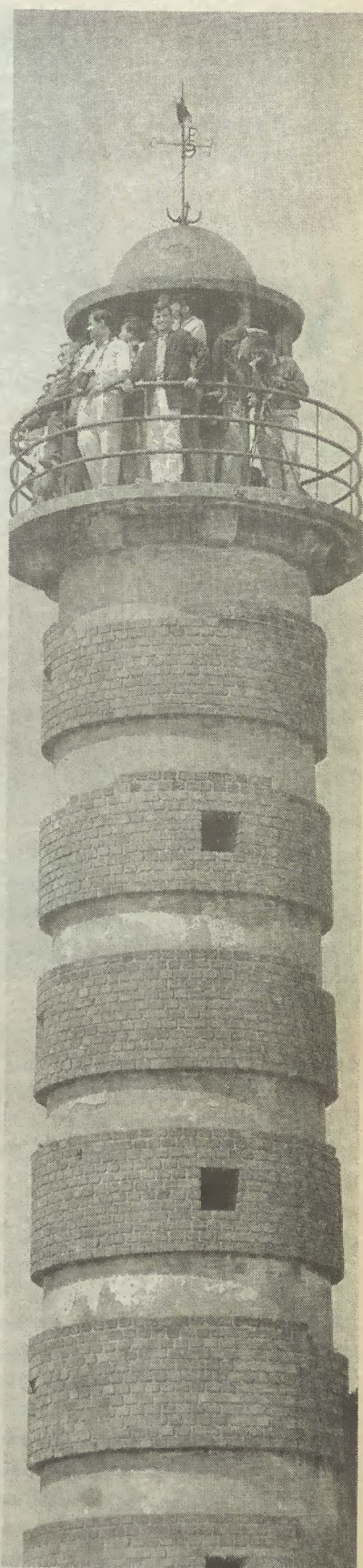
O PS aproveita a referida divulgação pública do quadro de pessoal do SIEDM e de algumas fichas biográficas. Essa divulgação ocorre uma semana depois da sua remessa à Assembleia da República. Apesar de o documento estar na posse de outras instituições (pelo menos do Gabinete do Ministro e Gabinete do Primeiro-Ministro, além do próprio SIEDM, bem como possivelmente actuais e ex-funcionários que, contra a lei, possam ter ficado com cópia), o PS isola e atira contra a Comissão (isto é, contra as oposições), insinuando que foi daí que partiu a inconfidência.

Esta manobra permite desviar a atenção da responsabilidade do ministro (que chega a aparecer como uma espécie de vítima!) e permite ao PS abandonar a Comissão, boicotando o seu trabalho.

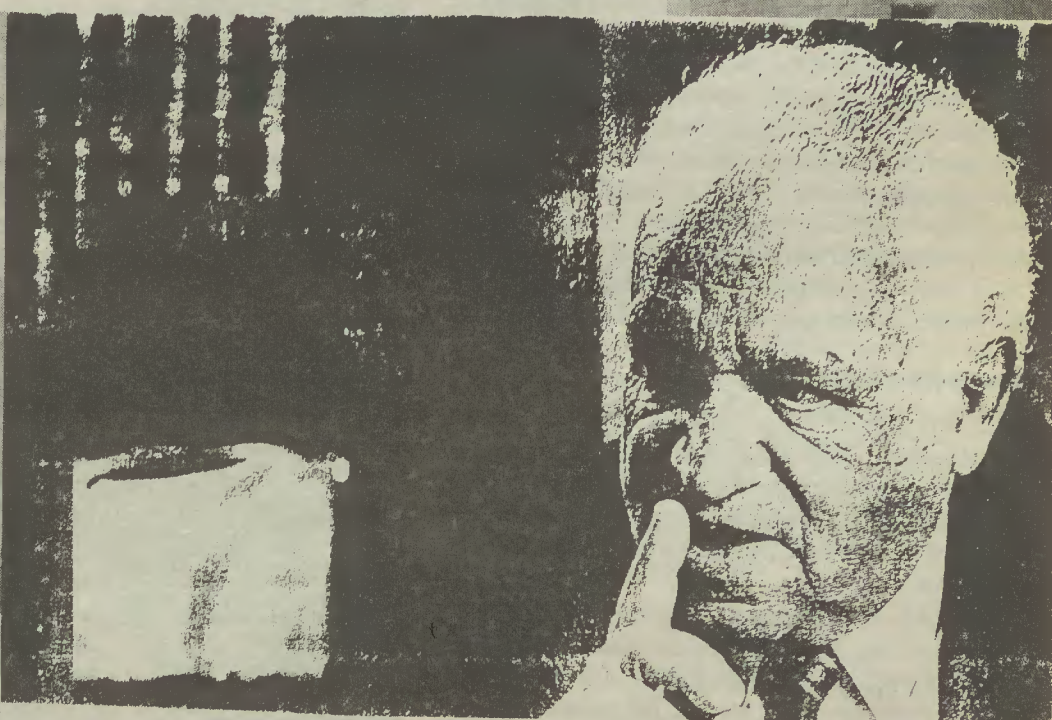
Isto é: o PS desembaraça-se do ministro, que fica com todas as culpas do Governo, mas fá-lo num quadro em que a responsabilidade recai sobre as oposições. Quem organizou esta operação sabe da poda!

Com o boicote à Comissão, o PS atinge vários objectivos.

Primeiro, inviabiliza o aprofundamento da análise sobre a situação do SIEDM. Consegue mesmo esconder que o Primeiro-Ministro, apesar da carta de demissão que lhe foi remetida pelo ex-director do SIEDM e que continha gravíssimas denúncias, a realidade é que não fez qualquer diligência nem tomou nenhuma providência concreta. A única medida foi a substituição do nome proposto para Director Geral (Veiga Simão propôs o seu Auditor Jurídico, que tinha sido o Inquiridor de um Auto de Averiguações à parte administrativa do SIEDM, cuja realização determinou, quando as chefias administrativas pediram a demissão em bloco). Mas essa medida foi ditada pelas oposições, que anunciaram que se iam pronunciar contra tal nomeação, já que o indigitado era confessadamente um ignorante absoluto da área das informações.



João Amaral



sentido democrático. Era a imagem do Governo que estava em jogo, à beira das eleições.

É nesse quadro que o ministro é empurrado para a rua, numa operação de grande "gabarito", a mostrar alta capacidade de "enceñação".

O segundo grande objectivo que o PS consegue com o boicote à Comissão é que esta não inicie a outra parte do seu objecto, que tinha a ver com o caso da Moderna e as suas consequências no plano institucional: a questão dos relatórios do SIS, as contradições entre o SIS e a tutela, a demissão do Director Geral da PJ e o comportamento e responsabilidades do Governo em todo este caso.

O caso da Moderna é assim: já fez muito "sangue". E se era preciso que passasse a investigação da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre esse caso, o

PS conseguiu-o. Um boicote em cheio, como se vê!

Quando o PS, na campanha eleitoral, quiser dar uma imagem de partido respeitador das instituições, é altura de lhe lembrar que inaugurou a prática do seu abandono quando lhe interessa do ponto de vista partidário.

E quando quiser falar da luta contra a alta criminalidade, é ocasião de lhe lembrar que impediu as investigações que a Assembleia da República ia fazer sobre questões conexas com o caso da Moderna. Há quem se esteja a rir...

Um ano após o referendo sobre o aborto, que balanço?

Problemas adiados

A actual lei sobre o aborto significa que *um ser humano pode ser ameaçado de prisão por querer afirmar o seu direito de decidir. Isto não é democracia. Um comentário/denúncia de Odete Santos, deputada do PCP, na sua intervenção no Fórum Um ano após o referendo sobre o aborto, que balanço?* e que de alguma forma traduz o espírito presente nesta iniciativa, promovida sábado passado pela Plataforma Direito de Optar.

O muito pouco feito ao longo deste ano, apesar das múltiplas promessas surgidas quando do referendo de há um ano, as diferentes perspectivas em torno de valores, a educação sexual que (não) temos nas escolas e o aborto legal que tarda nos hospitais, a discriminação das mulheres no trabalho de braço dado com a violação quotidiana da lei, o projecto lei do PCP aprovado a semana passada e a instantânea reacção da Igreja. Estas e outras questões candentes, de par de estudos e testemunhos de convidados estrangeiros, estiveram no cerne dos debates realizados no ISCTE, sábado passado.

Em causa o balanço necessário - um ano após o referendo sobre o aborto. Balanço rico a traduzir a pobreza do que entretanto se foi concretizando. E de que aqui nos limitamos a registar alguns factos e momentos.

Problemas adiados

Um ano depois do referendo, nada foi resolvido e uma vez mais é adiado o início da resolução de problemas incontornáveis.

Esta a síntese do balanço esboçado por Duarte Vilar, da APF, que lembrou valores tão fundamentais como a maternidade/paternidade ser desejada. O que está em causa é a *prevenção da gravidez indesejada*, sublinhou. *A luta não é pelo aborto, mas a questão do aborto pôr-se-á sempre, pois as falhas são sempre possíveis.* Pelo que se impõe defender o *direito a serviços adequados de interrupção voluntária da gravidez*. O debate gerado em torno do referendo deu entretanto origem a alguns factos importantes. O despacho de Julho de 98 do Ministério da Saúde, o plano interministerial de Outubro de 98 e a aprovação, a semana passada, da lei proposta pelo PCP sobre saúde reprodutiva e educação sexual. Factos positivos que, para já, têm consequências práticas limitadas. *Ainda há mulheres a morrer por praticarem o aborto sem condições de dignidade.*

De facto, e como afirmou Manuela Tavares, da UMAP, referindo-se ao plano interministerial - *a estratégia adoptada é positiva, mas há grande frouxidão na aplicação de medidas.*

O grande atraso com que estas matérias estão a ser tratadas foi uma das questões que ressaltou dos debates. A lei sobre educação sexual data de 1984. Em 1997, a cobertura nacional em termos de planeamento familiar era de 14,4% e, ainda hoje, apenas 18% dos Centros de Saúde têm stocks suficientes de preservativos.

De sublinhar que o mérito dos debates que permitiram os poucos avanços registados *coube a quem teve a coragem de levantar questões*, como lembrou oportunamente Duarte Vilar, e *não aos que só defenderam o planeamento familiar e educação sexual face ao debate em curso*. Os mesmos que hoje, face à aprovação da lei proposta pelo PCP, saem a terreiro a defender que *a abstinência faz bem à saúde*.

A nova lei e o que não passou

A lei proposta pelo PCP e aprovada a semana passada na Assembleia da República constitui, na prática, a consagração de que a educação sexual será dada em várias disciplinas. Facto particularmente importante, sublinhado pela deputada comunista Odete Santos, pois *assim fica preto no branco que a educação sexual é obrigatória (o que não estava muito claro)*.

Contrariando receios e propagandas infundadas, Odete Santos lembrou alguns dados. Segundo estudos da Organização Mundial da Saúde (OMS), *a educação sexual não contribuiu, de forma alguma, para a «promiscuidade» sexual*. Por outro lado, como é exemplo a Inglaterra, *a taxa de gravidez adolescente é mais elevada onde as aulas de educação sexual são facultativas*.

Abordando a questão dos valores, a deputada comunista valorizou a importância de alíneas propostas pelo PS, como a partilha de responsabilidades e a igualdade de sexos.

Elmou outros não menos importantes, como o direito à autonomia, consagrado pela Convenção Internacional da Criança. Frequentemente violado pela prática corrente de *impingir valores*, como é o caso das *recomendações sobre abstinência*.

Significativo é também o que, na lei agora aprovada, *não passou*. E o que não passou foi o artigo sobre *contraceção de emergência*; a *participação* dos métodos contraceptivos a 100%; que os *preservativos* fossem fornecidos gratuitamente nas escolas.

Escolas e hospitais: sim... mas

O tema do aborto *só é tratado em poucas dezenas de escolas do*

país. Esta uma das conclusões de um inquérito às escolas, apresentado no Fórum por Almerinda Bento, e que envolveu mais de duas mil escolas nas áreas Lisboa/Santarém e Setúbal/região a Sul de Leiria.

Na prática, *raramente são abordadas questões tão importantes como violência, relações amorosas, identidade sexual*, ficando-se as acções de educação sexual, onde as há, *pela fisiologia*.

Dados que reflectem o facto de o Ministério da Educação (ME) *não ter ainda avançado com medidas para concretizar uma lei com 15 anos*.

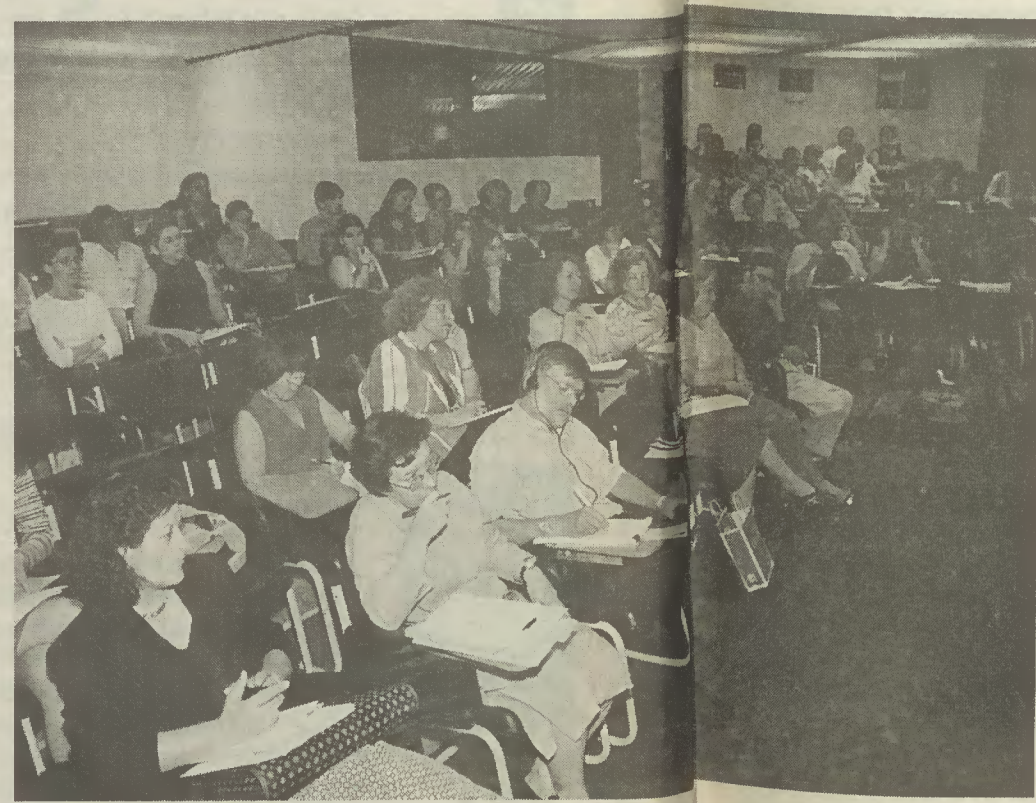
Entre as carências que mais se fazem sentir, ressalta a de acções de formação dirigidas a professores, a de material didáctico, de gabinetes de apoio. Um pouco de tudo o que é essencial.

Como elemento positivo - a importância das experiências realizadas no âmbito do PES, um projecto de educação sexual implementado em várias escolas do país, com a intervenção de técnicos da APF.

Um *recado* de um participante, retirado de outras experiências, ligadas à flexibilização dos currículos escolares - *é imprescindível introduzir as questões de educação sexual e planeamento nacional na «matriz nacional», em termos curriculares*. Uma necessidade a que se somam as de formação inicial e contínua dos professores e de uma campanha de sensibilização da opinião pública.

O contraste entre a lei e a prática ressaltam, de forma particular, no que se refere à realização de abortos legais em meio hospitalar.

Os resultados de um estudo sobre aplicação da legislação nos hospitais, apresentado por Duarte Vilar, indicam que cada vez mais hos-



Direitos sexuais e reprodutivos

O PCP como agente de mudança

As alterações introduzidas, a nível nacional e internacional, neste últimos 25 anos, quanto aos Direitos Sexuais e Reprodutivos, são o tema aqui tratado por Graça Mexia. Com destaque para o papel do PCP como agente dessa mudança.

Num *historial*, não exaustivo, que aborde as várias vertentes dessa problemática, devemos referir:

● A preocupação de controlar os nascimentos tem registo, através de papiros do Antigo Egipto que datam de há 3500 anos, mas é no nosso século e nomeadamente na segunda metade, que surgiram e se desenvolveram soluções, quer através de processos quer de legislação própria;

● O associar o controlo dos nascimentos à noção de saúde é muito recente e o conceito de sexualidade humana associado à ideia de saúde e bem-estar biológico e psicosocial ainda o é mais, só surgindo na sociedade contemporânea;

● É nos anos 50 que se torna clara a distinção entre as noções de controlo demográfico e planeamento familiar e é em 1952 que, em Bombaim, se funda a Federação Internacional de Planeamento Familiar (IPPF);

● Em Portugal, se após a proclamação da República tenha havia-

do divulgação das ideias feministas que induziam a "propaganda de produtos contraceptivos", a partir de 1929 há um grande retrocesso, nomeadamente através do decreto-lei 17 636 que ilegaliza a venda de contraceptivos, e, em 1942, tudo se torna mais repressivo pelo decreto-lei 32 171;

● Em 1962 são, pela primeira vez, utilizados contraceptivos hormonais orais - "a pílula", que são vendidos apenas com fins terapêuticos;

● Em 1967 é oficializada a Associação para o Planeamento da Família, tendo como objectivo "aumentar a felicidade das famílias", inserindo o planeamento familiar num processo integrista e humanizante.

Referimos que, desde o início, participaram comunistas (obviamente não como tal...) e que os primeiros anos foram uma actividade contra tudo e contra todos, com enormes dificuldades, embora com grande aceitação e entusiasmo dos sectores mais progressistas.

De notar que é no ano seguinte (1968) que o Vaticano, e com ele a Igreja portuguesa, determina a expressa proibição da contraceção, através da encíclica "Humanae Vitae";

● Em 1969, na Conferência Internacional das Nações Unidas, em Teerão, o Planeamento Familiar é, pela primeira vez, considerado um direito fundamental.

Pela primeira vez se reconhece o direito aos pais (ainda é preciso avançar mais um tempo para se dizer à mulher...) de, cito: decidirem livremente sobre o número de filhos e espaçamento entre as gravidezes, assim como o direito à educação e informação adequadas que possibilitassem aquela decisão consciente;

● Em 1974, com o 25 de Abril, um texto oficial do Programa de Acção do Ministério dos Assuntos Sociais (que saiu de uma Comissão de Estudo, que trabalhou em Agosto e Setembro de 1974 e onde estavam duas mulheres comunistas já em representação do PCP e um elemento do MDM) já se faz a referência ao Planeamento Familiar, como um direito constitucional de todos os cidadãos, considerando dever do Estado, cito: "promover pelos meios necessários a divulgação de métodos de planeamento familiar e organizar as estruturas jurídicas e técnicas que permitam o exercício de uma paternidade consciente" (de notar que ainda não diziamos maternidade e paternidade...);

● Em Março de 1976 é publicado um despacho que cria consultas de Planeamento Familiar nos Centros de Saúde materno-infantil;

● Um mês depois, em Abril de 1976, é publicada a Constituição da República, que consagra o Planeamento Familiar como um direito de todos os cidadãos (de salientar que é raríssimo que nas constituições se expresse este direito);

● Em 1978, a Declaração de Alma-Ata considera prioritárias as actividades de Planeamento Familiar, no âmbito da saúde materno-infantil, nos cuidados de saúde primários;

● E surge o "nosso" ano de 1984, em que com polémicas discussões na Assembleia da República, o PCP vê finalmente aprovados os seus importantíssimos projectos de lei sobre Interrupção Voluntária de Gravidez, Planeamento Familiar e Educação Sexual e Protecção da Maternidade e da Paternidade;

● Em 1985, além de ser apresentado um Projecto de Lei, mais

pitais têm aderido à implementação da lei e um número crescente de abortos se realiza em meio hospitalar. Mas as notícias positivas ficam-se por aí. A verdade é que a lei continua a cobrir uma pequeníssima parte dos abortos realizados em Portugal (1 a 2%) e a lei continua a ser interpretada da forma mais restritiva - limitando-se a sua aplicação a situações graves de patologia.

Portugal excepção na Europa

Na quase totalidade dos países da Europa, a intervenção voluntária da gravidez (IVG) a pedido da mulher é um facto. Portugal está entre as poucas excepções a esta regra. Um facto realçado por Evert Ketting, da IPPF - rede Europeia, que considerou o aborto ilegal como *um sinal de sub-desenvolvimento*.

Um quadro que na verdade poderemos considerar agravado pela rotineira não aplicação da lei ou falta de condições para a aplicar.

Essa a realidade em relação ao aborto legal ou à educação sexual nas escolas. Mas também em áreas como a discriminação no trabalho, por razões de gravidez e/ou assistência à família.

Com base num trabalho apresentado por Irene Santos Silva, pode concluir-se que a violação da lei por parte do patronato é um facto comum. A que há que acrescentar a renúncia a direitos, por parte das trabalhadoras, face à precariedade dos vínculos laborais. Situação que abarca, por exemplo, 40% das mulheres que trabalham nas grandes superfícies.

A ponta de um iceberg a que iremos brevemente voltar nas páginas do «Avante!».

■ Graça Mexia

uma vez nosso, do PCP, sobre o direito da grávida a ser acompanhada durante o trabalho de parto, são finalmente regulamentadas, com a Portaria 52/85, as *consultas de planeamento familiar* e também são acrescentados os centros de atendimento para jovens e alargado o âmbito das actividades, pois já se postulam acções de aconselhamento genético e conjugal, assim com tratamento da infertilidade, prevenção das doenças de transmissão sexual e o rastreio do cancro genital;

● Em 1990, da Conferência Europeia "Do aborto à contraceção", em Tblisi, resultou a declaração de Tblisi, sobre o patrocínio da Organização Mundial de Saúde, do Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento e da Federação Internacional de Planeamento Familiar IPPF);

● Os direitos ao Planeamento da Família são sempre amplamente tratados nas várias Conferências das Nações Unidas, nomeadamente *Viena 1993 Conferência Mundial dos Direitos Humanos*; *1994 Copenhaga Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Social*; e, em 1995, no Cairo, na *Conferência - População e Desenvolvimento*, surge um novo conceito com muito mais abertura - o conceito de *Direitos Sexuais e Saúde Reprodutiva*, que aí, no Cairo, foi internacionalmente consagrado, tendo, no mesmo 1995, já em Pequim, na IV Conferência Mundial sobre a Mulher, sido amplamente utilizado e desenvolvido em termos de Direitos Humanos;

● *Aprovada em 1995 pela IPPF e editada em 1996, a Carta dos Direitos Sexuais e Reprodutivos* é um novo marco, que surge como resposta ao desafio de definir e aplicar os direitos sexuais e reprodutivos nos termos dos Direitos consagrados, em 1948, na Declaração Universal dos Direitos Humanos;

● Entretanto, em 1991, em Portugal, forma-se um Grupo de Estudos e Reflexão sobre o Aborto, na Associação de Planeamento da Família, em que participam várias associações cívicas, associações de mulheres, associações profissionais e partidos. O nosso Partido participa, desde o início, através da Organização das Mulheres Comunistas (OMC).

Desse grupo de trabalho resultou o primeiro e importante Relatório sobre a Situação de Interrupção Voluntária da Gravidez, em Portugal, editado em Julho de 93 e que é um instrumento de avaliação e estudo da situação nos hospitais, quanto à IVG.

● Em parêntesis obrigatório, lembremos que muitos anos antes, em 1940, um jovem militante comunista defende, sob prisão e com escolta da PIDE, na Faculdade de Direito de Lisboa, para exame no 5.º ano jurídico, uma tese notável pela clareza marxista, pela coragem e pelo arrojado de ideias. O seu nome: Álvaro Cunhal, a tese: "O Aborto - causas e soluções".

Os anos 90

E regressamos aos anos 90, pois, cinquenta anos após, *contraceção, direito à interrupção voluntária de gravidez, planeamento* continuam a ser frentes de luta de todos os cidadãos e, encabeçando a acção, de todos os militantes comunistas.

● Após as nossas leis de 1984, após a Plataforma de Acção de Pequim de 1995, em que o Governo português subscreeu os documentos finais apelando à não perseguição penal das mulheres que fazem abortos, e após se constatar que o nosso país é o único da União

Europeia que apresenta mortes de mulheres como consequência de clandestinidade do aborto, o nosso Partido não podia fechar os olhos e dormir sobre uma lei, a 6/84, que, como disse na Assembleia da República a nossa camarada Odete Santos, "só aparentemente proporciona apaziguamento da consciência".

● De facto, a nossa lei penal não obedece aos princípios do Direito Penal moderno, pois impõe a uma parte da população as convicções morais de outra parte e, tendo-se perdido a hipótese da sua alteração quando recentemente foi revista, coube ao PCP, mais uma vez, o arrancar com propostas decisivas num novo Projecto de lei, em 1996 (já na legislatura que decorre, portanto, de 95 a 99);

● O nosso arranque político, pondo-nos à frente como motor desta luta, leva ao surgimento, um mês depois, duma proposta de um deputado socialista, Strecht Monteiro, a que se seguiu, já no fim de Novembro, o da Juventude Socialista;

● Em Fevereiro do ano seguinte (1997) é o debate no Parlamento, após uma árdua campanha em que o nosso Partido volta a ter um papel dominante;

● Entretanto, o Grupo de Estudos da Associação para o Planeamento da Família (APF) reforça-se. Alarga-se e, sempre com a participação da OMC (Organização das Mulheres Comunistas), tem, também, um papel preponderante na campanha.

O que aconteceu?

● Só passa na A.R. o projecto de Strecht Monteiro que, apesar de tudo, dá mais um saltinho para a frente, acabando com as famigeradas 16 semanas para prazo das interrupções por malformações fetais (prazo inaceitável e até perigoso por antinatalista, de acordo com os conhecimentos e técnicas médicas actuais) e fazendo aprovar as 24 semanas;

● Mas é manifestamente insuficiente e, o nosso Partido, muito justamente, retoma a cabeça da frente de luta propondo uma revisão da lei, o que volta à A.R. em Fevereiro de 1998. Arrastada pela nossa proposta, a Juventude Socialista acompanha, igualmente com proposta própria. Como sabemos, a votação levou, por 116 votos Sim e 107 Não, a proposta da J.S. ter sido aprovada.

Mas, menos de 24 horas depois, num golpe, numa cambalhota escandalosa, o Partido Socialista, em cedência, por acordo cozinhado com o PSD, consente em referendar o que tinha sido aprovado na véspera!

● E lá vamos nós para um Referendo injusto, desnecessário. Mas se era preciso votar, fazer campanha, então, mais uma vez, participamos intensamente em esclarecer, em informar.

Fizemo-lo com campanha própria, e fizemo-lo através da Plataforma Pelo Direito de Optar que, já em Janeiro, portanto antes da votação de Fevereiro, foi a designação oficial que tomou o Grupo de Estudos da APF, onde sempre esteve a Organização das Mulheres Comunistas.

Para o Referendo, e apenas para essa campanha, alargou-se muito mais o movimento de opinião, estendeu-se a todo o País, abriu-se a um grande leque de pessoas e personalidades incluindo a Plataforma e legalizou-se, em Março de 98, como um Movimento: SIM, PELA TOLERÂNCIA, que se extinguiu a 28 de Junho, após o Referendo.



Dezenas de pessoas estiveram presentes no Fórum, que registou múltiplas intervenções sobre os diferentes temas em debate

Texto
Lúcia Calapez
Fotos
Jorge Caria
e arquivo



E hoje?

● E hoje, Janeiro de 1999?

Muita e muita coisa mudou!, apesar da despenalização de interrupção da gravidez quando praticada nas primeiras doze semanas (insistimos nas doze...), a pedido da mulher grávida e efectuada por um médico ou sob a sua orientação, em estabelecimento de saúde oficial ou oficialmente reconhecido, *ainda não ter sido aprovada no Parlamento!*

Primeiro, e é importante dizê-lo: estão mudando a um ritmo vertiginoso as *mentalidades*. Fala-se, usam-se termos, expressões em escolas, lugares públicos, consultas, com um à-vontade impensável há dois anos...

Em segundo lugar, verifica-se, por arrasto do teor das propostas de alteração da lei, uma preocupação dos vários ministérios, nomeadamente da Saúde, Educação, Justiça, Segurança Social e até do secretário de Estado da Juventude. De facto, em Setembro de 1998, foi publicado um Relatório da Comissão Interministerial para a *Elaboração de um Plano de Acção em Educação Sexual e Planeamento Familiar*, que é um ótimo instrumento político que, a ser aplicado, faria uma importante e indispensável revolução nesse campo, integrado na, cito: "Estratégia de Saúde para o Virar do Século 1992-2002 e as suas Perspectivas".

● Recentemente, há dois meses, é publicada no Diário da República de 2 de Novembro de 1998 uma Resolução da A.R. a 51/98 sobre Educação Sexual e Planeamento Familiar que reforça esses dois campos incluindo o funcionamento dos Centros de Saúde com efectiva gratuitidade dos meios contraceptivos prescritos. Aí se recomenda, também, a criação e implementação de programas especiais conjuntos dos ministérios da Saúde e do Trabalho e da Solidariedade para grupos de risco: adolescentes, toxicodependentes, prostitutas.

Que fazer?

Para terminar - o que fazer? Que podemos nós, mulheres e homens comunistas fazer?

Dois campos de acção, duas vertentes:
1.º vertente - Fazer publicar, a todos os níveis, incluindo o institucional, o que existe publicitado e legislado;

- acompanhar, verificar, denunciar os desvios ou falhas de execução do que já está na lei, nomeadamente: a Lei 6/84, lei Strecht Monteiro, quer seja nos hospitais, nas Escolas, nos Centros de Saúde, nos Centros de Atendimento ou nas Prisões;

- continuar a participar activamente nos grupos de trabalho, quer os ligados à APF quer outros do mesmo âmbito que se venham a formar.

2.º vertente - Apresentar, assim que politicamente seja indicado e possível, nova proposta de lei na Assembleia da República, para concretizarmos, finalmente, a despenalização do aborto, introduzindo na lei a Interrupção Voluntária de Gravidez por razões de ordem económica e social e o alargamento de 16 para as 22 semanas por razões eugénicas.

DOSSIER Guerra nos Balcãs

Crime, diz a NATO

■ Anabela Fino

Dois soldados britânicos e dois civis morreram no dia 21 de Junho na sequência de uma explosão durante uma operação de desminagem de uma escola em Nagrovc, 30 quilómetros a oeste de Pristina, no Kosovo. Um terceiro militar ficou ferido. Ao darem conta do trágico incidente, os responsáveis da KFOR não apontaram directamente os responsáveis, mas ficou a pairar a suspeita de que a escola teria sido armadilhada pelos sérvios. Uma tese prontamente adoptada pela generalidade dos órgãos de informação que, com grande destaque, apontaram o dedo acusador e não perderam a oportunidade para fazer humor negro, falando de «presente» sérvio.

Um dia depois do incidente chegou a confirmação oficial de que os dois britânicos e os dois kosovares tinham sido vítimas de bombas de fragmentação lançadas pela NATO sobre o território que não explodiram durante a campanha aérea.

Segundo o presidente do Halo Trust, uma organização humanitária antiminas, «havia 55 bombas de fragmentação no local, não havia minas no sector». Em declarações à BBC, Willoughby, informou que as «BLU-97» haviam sido reunidas pelo chamado Exército de Libertação do Kosovo (UCK). Quando os peritos de desminagem britânicos, não querendo arriscar uma explosão na aldeia,

tentaram deslocar as bombas uma segunda vez, estas explodiram.

Utilizando a linguagem da NATO, quatro pessoas perderam a vida devido a «bombas amigas». O caso deixou por isso de ser notícia rapidamente, os comentadores calaram-se e ninguém parece interessado em retirar daqui quaisquer conclusões.

O caso é paradigmático do que está a acontecer neste momento no Kosovo. A prioridade é agora atribuir o máximo de crimes aos sérvios, porque quanto maior for a tragédia humana mais fácil se torna «justificar» a intervenção da NATO. É assim que cada testemunho do horror trazido à luz do dia se atribuiu de imediato às forças sérvias,

sem cuidar de esperar pelas conclusões dos inquiridos independentes que se afirma estarem a ser levados a cabo. Do mesmo modo, todos os mortos são de imediato identificados como albanos-kosovares, embora não se perceba bem como é feita a distinção, tal como todos os kosovares são apresentados como civis inocentes e nunca como membros activos do UCK, ou seja, membros armados de uma organização particularmente empenhada em perseguir e matar os não apoiantes da sua «causa».

Acresce ainda que, na pressa de acusar «os» sérvios, indiscriminadamente, se procura uma vez mais ilibar a NATO de qualquer

responsabilidade no desenrolar dos acontecimentos, branqueando o inevitável papel que os bombardeamentos contra a Jugoslávia tiveram no acirrar de um conflito que, sendo grave, estava até então circunscrito a bem mais modestas proporções do que as que veio a assumir.

Não se trata de negar que houve excessos, porventura de grande gravidade, na forma como as forças jugoslavas procuraram resolver a questão do Kosovo. Trata-se, isso sim, de desmascarar a hipocrisia da NATO, capitaneada pelos EUA, que não hesitou em aproveitar e acirrar um problema interno, de provocar uma tragédia de consequências imprevisíveis, para em nome dos direitos humanos ensaiar o seu novo conceito estratégico e liquidar de vez o que restava da frágil ordem internacional.

O resultado da guerra contra a Jugoslávia - em rigor deverá falar-se de massacre, já que o atacante nunca esteve ao alcance das armas da parte atacada - começa a vir à tona no Kosovo. Depois de escancarar as portas do território ao UCK, com quem faz acordos de bastidores, a aliança militar mais poderosa do mundo diz-se agora incapaz de controlar os seus protegidos. Enquanto vai acalmando os pruridos da marginalizada ONU com palavras de reconhecimento pelo papel que há-de vir a desempenhar, os EUA e a NATO instalam-se no Kosovo, sem data de partida. O drama da população, esse, continua.

O preço, o humanismo e Madeleine Albright

Não há muito tempo, Madeleine Albright, entrevistada por Leslie Stahl para o programa «60 minutos» da CBS-TV, deu um testemunho eloquente do humanismo que rege a Casa Branca.

A pergunta de Stahl foi directa: «Diz-se que em consequência das sanções [contra o Iraque] morreu mais de meio milhão de crianças iraquianas. Isso é mais do que as que foram mortas em Hiroshima. É um preço que vale a pena?»

Albright não foi menos directa na resposta: «É uma escolha difícil para nós, mas sim, vale a pena».

O exemplo repete-se agora na Jugoslávia. E os EUA continuam a achar que vale a pena.

Segundo um balanço «reconhecido tanto por Belgrado como pela NATO», nas palavras do representante russo Viktor Tchernomirdin, os bombardeamentos contra a Jugoslávia provocaram três mil mortos, 642 das quais militares, e 5.000 feridos. Os números são polémicos: a 3 de Junho, a NATO falava de «mais de 10.000 mortos e feridos desde o início dos raids aéreos». O que não parece suscitar dúvidas é a dimensão dos ataques efectuados desde 24 de Março a 10 de Junho e

as suas consequências na própria região do Kosovo. A NATO efectuou no total 12.000 raids aéreos, lançou 10.000 bombas e 3.000 mísseis. Meia centena de fábricas e empresas, 18 centrais eléctricas, seis aeroportos e 18 igrejas ou mosteiros foram destruídas. Dois milhões de pessoas ficaram sem trabalho na sequência dos bombardeamentos.

Se o objectivo de tudo isto era «punir» Milosevic, o preço foi elevado e a factura ainda não está toda paga. Que o diga Burim Peteshi, um rapaz de 12 anos que a partir de agora terá de aprender a viver só com uma perna. Regressado de uma conturbada experiência de três meses num campo de refugiados na Albânia, Burim brincava com uns amigos perto da sua aldeia de Dylje, a 30 quilómetros de Prizren, quando pisou uma mina.

Burim teve «sorte» por «só» ter perdido uma perna. No hospital onde se encontra internado, os médicos tratam em média cinco pessoas por dia com ferimentos graves causados pelo rebentamento desse tipo de engenhos. Metade desses feridos perdeu uma ou as duas pernas. A semana passada, duas crianças, de 7 e 8 anos, e um jovem de 17 anos morreram devido a acidentes do género.

Desvios

Segundo notícias veiculadas pela Lusa, Donald Steinberg, um perito norte-americano em desminagem, calcula que levará entre três a cinco anos a remoção dos milhares de minas colocadas no terreno pelas forças jugoslavas e pelo Exército de Libertação do Kosovo (UCK).

Um estudo da ONU estima em cerca de 800 as áreas minadas no Kosovo.

A esta situação há ainda que acrescentar todas as bombas de fragmentação lançadas pelos aviões da NATO e ainda por explodir. Ninguém sabe quantas são nem onde estão, mas se os cálculos dos especialistas estão certos, entre 5 a 30 por cento não chegaram a explodir na altura do embate, pelo que continuam activas, ou seja, prontas a matar.

Este é apenas um dos muitos problemas que se colocam na necessária reconstrução da Jugoslávia. Uma reconstrução que por enquanto só passa pelo Kosovo, pois os EUA, fiéis a si próprios e à sua visão do mundo,

exigem o afastamento de Milosevic antes de «autorizarem» a ajuda aos sérvios. E já vão dizendo que, dado terem tido as maiores despesas na destruição, caberá à Europa abrir os cordões à bolsa na hora de reconstruir.

A título de curiosidade, registre-se que, em Berlim, Wolfgang Roth, vice-presidente do Banco Europeu de Investimento (BEI), estimou que a reconstrução do Kosovo e da Sérvia deverá custar aos estados europeus 50 mil milhões de euros.

Segundo Wolfgang Roth, o problema não será reunir uma tal verba, mas sim evitar que os fundos para o Kosovo caiam nas mãos erradas, designadamente nas mãos do UCK, que em seu entender não deverá ser considerado um parceiro da reconstrução. «Trata-se de clãs e se lhes dermos dinheiro, pode ser completamente desviado», disse Roth. Esclarecedor.



As forças da KFOR têm como missão proteger a população, independentemente da sua étnia, mas o empenho não parece ser muito

UCK não desarma

«O nosso projecto consiste, primeiro, em transformarmos num corpo de polícia que controle todo o Kosovo. (...) Com o tempo, pretendemos tornar-nos exército regular, que vigiará as fronteiras da nossa terra e estará pronto para a defender em todas as circunstâncias.»

A afirmação é de Jakup Krasnigi, porta-voz do «governo provisório» dos independentistas albanos-kosovares, dirigido por Hachim Thaci, em recente entrevista ao *Corriere della Sera*, em Pristina.

Nas suas declarações, prestadas enquanto decorriam o que Krasnigi classificou de «negociações serenas» com a NATO sobre a questão da «desmilitarização», o porta-voz foi muito explícito quanto ao facto de não estar sequer em discussão o «desarmamento» do UCK.

«Estamos a proceder com prudência à desmilitarização do nosso movimento armado. A Aliança (Atlântica) não tem e não pode ter a intenção de nos desarmar, porque isso nunca esteve previsto em nenhum acordo», disse.

«A NATO sabe perfeitamente quais são os nossos planos e as nossas exigências. Não é com pressões que chegaremos a um acordo, a melhor via é a da negociação.»

O «compromisso» que veio a ser acordado entre a NATO e representantes do UCK tem como objectivo, com efeito, não desarmar o UCK, como se procura fazer crer, mas desarmar todos os grupos armados no Kosovo que não estejam ligados ao UCK.

Como deixou claro Krasnigi, a desmilitarização não significa desarmamento.

O facto não é propriamente uma novidade, mas tão-só a constatação da intensa campanha de mistificação que está a ser levada a cabo pelos EUA, com o precioso auxílio da generalidade da imprensa ocidental.

Ainda no final da semana passada representantes da igreja ortodoxa sérvia denunciavam que a fronteira do Kosovo com a Albânia está completamente aberta e muitos albaneses estão a entrar na província com os refugiados que regressam.

O bispo Amfilohije acusou mesmo as forças da KFOR de darem livre trânsito aos independentistas do Kosovo para que controlem toda a província.

«Eles - denunciou - estão a cooperar estreitamente. Entraram juntos no edifício da câmara municipal de Pec. Os do UCK dizem que este é o seu estado, ocuparam-no.» O Kosovo «está cheio de armas de todos os tipos», acrescentou o prelado.

Também responsáveis sérvios denunciaram nos últimos dias que cidadãos albaneses estão a atravessar livremente a fronteira para o Kosovo e a instalar-se em casas de sérvios obrigados a fugir com medo de represálias.

A KFOR, que tão bem parece ser capaz de distinguir os albanos-kosovares dos sérvios, não mostra neste caso nenhuma capacidade de discernimento.



Desenho de Roger Sonville

O regresso dos «guerrilheiros»

A última semana foi fértil em acontecimentos pouco consonantes com a imagem de «guerrilheiros patrióticos» com que os EUA e a NATO procuram apresentar o UCK. Numa breve recolha de dados dispersos verifica-se que a tragédia dos sérvios do Kosovo está na ordem do dia, embora haja relutância em falar no assunto. Talvez porque tudo se passa sob o olhar distraído e cúmplice? - das forças da NATO.

No dia 25, a imprensa sérvia noticiava a morte de cinco sérvios nas últimas 48 horas, o rapto de pelo menos nove e a expulsão de 200 das suas casas no Kosovo.

No dia 22, a Lusa divulgava uma informação do Alto Comissariado da ONU para os Refugiados (ACNUR), segundo a qual cinquenta pessoas, principalmente sérvios, presos pelo UCK na prisão de Prizren, tinham sido transferidas sob a protecção da KFOR para o mosteiro de Bogoslovia, em Prizren. Os presos eram «principalmente sérvios do Kosovo e sérvios da Krajina idosos, e ainda alguns ciganos, alguns albaneses do Kosovo acusados de serem «colaboradores» e ainda outras pessoas», disse Cris Janowski da ACNUR. Os presos apresentavam «vestígios de ferimentos» e alguns tinham sido «severamente maltratados».

No mesmo dia, uma patrulha italiana da KFOR envolvia-se em tiroteio com membros do UCK em PEC, quando estes se preparavam para lançar uma bomba contra um depósito de cereais, segundo um oficial daquele contingente. Os atacantes fugiram e os italianos abriram um inquérito.

Ainda no dia 22, dois civis sérvios, uma mulher e um homem, foram mortos por «desconhecidos» na cidade de Prizren. Os dois foram mortos por arma branca - à machadada ou com uma faca - nas

respectivas casas, informou um padre ortodoxo do mosteiro de Bogoslovia. A mulher morreu imediatamente, o homem morreu depois de ter sido transportado para o mosteiro em consequência dos ferimentos sofridos.

A maioria da população sérvia de Prizren deixou a cidade.

No madrugada de dia 23, a situação continuava tensa em Kosovska-Mitrovica, principal cidade do sector francês da KFOR, no norte do Kosovo. As forças francesas foram de novo obrigadas a intervir para impedir tentativas de pilhagem e de limpeza étnica nesta localidade dividida entre um sector norte de maioria sérvia e um sector sul albanês. Os corpos de dois sérvios, abatidos com uma bala na cabeça, foram encontrados pelas forças francesas próximo da principal ponte que separa as duas comunidades.

Desde a chegada dos franceses a Kosovska-Mitrovica, a 17 de Junho, foram apreendidas mais de mil armas.

No dia 24, cerca de cem albanos-kosovares tentaram ocupar a emissora de rádio e televisão de Pristina. Afirmando-se antigos empregados da Rádio Pristina, despedidos em 1989, os manifestantes partiram o vidro da porta de entrada do edifício, mas a ocupação foi impedida pela KFOR.

«A situação chegou a complicar-se, pois os manifestantes estavam armados e tivemos de os desarmar», disse o porta-voz da KFOR, major Ian Seraph.

No mesmo dia registou-se um tiroteio no sector norte-americano. «Marines» norte-americanos foram atacados por atiradores «não identificados» numa aldeia do leste do Kosovo. O incidente saldouse num morto, dois feridos e um prisioneiro, do lado dos atacantes.

Recorda-se que, segundo o «compromisso» assumido pelo UCK, nenhum homem desta organização pode andar armado num raio de dois quilómetros das principais localidades kosovares.

A listagem não é, infelizmente, exaustiva, mas serve para perceber por que razão, depois das promessas de Javier Solana sobre a protecção de todas as etnias do Kosovo, o responsável do Alto Comissariado da ONU para os Refugiados, Dennis McNamara, vem agora reconhecer que não existe segurança suficiente para o regresso das dezenas de milhares de sérvios (mais de 70.000 até final da semana passada) que deixaram a província.

«Não podemos garantir as condições de segurança adequadas para os retornados», disse McNamara, na mesma conferência de imprensa em Belgrado em que o porta-voz da KFOR, o major holandês Jan Jooste, desmentia que as suas tropas «consintam que os albaneses expulsem os sérvios das suas casas». «É totalmente falso, estamos aqui para proteger todos, sem preferências nem favoritismos», disse.

Como na conhecida rábula, são todos iguais, mas uns são mais iguais do que outros.



A Igreja Ortodoxa vem alertando para os perigos que ameaçam a população não albanesa do Kosovo

AGENDA

Plenários e outras reuniões

Amadora

Plenário de militantes da freguesia da **Brandoa** - Quarta-feira, dia 7, às 21h, no Centro de Trabalho da Brandoa

Almada

- Plenário da célula da **Lisnave/Gestnave** para definir modos de intervenção na campanha eleitoral para a Assembleia da República - **Hoje**, dia 1, às 17h, no Centro de Trabalho Concelhio

- Plenário da Organização da Freguesia do **Pragal** - Sexta-feira, 2, às 21h, no Centro de Trabalho do Pragal

- Plenário da Organização da Freguesia da **Cova da Piedade** - Sábado, 3, às 15h, no Centro de Trabalho da Cova da Piedade

Cascais

- Plenário de militantes da freguesia de **Alcabideche** sobre os resultados eleitorais e eleições para a Assembleia da República, Festa do Avante! e actividade autárquica - Sábado, 3, às 15h30, no Centro de Trabalho de Alcabideche. No final, convívio/caracolada aberto à população

- Debate sobre as eleições e acção futura e convívio/caracolada promovidos pelo Sector de **Empresas de Cascais** no Centro de Trabalho de **Tires**, com a participação de um camarada do CC - Sábado, 3, às 16h30, no Centro de Trabalho de Tires

Montemor-o-Novo

Plenário concelhio de militantes para análise dos resultados eleitorais, próximas eleições legislativas e tarefas do Partido, com a participação dos camaradas **Diamantino Dias** e **Raimundo Cabral** - **Hoje**, dia 1, às 21h, no Centro de Trabalho de Montemor

Queluz

Plenário de **Reformados** comunistas da cidade de Queluz sobre as eleições deste ano e Festa do Avante! - **Hoje**, dia 1, às 15h, no Centro de Trabalho de Queluz

Os Trabalhadores do distrito de Aveiro e a intervenção do PCP

- Encontro-debate em **OVAR** com **Joaquim Almeida da Silva**, cabeça de lista da CDU Aveiro às próximas legislativas - Sexta, 2, às 21h30, no CT do PCP

Liberdade de Imprensa: uma liberdade vigiada?

- Debate na **AMADORA** com **Vítor Dias, Rogério Rodrigues** e **Orlando César** no Espaço Delfim Guimarães - **Hoje**, quinta-feira, às 21h

*

ALMOÇO-CONVÍVIO em MAFRA

Ribamar - Praia dos Coxos - Sábado, 3

Peixe grelhado - Sardinhas-carapaus-salmão-chocos

Entradas - Legumes-camarão-patés-enchidos

Saladas-vinhos e refrigerantes-fruta variada-café

Participa o camarada **António Filipe**

Informações e inscrições: **Teresa - 061.814214** (a partir das 19h)

e **Piorro - 01.3631256** (das 8 às 12h)

CDU HOLANDA

Convívio

Nas instalações do Centro Português de Haarlemmermeer

J.C. Beetslaan, em Hoofddorp, tel. 02356.40656

Às 12h - encontros de futebol "Casadas e solteiras" e "Casados e solteiros"

Às 13h - Barbecue

Às 16h - Informação e debate sobre a política da CDU para a emigração

com a participação de **Luciano Caetano da Rosa**, candidato CDU às Legislativas

SÁBADO 3 JULHO 17 HORAS
PRAÇA PAIVA COUCEIRO
(ao cimo da Rua Morais Soares)

comício
PCP festa

Com a intervenção
de Carlos Carvalhas

Música popular portuguesa com o grupo 'Odagaíta'

*

MERCADO-FESTA

Caldas da Rainha

Mata do Hospital (Parque das Merendas)

Domingo, 4 - Das 9 às 18h

Venda de produtos agrícolas

Bar com muitos petiscos - Quermesse

Almoço Regional

Música com o grupo "Erva de Cheiro"

Às 15h

COMÍCIO COM CARLOS CARVALHAS

Apresentação dos candidatos do distrito às Eleições Legislativas

*

Carlos Carvalhas

Além da participação nos comícios - em destaque nesta página - da Praça Paiva Couceiro, em Lisboa, e da Mata das Merendas em Caldas da Rainha (no decurso do qual serão apresentados os candidatos da CDU pelo distrito de Leiria às eleições para a AR), o Secretário-geral do PCP tem ainda em agenda nos próximos dias: - a visita, amanhã, sexta-feira, a partir das 21h30, em **Vila Franca de Xira**, à Exposição das Tertúlias, na Patriarcal (Largo da Câmara Municipal), no âmbito da Festa do Colete Encernado, a que se seguirá um passeio pela zona antiga da cidade e visita a algumas tertúlias, - e três actos públicos de apresentação de listas distritais da CDU às próximas legislativas: Segunda-feira, dia 5, às 18 horas, no Hotel Sofitel (Av. da Liberdade), apresentação dos candidatos da CDU pelo distrito de Lisboa; Quarta-feira, 7, às 18 horas no Restaurante Pópulo (Campo da Vinha, Braga), a dos candidatos pelo distrito de Braga; e a da lista do distrito de Setúbal, marcada para quinta-feira, 8, às 18h, nos Claustros da Pousada do Castelo de Palmela. Carlos Carvalha deverá estar ainda presente no Acto Público de Balanço da Actividade Parlamentar do PCP na VII Legislatura, que agora termina - Terça-feira, 6, às 17 horas, no Hotel Lisboa Plaza (Trav. do Salitre, 7, em Lisboa)

Festa
1999
Avante!

3,4 e 5 Setembro
Atalala * Amora * Seixal

Concurso de Bandas
JUVENTUDE CDU

Hard Club de Gaia 6 de Agosto

O Grupo premiado actuará no Palco Novos Valores na Festa do Avante! '99

Entrega de maquetas em cassette ou CD até 23 de Julho
Av. da Boavista, 931 - 4100 Porto

Festas populares de S. Pedro

Seixal - de 25/6 a 4/7

Por iniciativa conjunta da Comissão de Freguesia do Seixal do PCP e da célula dos Trabalhadores da CM do Seixal, está patente no Auditório do Centro de Trabalho (Rua João de Deus, 2) uma exposição sob o tema **25 anos a construir e a resistir**, contituída por 14 painéis alusivos às lutas dos trabalhadores antes e após o 25 de Abril, a reconstituição de uma tipografia clandestina e a edição de um "Avante!" especial. No mesmo período, no quiosque do Jardim do Seixal, há uma venda de livros e de EP's para a Festa do Avante! Horário de funcionamento de ambos os espaços: diariamente, das 15 às 24 horas, até 4 de Julho.

TELEVISÃO

Quinta, 1

RTP 1
 08.00 Infantil
 10.00 Praça da Alegria
 11.40 Culinária
 13.00 Jornal da Tarde
 13.45 Consultório
 14.45 Nas Asas do Destino
 15.40 Malha de Intrigas
 16.30 O Amigo Público
 18.15 País, País
 19.05 País Regiões
 19.15 Os Lobos
 20.00 Telejornal
 21.00 As Lições do Tonecas
 21.45 Grande Entrevista
 23.15 Ballet Rose
 00.15 24 Horas
 01.05 O Forasteiro
 (de Peter Levin, EUA/1995, com Jean Smart, Gregory Hines, Jeffrey Nordling, Chad Cox. Telefilme Dramático)

RTP 2
 15.00 Informação Gestual
 15.45 Terra Selvagem
 16.40 Euronews
 16.55 Informação Religiosa
 17.25 Basquetebol - Campeonato do Mundo
 19.15 Um, Dó, Li, Tá
 20.15 Civilizações do Passado
 21.00 Portugalmente

Sexta, 2

RTP 1
 08.00 Infantil
 10.00 Praça da Alegria
 11.40 Culinária
 13.00 Jornal da Tarde
 13.45 Consultório
 14.45 Nas Asas do Destino
 15.40 Malha de Intrigas
 16.30 O Amigo Público
 18.15 País, País
 19.05 País Regiões
 19.15 Os Lobos
 20.00 Telejornal
 21.15 Uma Casa em Fancios
 22.25 Doutor Sarilhos
 (de Michael Caton-Jones, EUA/1991, com Michael J. Fox, Julie Warner, Woody Harrelson. Comédia Romântica)
 00.25 24 Horas
 01.15 NBA

RTP 2
 15.00 Informação Gestual
 15.45 O Caminho das Estrelas
 16.35 Euronews
 16.55 Programa Religioso
 17.25 Basquetebol - Campeonato do Mundo
 19.15 Um, Dó, Li, Tá
 19.55 Voleibol: Portugal-França
 21.30 Remate
 22.00 Jornal 2

Sábado, 3

RTP 1
 08.00 Infantil/Juvenil
 13.00 Jornal da Tarde
 13.40 Top +
 15.05 Jack e Sarah
 (de Tim Sullivan, Gr.Br./1995, com Richard E. Grant, Samantha Mathis, Judi Dench, Ian McKellen, Cherie Lung. Comédia Romântica)
 17.15 Amigos
 17.50 Estrada Viva
 18.25 Santa Casa
 20.00 Telejornal
 21.25 Tourada - 35.ª Corrida TV
 00.40 Nash Bridges
 01.35 Sexto Sentido
 02.05 24 Horas
 02.45 Nove Semanas e Meia
 (de Menahem Golan, Can-Israel/1993, com Michael Paré, Claudette Mink. Erótico)
 04.45 Apex
 (de Phillip J. Roth, EUA/1994, com Richard Keats, Mitchell Cox, Lisa-Anne Russell. «Thriller»)

RTP 2
 09.00 Universidade Aberta
 11.30 Aventuras Espaciais
 12.00 Contos Assombrosos
 13.20 Dinheiro Vivo
 14.00 Actualidades
 15.00 Desporto 2

Domingo, 4

RTP 1
 08.00 Infantil / Juvenil
 13.00 Jornal da Tarde
 13.40 Made in Portugal
 15.15 Saber & Fazer
 15.50 Ferro e Fogo
 17.05 Heróis em Acção
 18.05 O Herói do Ano 2000
 (de Woody Allen, EUA/1973, com Woody Allen, Diane Keaton, John Beck, Marya Small. Ver Destaque)
 20.00 Telejornal
 20.55 Saídos da Casca
 21.40 Jet Sete
 22.15 O Polvo (IX Série)
 00.15 24 Horas
 00.55 Perigo Iminente

RTP 2
 09.00 Programa Religioso
 10.30 Missa
 12.00 Murphy Brown
 12.30 Heróis em Acção
 13.00 A Europa de Combóio
 14.00 Jornal de África
 14.30 Rotações
 15.00 Desporto 2
 18.40 Ladrão que Rouba Ladrão
 19.40 Bom Bordo
 20.00 Artes e Letras «Sombras e Luz - Rodrigo aos 90 Anos»
 21.00 A História de Tom Jones Enjeitado
 22.00 Jornal 2

Segunda, 5

RTP 1
 08.00 Infantil
 10.00 Praça da Alegria
 11.40 Culinária
 13.00 Jornal da Tarde
 13.45 Consultório
 14.45 Nas Asas do Destino
 15.40 Malha de Intrigas
 16.30 O Amigo Público
 18.15 País, País
 19.05 País Regiões
 19.15 Os Lobos
 20.00 Telejornal
 21.00 Nós, os Ricos
 21.35 Polícias
 22.35 Não Há Peseço que Aguento
 (de John Landis, EUA/1992, com Anne Parillaud, Anthony LaPaglia, Robert Loggia. Terror / Comédia)
 00.20 Não Há Lugar para nos Escondermos
 00.45 24 Horas
 01.35 Ciclismo - Volta a França
 01.50 Máquinas

RTP 2
 14.00 Informação Gestual
 15.45 Rumo ao Sul
 16.35 Histórias de Serengeti
 17.30 Madeira
 18.00 Informação Religiosa
 18.30 Criaturas do Pântano
 19.00 Um, Dó, Li, Tá
 20.35 Big and Small

Terça, 6

RTP 1
 08.00 Infantil
 10.00 Praça da Alegria
 11.40 Culinária
 13.00 Jornal da Tarde
 13.45 Consultório
 14.45 Nas Asas do Destino
 15.40 Malha de Intrigas
 16.30 O Amigo Público
 18.15 País, País
 19.05 País Regiões
 19.15 Os Lobos
 20.00 Telejornal
 21.00 Cromos de Portugal
 21.45 Herman 99
 00.10 Dharma e Greg
 00.40 24 Horas
 01.30 Volta a França
 01.45 Seaquest, Brigada Submarina

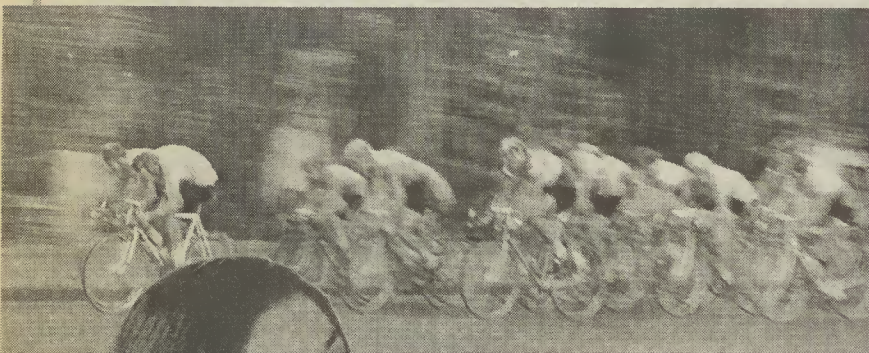
RTP 2
 14.30 Informação Gestual
 15.00 Volta a França
 16.00 Derrick
 16.45 Histórias de Serengeti
 17.40 Euronews
 18.00 Informação Religiosa
 18.30 Criaturas do Pântano
 19.00 Um, Dó, Li, Tá
 20.20 Wonderworld Lowland Forest
 21.10 Portugalmente
 21.30 Remate
 22.00 Jornal 2
 22.35 Acontece

Quarta, 7

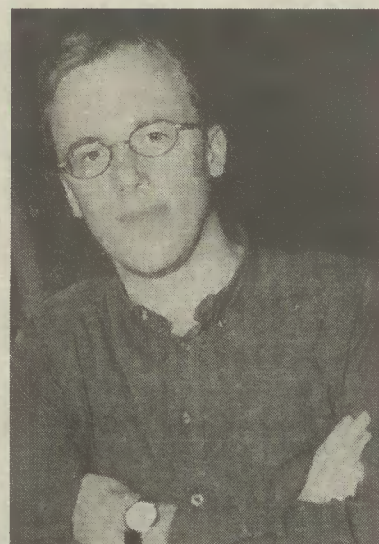
RTP 1
 08.00 Infantil
 10.00 Praça da Alegria
 11.40 Culinária
 13.00 Jornal da Tarde
 13.45 Consultório
 14.45 Nas Asas do Destino
 15.40 Malha de Intrigas
 16.30 O Amigo Público
 18.15 País, País
 19.05 País Regiões
 19.15 Os Lobos
 20.00 Telejornal
 21.05 Docas
 22.20 Diário de Maria
 23.30 Reckless, Perigosa Sedução
 00.40 24 Horas
 01.30 Volta a França
 01.45 Enquanto Dormias
 (de Jon Turteltaub, EUA/1995, com Sandra Bullock, Bill Pullman, Peter Gallagher, Peter Boyle. Ver Destaque)

RTP 2
 15.00 Informação Gestual
 15.45 O Caminho das Estrelas
 16.40 Histórias de Serengeti
 17.35 Euronews
 18.00 Informação Religiosa
 18.30 Criaturas do Pântano
 19.00 Um, Dó, Li, Tá
 20.15 A Corrida para a Lua
 21.00 Portugalmente
 21.30 Remate

O "tour", que agora começa, está, como sempre, na RTP



Em reposição passa agora na RTP1 "Ballet Rose". às quintas-feiras



O último "Portugalmente" vai para o ar na quarta-feira, mas a equipa de Luís Osório promete voltar com um novo programa



Na série "Biografias" (à segunda-feira na RTP2) anuncia-se esta semana a de Eunice Muñoz, que teve uma carreira teatral pontuada de êxitos e de muitas atribulações

21.30 Remate
 22.00 Jornal 2
 22.35 Acontece
 22.50 Carta de uma Desconhecida
 (de Max Ophuls, EUA/1948, com Joan Fontaine, Louis Jourdan, Mady Christians. Ver Destaque)
 00.50 Finalmente Salvos

SIC
 08.00 Buêrére
 12.00 Zázá
 13.00 Primeiro Jornal
 15.00 Você Decide
 15.40 Fátima Lopes
 17.55 No Sofá Vermelho
 18.00 Meu Bem Quer
 19.00 Andando nas Nuvens
 20.00 Jornal da Noite
 21.00 Suave Veneno
 22.00 Esta Semana
 23.30 O Cabo do Medo
 (de Martin Scorsese, EUA/1991, com Robert De Niro, Nick Nolte, Jessica Lange, Juliette Lewis. Ver Destaque)
 02.00 Último Jornal
 02.35 Portugal Radical
 03.05 Vibrações

TVI
 09.00 A Fúria do Destino
 09.55 TVI Jornal
 10.05 Animação
 12.00 Pérola Negra
 13.30 TVI Jornal
 14.00 Sangue do Meu Sangue
 15.00 Samantha
 16.00 Animação
 18.00 Robocop
 19.00 Nightman
 20.00 Asas nos Pés
 21.00 Directo XXI
 22.00 Tourada - 1.ª Corrida TVI
 24.00 Corredor Mortal
 (de John Purdy, EUA/1994, com Mimi Rogers, Billy Zane, John Terry. Drama)
 02.00 Competente e Descarada
 02.30 Terra: Conflito Final
 03.30 O Mundo do Futebol

22.35 Acontece
 22.50 Carlos Cruz Entrevista
 23.50 Vítimas Inocentes
 00.45 Máscaras da Música

SIC
 08.00 Buêrére
 12.00 Zázá
 13.00 Primeiro Jornal
 14.00 Juiz Decide
 15.00 Você Decide
 15.40 Fátima Lopes
 17.55 No Sofá Vermelho
 18.00 Meu Bem Quer
 19.00 Andando nas Nuvens
 20.00 Jornal da Noite
 21.00 Conversa da Treta
 21.40 Suave Veneno
 22.50 Ponto de Encontro
 24.00 As Motos da Morte
 (de George Miller, Austrália/1979, com Mel Gibson, Joanne Samuel, Hugh Keays-Byrne, Steve Bisley. Ficção Científica / Acção)
 02.00 Último Jornal
 02.35 Portugal Radical
 03.05 Vibrações

TVI
 09.00 A Fúria do Destino
 09.55 TVI Jornal
 10.05 Animação
 12.00 Pérola Negra
 13.30 TVI Jornal
 14.00 Sangue do Meu Sangue
 15.00 Samantha
 16.00 Animação
 18.00 Robocop
 19.00 Nightman
 20.00 Asas nos Pés
 21.15 Directo XXI
 21.40 Os Reis da Música Nacional
 23.40 Voz do Sangue
 (de Graeme Campbell, EUA/1996, com George C. Scott, Ally Sheedy, Rachael Leigh Cook. Drama)
 01.40 Competente e Descarada

20.10 2001
 20.45 Departamento de Homicídios
 21.40 Ugh
 22.00 Jornal 2
 22.35 O Lugar da História
 23.35 Allô, Allô!
 00.05 Liga de Cavalheiros
 00.35 Absolutamente Fabulosas
 01.05 A Alma dos Guerreiros
 (de Lee Tamahori, N.Zel/1994, com Rena Owen, Temuera Morrison, Manaangaroa Kerr-Bell. Drama)

SIC
 08.00 Buêrére
 11.55 O Nosso Mundo
 13.00 Primeiro Jornal
 14.00 Hornblower
 16.00 Big Show Sic
 20.00 Jornal da Noite
 21.00 Mundo VIP
 22.00 Pequenos e Terríveis
 23.10 Mulher
 00.10 Afrodísia
 00.45 Yale Tudo
 (de Allan Moyle, EUA/1995, com Anthony LaPaglia, Debi Mazar, Liv Tyler, Rory Cochrane. Comédia Dramática)
 02.45 Último Jornal
 03.20 Portugal Radical

TVI
 09.00 A Fúria do Destino
 10.00 Animação
 12.20 Top Rock
 13.30 Contra-Ataque
 15.00 Uma Dupla de Insucesso
 (de Glen Salzman e Rebecca Yates, EUA/1991, com Jim Carrey, Adah Glassbourg. Comédia)
 17.00 A Fúria dos Anjos II
 19.00 Colégio Brasil
 21.00 Directo XXI
 21.40 O Segredo das Estrelas
 22.40 O Meu Outro Filho
 (de John Power, EUA/1994, com Lisa Hartman Black, Bruce Davison, Louise Fletcher. Drama)
 00.40 Michael Parré: A Arma Secreta
 (de Jacob Kotzky, EUA/1992, com Sharon Harel, Michael Paré. Acção)
 02.30 Histórias Fantásticas

22.35 Horizontes da Memória
 23.10 Faenas
 23.40 A Conquista do Oeste
 (de Henry Hathaway, John Ford, George Marshall, EUA/1962, com Spencer Tracy, Karl Malden, James Stewart, Gregory Peck, John Wayne, Henry Fonda. Ver Destaque)

SIC
 08.00 Buêrére
 12.00 BBC - Vida Selvagem
 13.00 Primeiro Jornal
 14.00 Hornblower
 16.00 Vip
 18.00 Rex, O Cão Polícia
 20.00 Jornal da Noite
 21.00 Um Sarilho Chamado Marina
 21.30 O Fura-Vidas
 22.00 Cantigas da Rua
 23.10 Hilda Furacão
 00.10 O Padre
 (de Antonia Bird, EUA/1994, com Linus Roache, Tom Wilkinson, Cathy Tyson, Robert Carlyle, James Ellis. Religioso / Drama)
 02.10 Último Jornal
 02.45 Portugal Radical

TVI
 09.00 Animação
 11.00 Programa Religioso
 11.10 Missa
 13.05 Os Últimos Paraísos na Terra
 14.00 Roar
 15.00 Os Piratas das Ilhas Selvagens
 (de John Hughes, Nova Zelândia/1983, com Ferdinand Fairfax, Tommy Lee Jones, Michael O'Keefe. Aventuras)
 17.00 Louco à Solta
 (de Leslie Greif, EUA/1996, com Rodney Dangerfield, Peter Baldwin. Comédia)
 19.00 Colégio Brasil
 21.00 Directo XXI
 21.40 Casa Justa
 22.40 Amor e Engano
 (de Philip Kleinbart, EUA/1997, com Vanessa Marcil, James Wilder, Leland Orser. Drama)
 00.40 O Cantor e a Bailarina
 (de Armando de Miranda, Port./1960, com Nancy Rinaldi, Domingos Marques, Zeloni, Manuel Santos Carvalho. Melodrama)

21.10 Portugalmente
 21.30 Remate
 22.00 Jornal 2
 22.35 Acontece
 22.50 A Coroa e o País
 23.20 Claxon
 23.50 Novos Heróis
 00.45 Biografia: «Eunice Muñoz»

SIC
 08.00 Buêrére
 12.00 Zázá
 13.00 Primeiro Jornal
 14.00 Juiz Decide
 15.00 Você Decide
 15.40 Fátima Lopes
 17.55 No Sofá Vermelho
 18.00 Meu Bem Quer
 19.00 Andando nas Nuvens
 20.00 Jornal da Noite
 21.00 Suave Veneno
 22.00 Casos de Polícia
 24.00 Cidade Escaldante
 01.00 Último Jornal
 01.35 Balada de Nova Iorque
 02.40 Portugal Radical
 03.10 Vibrações

TVI
 09.00 A Fúria do Destino
 09.55 TVI Jornal
 10.00 Animação
 12.00 Pérola Negra
 13.30 TVI Jornal
 14.00 Sangue do Meu Sangue
 15.00 Samantha
 16.00 Animação
 18.00 Robocop
 19.00 Nightman
 20.00 Asas nos Pés
 21.00 Directo XXI
 21.40 Marés Vivas
 22.40 Máxima Tensão
 (de Graeme Clifford, EUA/1994, com Scott Glenn, Anthony LaPaglia, Lara Flun Boyle. Drama)
 00.50 Operação Amsterdã
 (de Robert Clouse, EUA/1977, com Robert Mitchum, Leslie Nielsen, Bradford Dillman. Mistério)
 03.15 Competente e Descarada
 03.45 Desporto

22.50 Ler para Crer
 23.50 Complicações Amorosas
 (de Alan Rudolph, EUA/1989, com Tom Berenger, Elizabeth Perkins, Anne Archer. Comédia Romântica)

SIC
 08.00 Buêrére
 12.00 Zázá
 13.00 Primeiro Jornal
 14.00 Juiz Decide
 15.00 Você Decide
 15.40 Fátima Lopes
 17.55 No Sofá Vermelho
 18.00 Meu Bem Quer
 19.00 Andando nas Nuvens
 20.00 Jornal da Noite
 21.00 Médico de Família
 22.10 Suave Veneno
 23.30 Casos de Polícia
 24.00 Cidade Escaldante
 01.00 Último Jornal
 01.35 Balada de Nova Iorque
 02.40 Portugal Radical
 03.10 Vibrações

TVI
 09.00 A Fúria do Destino
 09.55 TVI Jornal
 10.00 Animação
 12.00 Pérola Negra
 13.30 TVI Jornal
 14.00 Sangue do Meu Sangue
 15.00 Samantha
 16.00 Animação
 18.00 Robocop
 19.00 Nightman
 20.00 Asas nos Pés
 21.00 Directo XXI
 21.40 Marés Vivas
 22.40 Máxima Tensão
 (de Graeme Clifford, EUA/1994, com Scott Glenn, Anthony LaPaglia, Lara Flun Boyle. Drama)
 00.50 Operação Amsterdã
 (de Robert Clouse, EUA/1977, com Robert Mitchum, Leslie Nielsen, Bradford Dillman. Mistério)
 03.15 Competente e Descarada
 03.45 Desporto

22.00 Jornal 2
 22.35 Acontece
 22.50 Sinais do Tempo ou Zoom
 23.50 Yo-Yo-Ma e o Jardim da Música
 23.50 Terror no Espaço

SIC
 08.00 Buêrére
 12.00 Zázá
 13.00 Primeiro Jornal
 14.00 Juiz Decide
 15.00 Você Decide
 15.40 Fátima Lopes
 17.55 No Sofá Vermelho
 18.00 Meu Bem Quer
 19.00 Andando nas Nuvens
 20.00 Jornal da Noite
 21.00 Jornalistas
 22.10 Suave Veneno
 23.20 Waxman, o Atirador
 (de Russel Mulcahy, EUA/1996, com Dolph Lundgren, Gina Belman. Acção)
 01.20 Último Jornal
 01.55 Médicos Sem Fronteiras
 02.55 Portugal Radical

TVI
 09.00 A Fúria do Destino
 09.55 TVI Jornal
 10.00 Animação
 12.00 Pérola Negra
 13.30 TVI Jornal
 14.00 Sangue do Meu Sangue
 15.00 Samantha
 16.00 Animação
 18.00 Robocop
 19.00 Soldados da Justiça
 20.00 Asas nos Pés
 21.00 Directo XXI
 21.35 Quero Justiça!
 (de Don Siegel, EUA/1979, com Clint Eastwood, Patrick McGeehan, Roberts Blossom. Ver Destaque)
 00.40 Competente e Descarada
 01.10 O Corvo

Nota:
 A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

TELEVISÃO

Por isto e por aquilo...

Carta de uma Desconhecida

(Quinta, 22.50, RTP2)

Estamos em Viena, em meados do séc. XIX. Um pianista seduz uma jovem adolescente e esquece-a rapidamente. Anos mais tarde, é o reencontro e uma nova tentativa de sedução. Nasce entretanto um filho e inventa-se um casamento de conveniência. E tudo acaba num duelo entre o sedutor pianista e o novo marido. Uma história com ressonâncias de *melodrama*, com argumento baseado no romance *Brief Einer Unbekannten* de **Stephan Zweig**, mas esplendorosamente filmado em Hollywood por um dos maiores cineastas da mulher - **Max Ophuls**. E com dois intérpretes de peso: **Joan Fontaine** e **Louis Jourdan**.



Joan Fontaine e Louis Jourdan, em «Carta de uma Desconhecida», de Max Ophuls

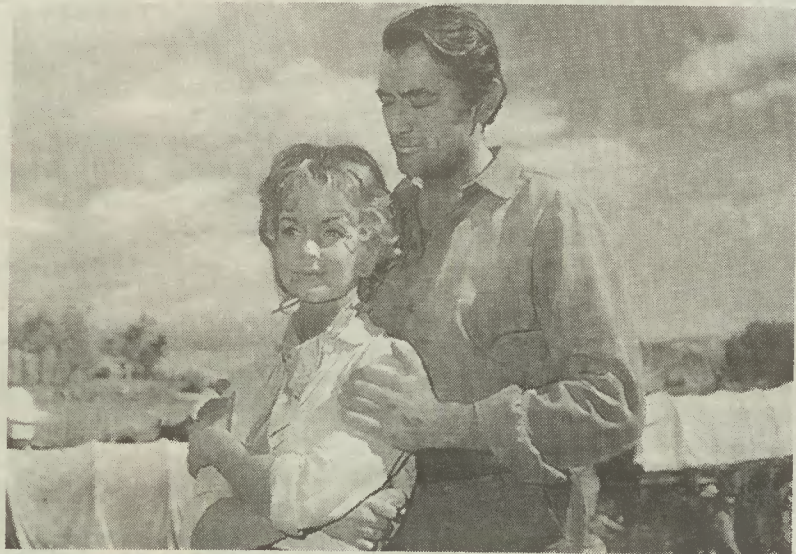


Uma cena hilariante de «O Herói do Ano 2000», filme de Woody Allen

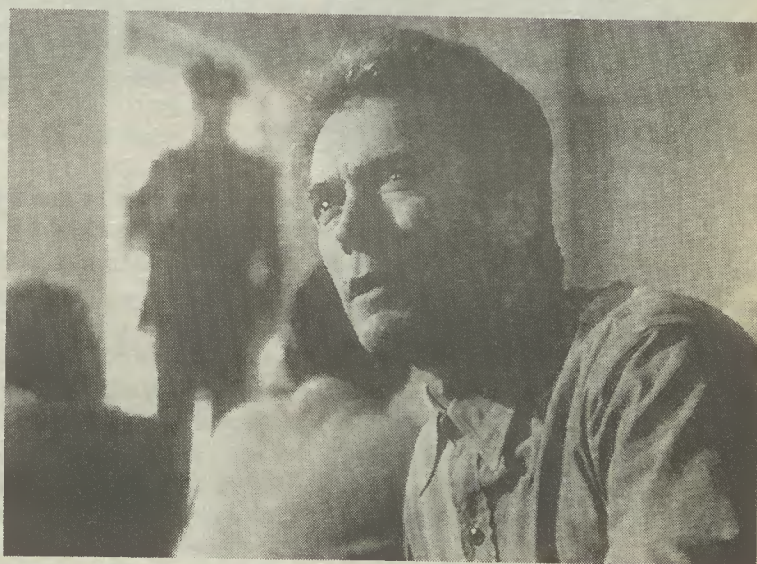
O Cabo do Medo

(Quinta, 23.30, SIC)

14 anos após a sua condenação, um homem sádico é libertado pela sua «boa conduta» e pretende vingar-se do juiz que o condenou, fazendo objecto das suas ameaças preferenciais a jovem filha deste. Não tendo podido livrar-se das investidas do ex-condenado com o auxílio de homens contratados para o efeito (que se revelam completamente ineficazes), o juiz é então levado a defender a sua família pelas suas próprias mãos... Com **Robert De Niro**, **Jessica Lange** e **Nick Nolte** nos principais papéis, eis uma obra terrível e altamente violenta, realizada com o talento de mestre por **Martin Scorsese** num *remake* de um filme famoso de **Jack Lee Thompson**, datado de 1962. Aliás, alguns dos intérpretes desse primeiro filme (como **Robert Mitchum** ou **Gregory Peck**) passam pela câmara, em segundo plano, sem sequer ser referidos no genérico, numa homenagem reverencial àquela primeira versão desta história.



Debbie Reynolds e Gregory Peck, em «A Conquista do Oeste»



Clint Eastwood é o principal herói de «Os Fugitivos de Alcatraz», de Don Siegel

va optar pelo famigerado *pan & scan*, de forma a fazer o filme caber no televisor...

Os Homens Preferem as Louras

(Segunda, 01.55, SIC)

Que dizer mais sobre este clássico da comédia cinematográfica americana do que aconselhar vivamente a sua enésima visão? Não será de facto a primeira vez que nos confrontaremos com um dos papéis mais inesquecíveis de **Marilyn Monroe**, nem com a companhia irresistível de **Jane Russell**, ambas na pele de duas bailarinas-cantoras de *cabaret* prontas a desencadear paixões, se possível nos corações de jovens milionários... Mas chame-se a atenção, desta vez, para a réplica desarmante de **Lorelei** (**Marilyn**) para o pai de **Gus** (o jovem milionário): «Não é pelo dinheiro dele que quero casar com **Gus**, mas sim pelo seu dinheiro...». Entre as várias e maravilhosas canções da dupla **Leo Robin-Jule Styne**, o destaque vai seguramente para essa pequena «obra-prima» do cinema musical - «*Diamonds Are a Girl's Best Friend*».

Os Fugitivos de Alcatraz

(Quarta, 22.35, TVI)

Realizado com grande contenção de processos por **Don Siegel**, esta é a crónica (quase documental) da preparação e concretização, a par e passo, da célebre fuga de um criminoso (**Frank Morris**) e seus dois cúmplices da tenebrosa prisão da ilha de Alcatraz - precisamente tida como «aquela de que era impossível fugir». Os fugitivos jamais foram encontrados e a prisão seria encerrada anos depois. **Clint Eastwood** tem aqui um grande momento na sua carreira, numa obra que ficou como um modelo clássico do género.

Enquanto Dormias

(Quarta, 01.45, RTP1)

«**Lucy** trabalha na bilheteira do metropolitano de Chicago e está fascinada por **Peter**, um homem que todos os dias compra um bilhete. Um dia, **Peter** é assaltado na estação e **Lucy** salva-lhe a vida, num acto de coragem impulsiva. Infelizmente **Peter** fica em coma no hospital e a sua família, devido a uma série de equívocos, fica convencida que **Lucy** é a noiva de **Peter**. **Lucy** deixa que o equívoco se mantenha e é, literalmente, adoptada pela família de **Peter**. Porém, quando conhece e se apaixona por **Jack**, o irmão de **Peter**, as coisas tornam-se mais complicadas.» Este resumo feito pela RTP do filme que hoje apresente configura uma comédia simpática e despreziosa cujo fio condutor são os equívocos que sempre resultam, sobretudo quando na sua base estão intérpretes como **Sandra Bullock** e **Bill Pullman**.

CABO & SATÉLITE

Grandes vozes de Espanha

Em mais um dos documentários incluídos numa série dedicada aos grandes cantores e cantoras de ópera do país vizinho, o canal **Muzzik** dedica hoje a sua emissão à grande cantora **Tereza Berganza**, num filme em que, para além de uma panorâmica sobre a sua carreira, a ouviremos interpretar grandes árias de óperas famosas. (Muzzik, Quinta, das 19 às 20 horas)



Jazz em directo no Arte

A emissão chama-se, como habitualmente, «**Music Planet**» mas, ao contrário do que é costume, a inaugurar esta temporada de Verão não será apresentado um dos magníficos documentários sobre qualquer músico da clássica, do rock ou do jazz, mas sim um concerto, que será transmitido em directo do **Festival de Jazz de La Villette** (França) com a presença de duas grandes orquestras, dirigidas por um veterano (**Sam Rivers**) e por um dos valores mais notáveis da nova geração (**Steve Coleman**). À primeira orquestra deu o seu líder o nome de **RivBea All-Stars**, à segunda **Coleman** chamou-lhe «**Council of Balance**». Para quem gosta, jazz moderno em perspectiva. (Arte, Sábado, a partir das 22.40, até cerca das 00.45)



Europeu de Basquetebol

Atinge o seu ponto de maior emoção o **Campeonato Europeu de Basquetebol** que este ano se disputa em França. Hoje e nos próximos dias tudo se vai decidir e o **Eurosport** vai mostrar: hoje, às 15.10, 19.00 e 20.20, veremos os jogos dos quartos de final; amanhã, às 19.40 e 20.40, as meias-finais; e no sábado, às 19 horas, a grande final. Quem ganhará este ano a difícil prova? Conseguirá a Jugoslávia bater a forte concorrência? (Eurosport, Quinta, às 15.10, 19.00 e 20.20; Sexta, às 19.40 e 20.40; Sábado, às 19 horas)



O Herói do Ano 2000

(Domingo, 18.05, RTP1)

Comédia verdadeiramente «louca», pertencente à primeira fase da carreira de **Woody Allen**, este filme foi objecto das recensões críticas mais díspares e constituiu um inesperado falhanço comercial. Entretanto, a história deste «homenzinho» que se vê de súbito ressuscitar num mundo totalitário, 200 anos após ter sido congelado, contém alguns dos mais impagáveis diálogos escritos por **Woody Allen** e



Sandra Bullock, no meio de sarilhos, em «Enquanto Dormias», de Jon Turteltaub

uma série de situações hilariantes nitidamente inspiradas em **Chaplin** ou nos **Irmãos Marx** que será interessante redescobrir. Além do mais, a presença, na imagem, de **Diane Keaton** e, na banda sonora, da **Preservation Hall Jazz Band** (contribuindo para o habitual brilhantismo das bandas sonoras do cineasta) são duas não menosprezáveis recomendações.

A Conquista do Oeste

(Domingo, 23.10, RTP2)

Produzido e realizado, sobretudo, para puxar ao máximo as «virtudes» espectaculares com que os grandes estúdios procuravam cativar o público espectador para um novo processo de filmagem e projecção (o *Cinerama*, com o ecrã dividido em três sectores contíguos - mas cujos problemas técnicos nunca conseguiram ser adequadamente resolvidos), este filme é uma peça de grandiloquente exaltação da conquista do Oeste, encenada em três partes por três realizadores altamente especializados no género: **Henry Hathaway**, **John Ford** e **George Marshall**. Mas, embora «estrelado» por uma parrelha de famosíssimos nomes de Hollywood, esta saga de uma família de pioneiros no Oeste americano padece obviamente das limitações que se prendem com a própria génese do empreendimento - escapando um pouco à «encomenda» o *sketch* de **Hathaway** - só faltando que, para cúmulo da ironia, a RTP2 resol-

A conversa correu mal

Um destes dias, Carlos Pinto Coelho foi a uma biblioteca da chamada Grande Lisboa para ter uma conversa que se anunciava acerca de televisão e cultura. Porque Carlos Pinto Coelho não é um desses profissionais que subiram na vida pisando degraus repugnantes, bem antes pelo contrário, e também porque o tema previsto é um daqueles que me parecem verdadeiramente centrais quanto a muitas coisas importantes, fiz questão de não falar. Muito participada, a conversa foi agradável, como não podia deixar de ser, mas decepcionante quanto ao que mais me aliciara: falou-se muito de televisão mas muito pouco do aspecto particular da relação da TV com a cultura. Bem apareceu por lá um sujeito que tentou empurrar o encontro para pontos nucleares desse problema, mas sem nenhum resultado. O mais que nesse aspecto se arrancou de Carlos Pinto Coelho foi o seu total e veemente desacordo com a colocação no canal principal da RTP de uma rubrica de informação e promoção culturais tão nítidos como o seu, e felizmente também nosso, «Aconteceu».

Dá se resvalou naturalmente para a dúvida, se é que dúvida na verdade pode haver, em torno de saber se a TV 2 é ou não um gueto para onde é deportada a muita ou

quantado os programas suspeitos de poderem estar implicados na promoção cultural, a conversa correu obviamente mal.

O miúdo chato

Talvez que esta minha velha mania de que a televisão há-de servir não apenas para embalar as gentes mas também para ajudá-las a arrumarem melhor estas enormes casas que são as sociedades onde vivem seja uma espécie de doença que já não se usa.

TVISTO

■ Correia da Fonseca

Talvez. Porém, a julgar por uns rumores que recentemente correram por aí, esta convicção de que a TV deve ter melhor aplicação do que a de vender detergentes, telemóveis e, segundo o incomparável Rangel, presidentes da República, é partilhada também pelo ministro Carrilho, que será da opinião de que televisão tem a ver com cultura, isto é, com o entendimento da vida. É, de resto, o que acontece noutros países europeus perfeitamente democráticos, modernizados e atlânticos, como convém nos tempos que vão correndo. Na verdade, quem tem uma ideia do poder da TV na formação de convencimentos e juízos generalizados, quer dizer, de mundivisões, sabe que um ministro da Cultura sem nenhum poder sobre as TV's é totalmente impotente em matéria de culturalização do país a seu cargo e faz figura de miúdo chato a quem deram uns brinquedos fora de uso a ver se ele se mantém entretido sem incomodar os senhores crescidos que estão ocupadíssimos a tratar das suas vidas.

Aliás, mete-se pelos olhos dentro, literalmente, que a actividade de uma estação de TV tem duas vertentes, e por isso é que a RTP quase sempre tem tido, ao longos dos anos, duas direcções distintas, uma da informação e outra da programação geral. A mesma lógica parece apontar para uma dupla tutela, que pode e talvez deve ser a de uma Secretaria de Estado da Comunicação Social (eventualmente dependente do primeiro-ministro) e do Ministério da Cultura. Só então o ministro da Cultura poderia ter compe-

tências para impedir que o processo de pauperização mental do país, tão eficazmente realizado por programas como o emblemático «Big Show» ou o inesquecível «Programa do Além», continue imparável. É claro que não seria nada fácil essa tarefa de conduzir as TV's ao menos um pouco, para o plano de uma intervenção socialmente útil e condizente com o hiperproclamado projecto da total integração europeia. Porque a Europa é, talvez antes do mais, uma cultura, embora pouco se fale disso.

Estas questões seriam bons pontos de encontro para a tal conversa sobre televisão e cultura realizada no auditório de uma biblioteca. Afinal, quase só se falou ali do «Aconteceu», rubrica que aliás merece conversas, atenção e apreço. O resto possível não aconteceu. Foi pena, e nem se pode dizer que ficou para outra vez. Pois este é um tema para o qual parece que não há vez nas muitas agendas de encontros, debates e similares que ocorrem por esse país fora.

Porto

— um plano a acompanhar

Porto é uma cidade em transição. Depois de um longo período dominado pela estratégia do “terciário superior”, que deixou a cidade aberta às pulsões mais desordenadas, o centro mais desertificado, hectares de escritórios por ocupar e algumas aberrações urbanísticas — traços vivos da especulação imobiliária, tornava-se necessário criar uma nova matriz onde se inscrevesse o conjunto de obras a realizar, necessárias para o desenvolvimento do Porto.

Por isso, a CDU reclamou, com insistência, a elaboração pela Câmara de um Plano de Médio Prazo (PMP), que viesse a ser debatido e votado nos órgãos municipais.

Finalmente, o Presidente da Câmara apresentou um Plano que, ainda antes da apreciação pelos autarcas, divulgou publicamente num aparatoso acto mediático. A imprensa mais solícita descreveu-o mesmo como o “testamento” de Fernando Gomes. Singular testamento este, em que se legam não obras realizadas mas projectos de obras, em muitos casos de incerto financiamento...

Apesar de alguns erros de concepção e desatenções evidentes, é um documento útil — nele se registam os passos da reedificação da cidade, que vai tornar-se um imenso estaleiro, cheio de guas, valas abertas, camiões, poeira e balbúrdia.

Valerá a pena aqui deixar, mesmo com brevidade, algumas notas de leitura.

1. O documento é antecedido de um texto intitulado “Os novos desafios das cidades”. É um texto genérico e por isso mais facilmente consensual.

Aponta direcções acertadas — “diversificar e flexibilizar a base produtiva, combater a exclusão e a dualização social, promover a qualidade de vida”.

Mas depois, no Plano, não se encontram acções susceptíveis de concorrer para tais finalidades. Nem a atracção de investimentos diversificados, nem maior e melhor investimento na área social ou na habitação pertencente ao município, nem contenção do tráfego automóvel e mais apoio ao transporte público.

2. O PMP não apresenta obras novas, apenas recapitula as que já antes tinham sido anunciadas. Algumas com barbas de 10 anos, como a reabilitação do Mercado do Bolhão ou a construção do Parque de Campanhã. Sobre este empreendimento, para que são destinados apenas 200 mil contos, nada é adiantado. Será um parque lúdico-tecnológico? E qual será o vector determinante, o cultural ou o comercial?

3. O PMP defende o “desenvolvimento progressivo dos esquemas de parceria” de diferentes figurinos.

As parcerias podem ser soluções vantajosas, quando se destinam a gerir espaços físicos definidos, com duração de tempo limitada ou com um quadro de eventos determinado. É o caso da Sociedade Porto 2001.

Mas a actual maioria, apesar dos reparos da oposição, tem promovido a constituição de associações, fundações, agências, com objecto estatutário difuso, cujas actividades são mal conhecidas, designadamente pela Assembleia Municipal. Para tais entidades serão transferidas, nos próximos quatro anos, verbas no montante de 4 milhões e 700 mil contos.

A proliferação anunciada destas entidades híbridas, sem o devido controlo democrático pelos órgãos autárquicos só pode merecer a mais viva preocupação. É bem o estilo PS/ma (maioria absoluta)...

4. Esta paixão pelas parcerias e pela abertura ao sector privado na gestão dos serviços públicos (a concessão para a limpeza

vai levar 1,5 milhão de contos), contrasta com a falta de rasgo em projectos de âmbito intermunicipal, tão necessários dada a fraca operatividade da Junta e da Assembleia Metropolitanas.

5. Para o exterior, o que o PMP valoriza é a promoção da imagem internacional da cidade, significativamente colocada entre os seis objectivos estratégicos.

A actual maioria tem apresentado como objectivo a transformação do Porto como pólo não apenas regional mas de todo o Noroeste Peninsular. O maior defeito será pensar-se que se alcança tal desiderato com campanhas publicitárias ou “lobbies” de influência, e não com investimentos voltados para o desenvolvimento económico (não apenas para a indústria turística) e a valorização efectiva do património.

6. Neste PMP, longa e minuciosamente preparado por uma equipa técnica, há uma notória falta de rigor nas quantificações apresentadas.

Para os leitores terem uma ideia do desnorde nas verbas apresentadas, atente-se neste simples exemplo: são atribuídos 50 mil contos

MOTES & VOLTAS

■ Jorge Sarabando

para uma exposição no Mercado Ferreira Borges, ou 49 mil contos para aquisição de equipamento do Gabinete do Ambiente, e apenas 20 mil contos (!) para beneficiação do Mercado do Bom Sucesso.

7. O Plano apresentado, sendo em si mesmo útil, não corresponde à abertura de um novo ciclo de desenvolvimento da cidade, que está ao alcance dos portuenses, apesar das tropelias e negaças do Poder Central.

Seria necessária uma nova política, que a CDU tem defendido, com prioridade de investimento na habitação e na área social, a diversificação do tecido económico, medidas convergentes para o repovoamento e rejuvenescimento das freguesias centrais, maior intervenção no transporte colectivo, maior apoio à produção cultural, o termo das agressões urbanísticas, maior investimento na despoluição, a criação de mais espaços de respiração no interior da cidade. São bases de uma cidade mais

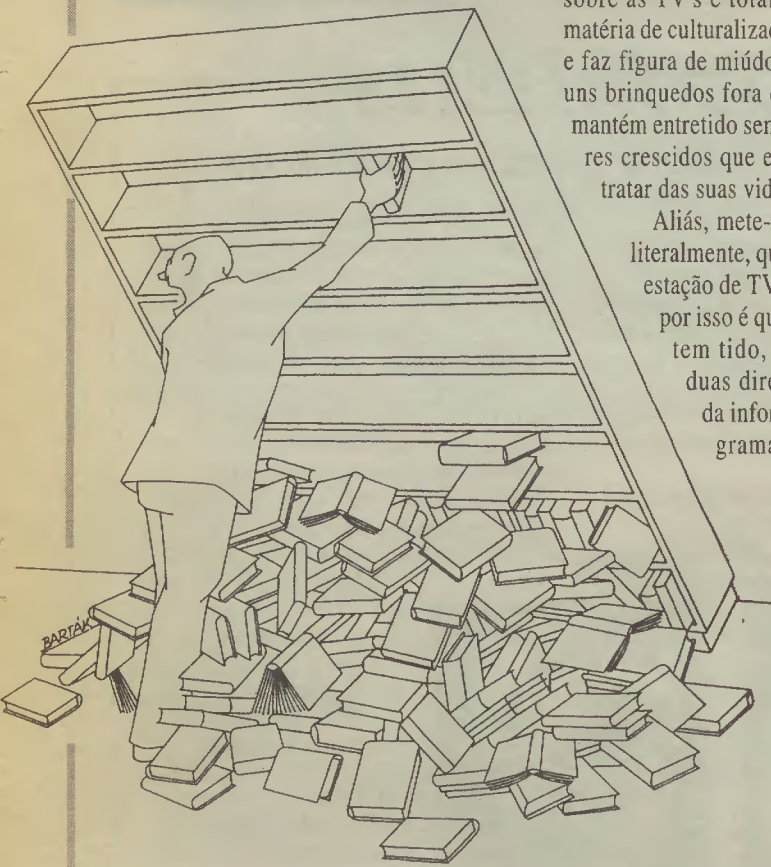


harmoniosa, próspera e acolhedora, em permanente renovação e preservando a sua identidade.

No desfecho do debate sobre o PMP, o Presidente da Câmara acabou por aceitar uma das propostas da CDU: que do processo de monitorização, que agora vai iniciar-se, seja dada informação regular aos órgãos municipais.

Assim será possível uma observação mais atenta, uma avaliação mais correcta, a proposta atempada de ajustamentos e um debate mais participado.

Os portuenses devem estar atentos.



pouca função culturalizante que a RTP aceite exercer. Houve quem sustentasse que não senhores, que isso de gueto foi palavra que ficou talvez de um outro tempo ou de uma outra circunstância, que por toda essa Europa fora onde há serviço público de TV é assim que se faz. Como se as tristezas ou as maldades que ocorrem lá por fora pudessem justificar as que aconteçam por cá. Como se o nosso país, com os muitos séculos de inquisições diversas que têm pesado sobre ele, mais a condenação da cultura e até da mera lucidez pregada em púlpitos e também fora deles, fosse igualzinho a uma França ou a uma Grã-Bretanha, para não se ir mais longe e não obstante os defeitos que essas e outras terras tenham também quanto a níveis culturais. Por mim, que nunca me curei da indignação provocada por ver que no meu país de ignorâncias inocentes ou convencidas, de qualquer modo instrumentalizadas pelos que nelas investem como num bom negócio, a televisão pública arruma no canal pouco fre-

ESCAPARATE

MÚSICAS

Música Viva '99, em Lisboa

Após três anos de ausência (por falta de apoios mínimos indispensáveis) está de volta o Festival Música Viva, uma iniciativa dinamizada por Miguel Azguime e que na sua 5.ª edição integra o fomento e a divulgação da criação musical contemporânea, especialmente dedicada aos compositores portugueses e à produção musical electroacústica. Para além de concertos realizados em colaboração com as Escolas Superiores de Música do Porto e de Lisboa e o Departamento de Comunicação e Arte da Universidade de Aveiro, realizar-se-ão conferências sobre a história recente da música electroacústica, *workshops* sobre interpretação da música contemporânea, novas técnicas instrumentais e novas tecnologias, em particular a composição assistida por computador, sendo ministrado um curso de informática musical. Este Festival conta com o apoio do Instituto Franco-Português (que acolhe a maioria dos concertos) mas também do Goethe Institut e do British Council, da Câmara Municipal de Lisboa e do Ministério da Cultura. A programação detalhada pode ser consultada na Internet, em www.ip.pt/~ip000786/miso.music.musicaviva.html.

Ao Porto, regressa a «Concha Acústica»

Com o curioso título «O Regresso da Concha



Acústica», inaugura-se no próximo dia 4 no Teatro Nacional S. João (Porto) uma série de espectáculos de Músicas Cénicas, comissariado por Luís Madureira. Nos dias 4 e 5, às 21.30, «Linha Curva, Linha Turva», encenado por Ricardo Pais, é um espectáculo com direcção musical de Jeff Cohen, no qual em canções ao acaso, canções de *music-hall*, os actores cantam, «num tirocínio para outras aventuras músico-teatrais». Nos restantes espectáculos do ciclo, serão apresentados «Pas-de-Cinq+1», com músicas de Maurício Kagel (10 e 11), a ópera «O Boticário» de Joseph Haydn (17 e 19) e o espectáculo «Opera Heroines on Broadway», com a cantora June Anderson (23).

EXPOSIÇÕES



Kiri Lima



Mio U Kit



Xanana Gusmão

rentes percursos e a riqueza das suas expressões plásticas é uma oportunidade para os lisboetas e para os visitantes desta cidade que se afirma cada vez mais pelos seu cosmopolitismo, pela solidariedade, pela defesa da liberdade e da amizade entre os povos».

Colectiva na «Gymnásio»

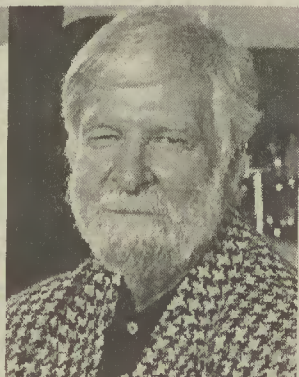
Continua patente ao público na Galeria Municipal «Gymnásio» (ao Chiado, Lisboa) uma exposição colectiva subordinada ao título «Afinidades». Como o nome indica, trata-se de uma exposição com trabalhos de pintura e desenho realizados por nove artistas lusófonos, a saber: Miguel Petchovsky (Angola), Saulo Silveira (Brasil), Kiri Lima (Cabo Verde), António Aly Silva (Guiné-Bissau), Mio U Kit (Macau), Malangatana (Moçambique), Clotilde Fava (Portugal), Ismael Sequeira (S. Tomé e Príncipe) e a presença especial de Xanana Gusmão (Timor-Leste). Como afirma nas notas do programa Maria Calado, vereadora da Cultura da Câmara Municipal de Lisboa, «receber numa galeria municipal este conjunto de artistas que fazem da pintura a sua arte e a sua arma é uma honra. Conhecer os dife-

JAZZ

XVIII «Estoril Jazz / Jazz Num Dia de Verão»

Com a chegada do Verão, chegam também os grandes festivais de jazz a encerrar a temporada deste ano. O XVIII «Estoril Jazz / Jazz Num Dia de Verão» é um deles e inaugura-se amanhã, com concertos até dia 10 de Julho. Os concertos serão os seguintes: sexta 2, às 22 horas, o quarteto da cantora Carmen Lundy e sábado 3, também às 22 horas, o quarteto do saxofonista George Coleman, ambos no Auditório do Parque Palmela (Cascais); e, em 4, 5, 6 e 7 de Julho, primeiro no Parque da Liberdade (Sin-

tra) às 18 horas, e depois no espaço «Du Arte Garden» (Casino do Estoril), a partir das 23 horas, a New York Jazz Band do contrabaixista Hayes Kavanagh. De regresso ao Auditório do Parque Palmela, o festival apresentará o concerto «Jazz at Palmela Park (JAPP), uma *jam session* com os solistas Nicholas Payton e Terrell Stafford (trompetes), Jesse Davis (sax-alto), Harry Allen e Eric Alexander (saxofones), Mulgrew Miller (piano), Peter Washington (contrabaixo) e Louis Nash



Bill Hollman

(bateria); no dia seguinte, também às 22 horas, será a vez da grande orquestra de Bill Hollman, para tudo terminar em 10 de Julho com um espectáculo de blues pela Kenny Neal Blues Band.

FESTIVAL ALMADA

4 a 18 de Julho '99

O ano do
Piccolo
Teatro
di Milano

Arranca o Festival de Teatro de Almada

Mantendo as suas datas tradicionais – abertura no próximo domingo 4 e encerramento no dia 18 deste mês – o Festival de Teatro de Almada tem este ano uma sensacional antestreia no Grande Auditório do Centro Cultural de Belém, da margem de cá do Tejo. Nada menos do que «A Grande Magia» pelo Piccolo Teatro di Milano, o grande acontecimento desta 16.ª edição do famoso festival no que toca a companhias convidadas e participantes. Mas o Piccolo é apenas uma das 36 companhias (20 estrangeiras e 16 portuguesas) que animarão em 42 produções diferentes um total de 58 espectáculos. Certamente que continuaremos a destacar em Escaparate os espectáculos que constituem este Festival de Almada mas hoje vamos indicar aos leitores alguns daqueles que poderão ver no espaço de tempo a que corresponde este número. Assim, como dissemos, no sábado 3, às 21.30 no CCB (com repetição no dia seguinte no mesmo local e à mesma hora) o Piccolo Teatro di Milano levará à cena «A Grande Magia», de Eduardo de Pilippo, numa encenação do grande fundador da companhia Giorgio Strehler. No domingo 4, às 21.30, a companhia La Troppa apresentará no Palco Grande da Escola D. António da Costa a peça «Gemeos», de Agota Kristof, numa encenação colectiva; e às 23.45, a companhia Margen dará início ao espectáculo War, de Arturo Castro, que evoluirá da Esplanada da Escola D. António da Costa para as ruas de Almada. Na segunda 5, no Fórum Romeu Correia, é a vez de a Companhia de Teatro do Algarve apresentar «As Tranquilas Aventuras do Diálogo», de Teresa Rita Lopes, com encenação de José Louro; e às 22 horas o Piccolo Teatro apresentará no Teatro da Trindade (Lisboa) o espectáculo «Com'è la Notte?... Chiara», antologia de textos de Goldoni, Brecht, Shakespeare e Jovet, com encenação de Gino Zampieri. Já na terça 6, às 18.00 e às 21.30, a companhia Artistas Unidos representará na Esplanada da Escola D. António da Costa a peça «Dois Homens», de Kafka, encenada por Luís Gaspar e José Vieira Mendes, sendo «Ubu Libertado» de Richard Demarcy a peça



Andrea Jonasson, viúva de Giorgio Strehler, em «Com'è la Notte?... Chiara»



Eleonora Brigliadori e Giancarlo Dettori em «La Grande Maggia» (Eduardo de Filippo)

que o Sanza Théâtre apresentará no Fórum Romeu Correia às 20 horas, encerrando a noite às 22.30 na Escola D. António da Costa com a companhia de Alain Bertrand a representar «Maure à Venise» de Carlo Boso. Finalmente, na quarta 7, às 17 horas, a Companhia de Teatro de Almada, numa encenação de Joaquim Benite, apresentará na Sala Virgílio Martinho a peça «Crónica Feminina» de Jorge Listopad, enquanto que, às 19 horas, a companhia El Gapón levará ao Auditório da Escola D. António da Costa a peça «Madame Curie» de Mira Michalowska, encenada por Jorge Curi, terminando a noite às 22 horas com a companhia A Barraca a representar «Um Dia Inesquecível» de Ettore Scola numa encenação de Helder Costa.

Entre outras actividades paralelas, o Festival organizará uma série de colóquios subordinados a vários temas, como «Depois dos Grandes Mestres, o Quê?», na segunda 5, pelas 18 horas, na Esplanada da Escola D. António da Costa, ou inaugurará cursos, como aquele que, dirigido por Jean-Guy Lecat, vai decorrer na Sede da Imagem a partir de 5 até 10 de Julho sobre adaptação de espaços teatrais e direcção técnica de espectáculos.

Como afirma nas notas introdutórias do programa o seu grande dinamizador Joaquim Benite, «o Festival de Almada não foi concebido como um fim em si. Mas como um meio. Um meio de formação de público, de combate ao sectarismo artístico, de cruzamento e diálogo de diversas culturas e opções, de convívio entre os criadores teatrais portugueses e destes com a produção estrangeira».

É o que pode ser testemunhado até dia 18 nos vários locais tocados pelo Festival.



O grande actor Ferruccio Soleri, em «Arlequin, Servidor de Dois Amos» (Carlo Goldoni)

ATALHE DE FOICE

Traficantes

O comércio de recém-nascidos detectado esta semana na ilha Terceira, nos Açores, lançou os poderes públicos num corrúpio. O próprio Provedor de Justiça deslocou-se aos Açores e dessa expedida incursão resultou, já, um vigoroso apelo às autoridades judiciais e policiais para que «actuem», embora não se saiba muito bem para quê.

O caso é de uma brutal simplicidade: há mães na ilha Terceira que, atoladas em miséria e abandono, entregam os seus filhos recém-nascidos a estranhos, muitas vezes casais norte-americanos da Base das Lajes que querem adoptar crianças. Em contrapartida, essas mães recebem algum dinheiro, que utilizam para pagar dívidas ou alimentar mais uns tempos os outros filhos que mantêm a cargo.

Quanto ao esquema de adopção — chamemos-lhe assim —, é duma facilidade aterradora: como a lei portuguesa permite a declaração e o registo de paternidade de um recém-nascido através da simples apresentação do bilhete de identidade dos presumíveis progenitores, o casal que «compre» o bebé só tem de o registar para o assumir como filho próprio.

Encurralados pela desumanidade da situação, os governantes foram menos expeditos que o Provedor de Justiça a reclamar punições. Geralmente, começaram por admitir o óbvio — que a miséria era a grande responsável deste tráfico —, depois assinalaram o «buraco» legal que permite tão dramáticas operações e, finalmente, espraíram-se em manifestações de intenção sobre as estratégias assistenciais a implementar.

Ao invés do Provedor de Justiça, nenhum se manifestou tão seguro como este de que a medida mais urgente a tomar seria o açulamento da máquina repressiva do Estado sobre os protagonistas da tragédia. Bastava ouvir e ver as declarações de algumas dessas mães, como todo o País viu e ouviu pela televisão, para se ficar humanamente tolhido e socialmente envergonhado. Emergindo duma miséria onde o quadro de valores se reduziu ao sumário objectivo da sobrevivência quotidiana, as pobres mulheres, sem excepção e com a vulnerabilidade de quem nunca conheceu na vida qualquer espaço de manobra, afrontaram as câmaras para confessarem, com arrepiante simplicidade, que tinham entregado os filhos para que alguém lhes desse uma vida melhor. Significativamente, a direita que tanto se bate, «em nome da vida» e da família, contra o planeamento familiar, a educação sexual e a assistência pública à interrupção voluntária de gravidezes indesejadas, ficou muda e queda perante este drama agora tornado público.

Instalada nos seus privilégios, segura no sociedade organizada para a servir e a proteger, a direita política e sociológica é sempre muito clara e determinada na distribuição dos deveres e direitos dos cidadãos: os deveres, tornam-se dogmas e são para cumprir por tudo e por todos; os direitos, esses são para uso de quem de direito, ou seja ela própria.

Quanto ao Governo, «socialista» e de «diálogo», após se manifestar devidamente «chocado» com uma situação que o secretário regional de Saúde do executivo PS dos Açores, candidamente, confessou ser ali prática antiga e do conhecimento geral, anunciou já «medidas adequadas» no quadro da Segurança Social. Entretanto, na Assembleia da República e neste preciso momento, o mesmo PS cozinha com o CDS/PP uma golpada legislativa que pretende desfigurar, precisamente, o sistema de Segurança Social num negócio financeiro e, em decorrência, numa espécie de «sopa dos pobres» para os deserdados sociais...

Quanto aos casos da miséria e do tráfico de bebés, vão continuar mas também vão deixar de existir. Basta os órgãos de comunicação social passarem a outro assunto.

■ Henrique Custódio

O ambiente de insatisfação que reina nas Forças Armadas foi motivo de análise por parte do PCP que, em nota do Gabinete de Imprensa (que a seguir se transcreve), defende a atribuição de um seguro de vida a todos os militares e não apenas aos que se encontram em missões humanitárias.

1 - A situação existente nas Forças Armadas caracteriza-se por um enorme mal-estar resultante da acumulação de problemas não resolvidos e de aspirações e expectativas não concretizadas de que são exemplo o Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), as questões remuneratórias e a manutenção do Artigo 31.º da Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas que limita os direitos dos militares. Ressalta também o forte sentimento de que a instituição foi acentuadamente relegada para um plano secundário por parte de sucessivos governos do PSD e agora pelo Governo PS. Em raros

momentos se verificou tão intensa inquietação, bem expressa nas várias acções, que têm movimentado oficiais, sargentos e praças dos três ramos das Forças Armadas.

2 - Face ao ambiente de insatisfação e mal-estar existente no seio das FA, o PCP não entende que o Governo venha dizer ao país que vai criar um seguro de vida para os militares em missões humanitárias, quando deverá ser inerente à condição militar a existência de um seguro de vida para qualquer tipo de missões, bem como o apoio à família. Na verdade, o Governo falou, mas não respondeu às questões de fundo e conti-

nua a adiar a resolução dos problemas, quebrando inclusive algumas expectativas por si criadas.

3 - O PCP tem pautado a sua intervenção nesta matéria pela defesa e apresentação de propostas, visando a resolução de problemas concretos dos militares e compatibilizando-os com os interesses e princípios da Instituição. Assim tem sido e assim continuará a ser, sem eleitoralismos e demagogia.

O PCP lamenta que mais uma legislatura esteja prestes a terminar, sem que o ultrapassado Artigo 31.º tivesse sido revisto, por responsabilidade do PSD e pelas enormes hesitações do Governo PS. Lamentando que perdure no tempo tal artigo, o PCP manifesta desde já a sua intenção de, a manter-se este anacronismo, na próxima legislatura, rerepresentar o seu projecto de revisão.

Visando contribuir para umas FA modernas e para a dignificação dos militares, bem como para a superação dos problemas existentes nas FA, o PCP vai chamar a ratificação parlamentar o EMFAR, proporcionado assim a possibilidade de auscultação dos militares, coisa que o Governo não proporcionou, bem como as adequadas alterações que compatibilizem os interesses dos militares com os interesses da Instituição.

O PCP entende que o Governo não pode protelar mais a adopção de medidas que colmatem o mal-estar existente e criem as condições necessárias, a que as FA possam cumprir as suas missões fundamentais e sejam cada vez mais prestigiadas junto do povo português do qual são parte integrante.

Legislativas

CDU prossegue apresentação de candidatos

Com a presença de diversos apoiantes e representantes das forças que a integram, a CDU fez ontem à tarde, na Junta de Freguesia da Glória, a apresentação pública do cabeça de lista às eleições legislativas pelo distrito de Aveiro, Joaquim Almeida da Silva.

Casado e com dois filhos, Joaquim Almeida da Silva nasceu há cinquenta anos na freguesia de Paramos, concelho de Espinho, onde reside.

Operário metalúrgico, foi membro da Comissão de Trabalhadores da Toyota, em Ovar, tendo pertencido, quando jovem, à JOC, de que foi Secretário da Secção da sua freguesia.

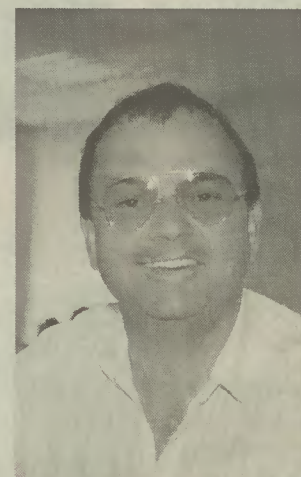
Em 1970, ajudou a fundar a Intersindical Nacional, integrando a Comissão dos Metalúrgicos de Aveiro, então clandestina. Em 1973, participou na luta con-

tra a direcção corporativa do Sindicato dos Metalúrgicos de Aveiro e, em 1974, integrou a Comissão Directiva Provisória que organizou as primeiras eleições livres desta organização.

Actualmente preside à Assembleia Geral do Sindicato dos Metalúrgicos de Aveiro, Viseu e Guarda e é membro da Comissão Executiva da CGTP-IN e coordenador da União dos Sindicatos do Distrito de Aveiro.

Activista da luta pela democracia e pela liberdade, no quadro da oposição democrática, aderiu ao PCP em 1973, tendo pertencido ao Comité Regional das Beiras, então clandestino.

Actualmente membro da Comissão Executiva da Direcção da Organização Regional de Aveiro, integra desde o XII Congresso o Comité Central do PCP.



Joaquim Almeida da Silva



António Rodeia Machado

Beja

Também ontem, no restaurante «Os Infantes», em Beja, a CDU apresentou o seu cabeça de lista pelo círculo eleitoral de Beja, António João Rodeia Machado, de 51 anos de idade, técnico-profissional do Serviço Sub-Regional de Beja da Segurança Social.

Deputado do PCP à Assembleia da República na actual legislatura (95/99), António Rodeia Machado é, neste âmbito, membro do Conselho de Administração da Assembleia da República e Secretário da Comissão de Negócios Estrangeiros, Comunidades Portuguesas e Cooperação, da Comissão Eventual para as Questões de Timor-Leste, da Comissão do Património da Assembleia da República e da Comissão de Inquérito aos Eventuais Casos de Corrupção na JAE, integrando ainda a Comissão da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas.

Foi dirigente do Sindicato do Comércio e Serviços do

Distrito de Beja e do Sindicato da Função Pública do Sul e Açores.

Na área associativa, é presidente da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Beja e da Federação Distrital de Bombeiros, pertencendo ao Conselho Regional e Nacional dos Bombeiros.

É ainda presidente da Assembleia da Assembleia Geral da Cooperativa de Produção e Consumo Proletário Alentejano de Beja e presidente da Assembleia Geral da Casa do Povo de Beringel.

Militante do PCP, é membro da Comissão Concelhia e da Direcção da Organização de Beja. Foi vereador da Câmara Municipal de Beja e é actualmente eleito na Assembleia Municipal de Beja.

Montijo

Jacinta Ricardo renuncia ao mandato

Jacinta Ricardo, ex-presidente e actual vereadora da Câmara Municipal do Montijo, renunciou ao mandato que havia suspenso por razões de saúde. Continuará, porém, a manter no PCP as suas tarefas e responsabilidades partidárias, e a colocar a sua acção ao serviço do povo e do concelho do Montijo.

Em nota à comunicação social, a Comissão Concelhia do Montijo do PCP, compreendendo a decisão de Jacinta Ricardo, com quem se solidariza, lembra

o quanto esta autarca deu à cidade e ao concelho, em dedicação, trabalho e honestidade. «Mesmo num quadro de adversidade», como o do último mandato, em que «outros utilizavam a política de obstrução».

Assim, para o PCP, «independentemente da opção política e ideológica de cada um», não se pode escamotear «que o nome de Jacinta Ricardo está indissoluvelmente ligado ao que de grande e importante se realizou no concelho».

